



Glaucia Silveira Moreira

**A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO
DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE
CRUZ ALTA**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2018

Glaucia Silveira Moreira

**A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO
DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE
CRUZ ALTA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Pivotto Bortolotto
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Prudêncio de Mera

Cruz Alta - RS, março 2018

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO
DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE
CRUZ ALTA**

Elaborado por

Glauca Silveira Moreira

Como requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Desenvolvimento Rural

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Pivotto Bortolotto
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Prof.^a Dr.^a Rosani Marisa Spanavello
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Cruz Alta - RS, _____ de _____ de 2017

Dedico este trabalho ao meu filho Frederico, para que lembre-se de viver com presença e intensidade, e de fazer o que deve ser feito com coragem, disciplina e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Paulo pela tolerância, solidariedade e principalmente incentivo para a realização desta dissertação.

A minha família, pelos momentos que dedicaram ao meu filho para que eu pudesse realizar o mestrado.

Ao meu orientador por me acompanhar nesse projeto e pelas contribuições objetivas e técnicas.

A minha co-orientadora pela disponibilidade e entusiasmo com o meu tema.

Aos docentes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural pelos conhecimentos transmitidos, em especial: Prof. Dr. João Fernando Zamberlan, Prof. Dr. Juliano Alves, Prof. Dr. Lucas Siqueira, Prof. Dra. Tamara Divério, pelas sugestões e auxílio nos momentos que solicitei.

Aos colegas do MPDR pela convivência, amizade, conhecimentos trocados e experiências vivenciadas.

Aos funcionários: Murilo de Moraes da Secretaria de Pós-graduação, Rafael de Almeida Soares do CTEC e Eliane Catarina Reck da Rosa da Biblioteca Visconde de Mauá.

"Às vezes, estudando as gentes de Santa Fé, comparando-as com as outras pessoas que conhecera em outros recantos da Província, estendendo o olhar para os horizontes que por assim dizer cercavam aquelas vastas campinas em derredor do povoado, o pe. Lara ficava a pensar no que seria aquela população dali a cem anos [...]"

(VERÍSSIMO, Érico. Um certo Capitão Rodrigo.)

RESUMO

A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA

Autora: Glaucia Silveira Moreira

Orientador: Prof. Dr. Rafael Pivotto Bortolotto

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Prudêncio de Mera

Considerando as características rurais da região Alto Jacuí e partindo do pressuposto que as universidades têm um papel no desenvolvimento regional, analisou-se o desenvolvimento rural no contexto do ensino superior, através dos projetos pedagógicos e da produção acadêmico-científica que constituem as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. O conceito de desenvolvimento rural, que norteia as questões centrais dessa pesquisa, abrange outros conceitos de desenvolvimento que associados, envolvem atividades rurais e promovem a melhoria da renda e das condições de vida do homem do campo. Trata-se de um estudo de caso, através de uma pesquisa exploratória, documental, qualitativa e quantitativa, a partir de três componentes: documentos institucionais, trabalhos de conclusão de curso, disponíveis no acervo digital da biblioteca, e projetos e publicações do Currículo Lattes dos docentes de tempo integral da Instituição. Os registros foram sistematizados em planilhas, por centros de ensino e apresentados como análise descritiva. Os trabalhos selecionados em sua relação com a temática rural foram identificados de acordo com a área predominante em cada curso. Dos 9224 títulos analisados, foram selecionados 2073 trabalhos com enfoque rural. Pode-se concluir que 22,47% da produção acadêmico-científica da UNICRUZ está voltada para a temática rural. Os dados dos três componentes serviram para caracterizar a produção acadêmico-científica da Universidade de acordo com os conceitos de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural. O desenvolvimento agrícola é o principal conceito presente nos trabalhos, que priorizam conteúdos técnicos e específicos aplicados aos processos de produção e comercialização rural, especialmente nos cursos do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias. A UNICRUZ tem um papel importante na formação profissional para o mercado de trabalho, na produção de conhecimento e na elaboração e articulação de diretrizes regionais. O desenvolvimento rural é tema de um de seus mestrados, e sua abordagem pode ser ampliada de modo interdisciplinar, com o objetivo de incluir seus conceitos no perfil acadêmico da Universidade, contribuindo assim com trabalhos e projetos que promovam ações de desenvolvimento rural dentro do modelo econômico estabelecido na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Agrícola. Desenvolvimento Agrário. Ensino Superior. Produção Acadêmico-científica.

ABSTRACT

THE RURAL DEVELOPMENT APPROACH IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION: THE CASE OF THE UNIVERSITY OF CRUZ ALTA

Author: Glaucia Silveira Moreira

Advisor: Prof. Dr. Rafael Pivotto Bortolotto

Co-advisor: Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Prudêncio de Mera

Considering the rural characteristics of the Alto Jacuí region and assuming that universities have a role in regional development, rural development in the context of higher education was analyzed through the pedagogical projects and the academic-scientific production that constitute the teaching activities. , research and extension of the University of Cruz Alta - UNICRUZ. The concept of rural development, which guides the central issues of this research, encompasses other associated development concepts, involving rural activities and promoting the improvement of the income and living conditions of the rural man. This is a case study, through an exploratory, documentary, qualitative and quantitative research, based on three components: institutional documents, course conclusion papers available in the library's digital archive, and Lattes Curriculum projects and publications. full-time faculty of the institution. The records were systematized in spreadsheets by teaching centers and presented as descriptive analysis. The selected works in relation to the rural theme were identified according to the predominant area in each course. Of the 9224 titles analyzed, 2073 works with a rural focus were selected. It can be concluded that 22.47% of UNICRUZ's academic-scientific production is focused on the rural theme. The data of the three components served to characterize the academic-scientific production of the University according to the concepts of development: agricultural, agrarian and rural. Agricultural development is the main concept present in the works, which prioritize technical and specific content, applied to production and marketing rural processes, especially in the courses of the Center for Health and Agrarian Sciences. UNICRUZ has an important role in vocational training for the labor market, in the production of knowledge and in the elaboration and articulation of regional guidelines. Rural development is the theme of one of its masters, and its approach can be broadened in an interdisciplinary way, with the aim of including its concepts in the academic profile of the University, thus contributing to works and projects that promote rural development actions within the economic model. established in the region.

Keywords: Rural Development. Agricultural development. Agrarian Development. Higher education. Academic-scientific production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	O lavrador de café	25
Quadro 1	A questão agrária de 1950 a 1960.....	35
Quadro 2	A questão agrária de 1980 a 1990.....	35
Quadro 3	Sistematização do referencial teórico.....	52
Quadro 4	Linhas de pesquisa agronomia	77
Gráfico 1	CCSA.....	105
Gráfico 2	CCHS.....	107
Gráfico 3	Total produção científica.....	133
Quadro 5	Representatividade da Universidade	142
Quadro 6	Calendário de eventos de temática rural.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População urbana, rural e total (por números de habitantes) do COREDE Jacuí para os anos de 2000 a 2010	68
Tabela 2	Evolução demográfica da população rural nos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2010	69
Tabela 3	Total da produção acadêmico-científica.....	102
Tabela 4	Produção acadêmica.....	103
Tabela 5	Distribuição dos trabalhos acadêmicos	103
Tabela 6	CCSA.....	104
Tabela 7	CCHS.....	106
Tabela 8	Produção dos programas de mestrado	109
Tabela 9	Agronomia	110
Tabela 10	Biomedicina	112
Tabela 11	Ciências Biológicas	113
Tabela 12	Educação Física.....	115
Tabela 13	Enfermagem.....	115
Tabela 14	Farmácia	116
Tabela 15	Fisioterapia	117
Tabela 16	Medicina Veterinária.....	118
Tabela 17	Administração	120
Tabela 18	Arquitetura e Urbanismo	123
Tabela 19	Ciências da Computação	124
Tabela 20	Ciências Contábeis	125
Tabela 21	Direito.....	126
Tabela 22	Jornalismo.....	127
Tabela 23	Letras	128
Tabela 24	Pedagogia.....	128
Tabela 25	Dissertações	129
Tabela 26	Composição docente por centro de ensino	131
Tabela 27	Professores de TI por curso	132
Tabela 28	Projetos do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA).....	135
Tabela 29	Projetos do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS)	136
Tabela 30	Temática rural dos projetos	136
Tabela 31	Publicações CCSA: artigos, livros e capítulos.....	138
Tabela 32	Publicações CCHS: artigos, livros e capítulos.....	139
Tabela 33	Temática rural das publicações.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADM	Administração
APROCRUZ	Associação dos Professores de Cruz Alta
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CCSA	Centro de Ciências da Saúde e Agrárias
CFE	Parecer Conselho Federal de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DOU	Diário Oficial da União
EF	Educação Física
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESI	Índice de Sustentabilidade Ambiental
EXPODIRETO	Feiras do Agronegócio Internacional
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FENATRIGO	Feira Nacional do Trigo
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável
IES	Instituição de Ensino Superior
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAIS	Mestrado Acadêmico em Atenção Integral à Saúde
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPDR	Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural
MPSC	Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MV	Medicina Veterinária
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa para a Aquisição de Alimentos
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPPI	Projetos Político Pedagógicos Institucionais
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
RS	Rio Grande do Sul
RTI	Regime de tempo integral
RTP	Regime de tempo parcial
SC	Santa Catarina
SICREDI	Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul
SINDIVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
START	Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TFG	Trabalhos de Final de Graduação
TI	Tempo integral
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TP	Tempo parcial
VAB	Valor Adicionado Bruto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objetivos.....	16
1.1.1 Objetivo Geral.....	16
1.1.2 Objetivos Específicos	16
1.2 Estrutura da Dissertação	17
2 A AMPLITUDE DOS CONCEITOS E ADJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO ...	20
2.1 Concepções sobre o desenvolvimento no meio rural.....	24
2.2 Desenvolvimento Agrícola	30
2.3 Desenvolvimento Agrário.....	34
2.4 Desenvolvimentos Rural	37
2.4.1 O papel das Instituições de Ensino Superior em uma abordagem de Desenvolvimento Rural	43
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	49
3.1 Coleta de dados	50
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	55
4.1 A Universidade de Cruz Alta: aspectos históricos e características regionais	55
4.1.1 Contextualização da temática do desenvolvimento rural abordada nos programas de ensino da Universidade - PDI.....	59
4.1.2 A temática do desenvolvimento rural abordada nos PPPIs: tópicos gerais.....	66
4.1.3 A temática do desenvolvimento rural abordada nos PPPIs dos cursos e nos programas de pós-graduação: tópicos específicos.....	72
4.1.3.1 Centro de Ciências da Saúde e Agrária (CCSA).....	73
4.1.3.2 Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).....	86
4.1.3.3 Programas de Pós-Graduação	97
4.1.4. A temática rural na Produção Acadêmico - Científica da Universidade.....	101
4.1.4.1 A temática rural na produção acadêmica dos TCCs	102
4.1.4.2 Áreas de estudo ligadas a temática rural na produção acadêmica	110
4.1.4.2.1 Centro de Ciências da Saúde e Agrárias.....	110
4.1.4.2.2 Centro de Ciências Humanas e Sociais	119
4.1.4.2.3 Programas de Mestrado	129
4.1.4.3 A temática rural na Produção Científica dos docentes.....	130

4.1.4.4	Projetos de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento voltados para a temática rural ..	134
4.1.4.5	Publicações voltadas a temática rural.....	138
4.2	Representatividade da Universidade nos órgãos, conselhos e comissões com enfoque no meio rural.....	141
4.3	Eventos da Universidade voltados para a temática rural.....	142
4.4	Caracterização da produção acadêmico-científica na abordagem de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural no contexto da UNICRUZ	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
	REFERÊNCIAS.....	156
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	169
	ANEXO B – Autorização PRPGPE/UNICRUZ 001/2016	173

1 INTRODUÇÃO

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB nº 9.394/96), as universidades têm autonomia em muitos aspectos da sua prática. Com isso a inovação e a sustentabilidade das instituições são uma preocupação frente aos desafios econômicos, sociais e políticos, para manter o seu papel de referência na produção de conhecimento formal. Aqui, tem-se a inovação na perspectiva de Galvão (2004) como o acervo de conhecimentos que se pode mobilizar coletivamente para o desenvolvimento que se busca estimular. E a sustentabilidade nesse caso, como se refere Veiga (2005b), a qualidade de “firme” e “durável”, representando a “consistência” da organização.

De acordo com a LDB, capítulo IV, art. 43, inciso VI, é uma das finalidades do ensino superior “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Nesta função a universidade produz conhecimentos e tecnologias, estabelecendo uma relação de troca com a comunidade em que está inserida. Como aponta Veiga (2005a), o crescimento e desenvolvimento de determinadas regiões dependerão de sua capacidade de articulação e conhecimento.

Neste sentido, a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) é considerada uma referência de ensino para a região. O município de Cruz Alta, onde está localizada a Universidade, é polo do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí - COREDE Alto Jacuí. O COREDE compreende 14 municípios, em uma área de 6.893,8 quilômetros quadrados, com população de 158.460 habitantes de acordo com a Fundação de Economia e Estatística - FEE (2017).

Suas características geográficas favorecem as atividades agropecuárias, sendo esse setor responsável por estabelecer as principais dinâmicas econômicas da região. Suas demandas, influenciam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que buscam atender as necessidades educacionais de formação e qualificação para os municípios de sua área de abrangência. Segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2017), sua atuação visa promover o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da região.

Diante da realidade regional, a geração de trabalho decorrentes da atividade rural, e a rede de serviços e atendimentos voltados ao meio, colocam as Instituições de Ensino Superior (IES), e nesse caso a UNICRUZ, como agentes responsáveis pela formação de mão de obra

qualificada, pela produção científica e circulação de conhecimento, especialmente no que se refere ao ensino, as ações da extensão e a relevância da pesquisa. Sendo esses os principais serviços necessários à sua existência. Na região do COREDE Alto Jacuí, somente o município de Cruz Alta possui universidade. Pode-se afirmar que o município é referência de ensino, formação e qualificação para a região, o que justifica o interesse e a necessidade de conhecer os caminhos trilhados pela Instituição no sentido de atender a demanda do setor primário.

Dentre os programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UNICRUZ, encontra-se o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, que através de uma formação técnico-científica, busca o desenvolvimento do espaço rural, contribuindo para a melhoria da vida do homem no campo e nas cidades atreladas às atividades agropecuárias. O Curso abre uma posição significativa na pesquisa da Instituição e no compromisso da mesma com a região, sob uma abordagem interdisciplinar e territorial.

São muitos os conceitos de desenvolvimento, mas compreender o desenvolvimento rural e o que ele significa para uma Instituição inserida nessa realidade produtiva pode auxiliar a definir ações para promovê-lo, bem como delinear o perfil e posicionamento da Universidade nesse contexto. Por isso, a utilização da abordagem interdisciplinar possibilita explorar um determinado tema através de diferentes prismas. Já a abordagem territorial, está relacionada a outros fatores além das questões econômicas e técnico-produtivas, que dizem respeito às mudanças políticas e organizacionais na forma de gestão e atuação do Estado e das políticas públicas, mas compreendem também os modos de interação dos atores e das instituições da sociedade civil (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). Nesse espaço de mobilização, as IES têm um importante e decisivo papel.

Existem vários trabalhos que abordam a atuação do ensino superior na promoção do desenvolvimento regional, no entanto, pesquisas que identificam a presença do conceito de desenvolvimento rural a partir da análise do conteúdo de temática rural selecionados nos projetos pedagógicos e na produção universitária, servem como indicador para o posicionamento da Universidade sobre o tema. Por isso, obter dados que evidenciam a parcela de conhecimento rural que a Instituição disponibiliza pode ser estratégico para a abordagem do desenvolvimento rural dentro da Universidade e conseqüentemente na sua função de geração e socialização do conhecimento.

Assim, as características da região e a função de gestora técnica do COREDE têm orientado a atuação da UNICRUZ. Dentro deste contexto, e com o propósito de entender o sentido dessa dinâmica, da Universidade com o meio, esse estudo busca responder ao seguinte

questionamento: **Qual a representatividade da temática rural e sua relação com o desenvolvimento rural para a Universidade de Cruz Alta?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a abordagem do desenvolvimento rural no contexto da Universidade de Cruz Alta, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a Instituição pesquisada, resgatando aspectos históricos da Universidade e características da região;
- Contextualizar a temática do desenvolvimento rural abordada nos programas de ensino da Universidade;
- Identificar a temática rural nos trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* da Instituição;
- Verificar os projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento, voltados para a temática rural;
- Relacionar as publicações dos docentes voltados para a temática rural;
- Destacar a representatividade da Universidade nos órgãos, conselhos e comissões com enfoque no meio rural;
- Citar os eventos promovidos pela Universidade de Cruz Alta voltados para a área rural;
- Caracterizar a produção acadêmico-científica no contexto de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural.

1.2 Estrutura da Dissertação

Neste trabalho analisa-se o enfoque do desenvolvimento rural no contexto da UNICRUZ, a partir da temática rural presente nos programas pedagógicos e na produção acadêmico-científica da Universidade. A temática rural investigada serve para dimensionar a

presença do rural nas ações de ensino, pesquisa e extensão, considerando que a Universidade se localiza numa região de atividades econômicas predominantemente agropecuárias.

Para atingir os objetivos propostos e tornar a leitura dinâmica acerca do tema, a dissertação está estruturada da seguinte maneira: No capítulo da Introdução, se fez a apresentação da UNICRUZ e de seu contexto, no caso, Cruz Alta e as regiões de abrangência da Universidade, com uma breve caracterização, seguido do papel do Ensino Superior nessa tríade: universidade - região - desenvolvimento rural. De acordo com a questão central da pesquisa, foram apresentados os objetivos do trabalho.

O segundo capítulo: “A amplitude dos conceitos e adjetivos do desenvolvimento”, descreve um breve histórico das ideias sobre desenvolvimento e das referências a respeito dos conceitos de desenvolvimento existentes, especialmente os relacionados ao universo rural, embora os limites entre rural e urbano, vão além da questão geográfica. Suas relações e representações (reais e simbólicas) envolvem direta e indiretamente um grande número da população, o que evidencia a dimensão do rural na vida e na evolução da humanidade.

Dessa maneira, o termo desenvolvimento associado a outros termos, como: econômico, político, social, local, sustentável e especialmente agrícola e agrário, servem para representar interesses de grupos, regiões e atividades, que combinados podem constituir o conceito de desenvolvimento rural. Nesse sentido, se destaca o papel das IES e sua importância na função de formar novos profissionais e gerar novos conhecimentos, especialmente os que se referem ao conteúdo rural, para atender a demanda do mercado e atuar na promoção do desenvolvimento de determinado território vinculado a produção agropecuária.

No capítulo seguinte, são descritos os aspectos metodológicos referente a pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados. O contexto rural da UNICRUZ, seus programas de ensino e a produção acadêmico-científica voltada para a temática rural são o ponto de partida para a análise da abordagem do desenvolvimento rural, e estabelecem dinâmica da pesquisa.

Na sequência, o capítulo 4 faz a descrição e análise dos dados obtidos na coleta. Após a descrição dos aspectos históricos da Universidade e das características da região de inserção, são apresentados os resultados dos três componentes da pesquisa: documentos da Instituição, produção dos alunos e dos professores, além da representatividade e eventos na área rural que envolvem a participação da Universidade. A partir das temáticas rurais encontradas, se caracteriza a produção acadêmico-científica de acordo com o desenvolvimento agrícola, agrário e rural no contexto da UNICRUZ, com enfoque nas possibilidades de uma maior inserção do desenvolvimento rural.

O último capítulo é destinado para as considerações finais quanto aos aspectos pesquisados, principais dados da produção acadêmico-científica de temática rural e sua relação com abordagem do desenvolvimento rural para a região por meio do papel da UNICRUZ.

2 A AMPLITUDE DOS CONCEITOS E ADJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história, muitos autores têm se dedicado a discutir o conceito de desenvolvimento, visando contribuir para a compreensão desse processo. Pode se dizer, que o desenvolvimento é considerado um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção. “O desenvolvimento é como o elefante, muito difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer” conforme expõe Joan Robinson (SACHS, 2004, p.25).

Percebido como uma situação que promove mudanças positivas em determinada coletividade humana, tem referência na Biologia e Antropologia (final século XVIII). Já no final do século XIX, o ser humano passa a ser percebido como sujeito de seu desenvolvimento, o trabalho e os investimentos de capital, frutos da organização social passam a ser apontados como bases para o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento econômico passa a ser empregado no pós-guerra e nas políticas globais. O discurso se consolida no século XX associado ao progresso e a modernização como alternativa aos países subdesenvolvidos. Esse anseio internacional passa a estabelecer teorias de estudo e mecanismos institucionais em busca de um ideal de desenvolvimento (AMARO, 2004).

É neste período também, que foram criados organismos e organizações internacionais, como: Fundo Monetário Internacional - FMI (1944), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1945), Organização das Nações Unidas - ONU (1945), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (1945), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (1948) entre outros, que visavam fomentar o desenvolvimento, principalmente nos países que sofreram as consequências da II Guerra Mundial. O desenvolvimento econômico percebido neste período estava associado principalmente ao progresso, industrialização e urbanização.

A partir da discussão deste modelo de desenvolvimento, ou por causa dele, verifica-se a adição de adjetivos que restringem o significado do termo desenvolvimento a um campo de estudos mais específico ou ampliam sua complexidade, ao acrescentar a palavra desenvolvimento, termos como: econômico, humano, social, sustentável, territorial e rural.

Contudo, o crescimento econômico nem sempre se traduz em desenvolvimento. Os conceitos isolados são distintos, enquanto o primeiro é associado ao aumento da renda per

capita, o segundo envolve questões mais abrangentes. Como afirma Veiga (2005b, p.56), “ninguém duvida de que crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa”.

Mas crescimento e desenvolvimento podem ser complementares, formando o conceito de desenvolvimento econômico. Segundo Bresser-Pereira (2008, p.3) “desenvolvimento econômico implica não apenas aumento da renda per capita, mas transformações estruturais da economia”. O autor considera esse “apenas um dos objetivos políticos das sociedades modernas”, os demais seriam “a liberdade, a paz, ou a segurança, a justiça social e a proteção da natureza”.

Para Bresser-Pereira (2008), desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento da renda que implica na melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, incorporando conhecimento ou progresso técnico à produção. Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2008, p.4), “desenvolvimento sem o adjetivo econômico poderá ser algo mais amplo e melhor, poderá ser uma palavra para exprimir um conceito correlato ao de progresso”. Progresso esse, entendido por Galvão (2004, p.16), “como uma mistura de mais emprego e renda, mais educação e cultura, saúde melhor e muita felicidade”.

Entretanto, encontra-se nas ideias de Amartya Sen (1999a), prêmio Nobel de Economia de 1993, a visão mais ampla, que define a liberdade como a principal finalidade do desenvolvimento, compreendendo seu processo multidimensional, principalmente no que se refere às questões sociais e ambientais, defendido por ele como desenvolvimento humano.

Freedom is central to the process of development for two distinct reasons. 1) The evaluative reason: assessment of progress has to be done primarily in terms of whether the freedoms that people have are enhanced; 2) The effectiveness reason: achievement of development is thoroughly dependent on the free agency of people (SEN, 1999b, p.4).

Veiga (2005b) complementa essa ideia, ao constatar que para existir liberdade, as pessoas dependem de outros fatores, como os serviços de educação e saúde, ou os direitos civis. “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos” (VEIGA (2005b, p.34).

Nos anos 1990, as teorias do desenvolvimento convergiram para uma concepção mais abrangente, em contraponto as teorias econômicas padronizadas, centradas em dados demográficos e de mercado. Com esse propósito surgiram indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e o Índice de Sustentabilidade Ambiental - ESI (2002), que foram incluídos nos estudos que buscam aferir o grau de desenvolvimento de determinada região, cidade ou país, além de oferecerem suporte de informações para as decisões políticas.

Um desenvolvimento econômico sustentável seria aquele em que o estoque de capital natural pudesse continuar a desempenhar seu papel complementar indefinidamente na economia. As questões como desenvolvimento econômico, social e ambiental passaram a ter grande relevância na atual sociedade, principalmente a partir de meados da década de 1990. Atualmente, discute-se desenvolvimento tendo como foco a sustentabilidade. Esse novo foco tem trazido mudanças nos conceitos e objetivos correntes, uma vez que, até bem pouco tempo atrás, considerava-se como padrão somente o crescimento econômico. Nessa perspectiva, os aspectos sociais e ambientais passaram a constituir importantes elementos a serem incorporados na dinâmica econômica. Porém, embora a mudança de perspectiva tenha sido grande, há ainda a necessidade de ampliação da consciência e da responsabilidade sobre o tema, como também de preocupação com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida da sociedade (CASTRO, 2012, p.159).

Também foram criados o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e o Índice de Condições de Vida (ICV), por demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para acompanhar as políticas de desenvolvimento territorial brasileiro, numa perspectiva multidimensional e humana voltado para o público-alvo de suas ações (DEL RÉ; RAMBO; SCHNEIDER, 2017).

Os indicadores sociais passaram a nortear políticas públicas de desenvolvimento, pelas condições socioeconômicas e pelas características intrínsecas que constituem os dados de determinado local. Também são referência para ações, governamentais ou não, que visam o crescimento econômico aliado a melhoria da qualidade de vida da população, englobando os aspectos quali-quantitativos na sua abordagem. Como aponta Veiga (2005a), os relatórios para o desenvolvimento enfatizam quatro aspectos fundamentais para converter crescimento em desenvolvimento: longevidade, instrução, acesso a recursos dignos e vida em comunidade.

Para Kageyama (2004, p.380), o desenvolvimento – econômico, social, cultural, político – é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos e “aproximação” por algumas formas de medidas. Portanto, o desenvolvimento associado a outros termos, como sustentável, regional, agrícola,

agrário e rural, podem estabelecer novas possibilidades de êxito na complexa inter-relação do homem com os meios e modos de produção.

De acordo com essas diversas perspectivas, o conceito de desenvolvimento, mais do que um fim, mostra-se um meio de questionamentos, alternativas e articulações capazes de promover melhorias nas condições de vida. Como não se pode definir uma fórmula para sua viabilização, cabe refletir acerca deste processo complexo. Para Sachs (1993, p.49) “a seletividade é a palavra-chave, que deve subordinar-se a uma visão clara do processo de desenvolvimento adaptado aos contextos socioculturais e ambientais específicos de cada país”.

A partir da análise do processo de desenvolvimento, o avanço para a questão da sustentabilidade e da valorização do local/regional, ocorre frente à necessidade de complementaridade do próprio conceito de desenvolvimento, visando esclarecer e orientar ações que viabilizem a equidade de renda e recursos, a melhoria das condições de vida e o respeito à natureza.

Sobre desenvolvimento sustentável, segundo Milanez (2016), é fácil de definir, mas muito difícil de implementar, pois considera que as estruturas organizacionais não estão preparadas. “Da forma como entendemos, o desenvolvimento sustentável tem que ser, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável, socialmente justo, culturalmente respeitoso e economicamente viável” (MILANEZ, 2016, p.295). Para Veiga (2005b, p.171), “a sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras”. Ainda, segundo o autor, é necessário assumir a responsabilidade de mudar práticas até então utilizadas, por ações comprometidas com a preservação dos recursos.

Quanto ao desenvolvimento regional, quando se utiliza os adjetivos territorial, regional e local junto ao termo desenvolvimento está se associando uma série de fatores (vantagens ou limitações) que possuem determinada localidade e conseqüentemente os atores que constituem esse arranjo territorial. Para Dallabrida (2007), as abordagens regionalistas do desenvolvimento, como distritos industriais, meios inovadores, territórios inovadores, regiões que aprendem, clusters, entre outros, reforçam a importância da dinâmica das relações.

A dinâmica territorial do desenvolvimento refere-se ao conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente. O seu uso sustenta-se na hipótese de que o desenvolvimento tem uma relação direta com a dinâmica (social, econômica, ambiental, cultural e política) dos diferentes territórios (DALLABRIDA, 2007, p.6).

Portanto, os adjetivos que complementam o conceito, podem ser considerados qualidades inerentes ao desenvolvimento. Ou seja, pensar em desenvolvimento engloba pensar no econômico, no humano, no social e no sustentável. O que os diferencia, é justamente, o onde, para quem, e com base em que atividades. De acordo com Freitas, Freitas e Dias (2012, p.1594), desenvolvimento já não é mais algo “exportável” (teoricamente, como modelos replicáveis) de um lugar para outro. Os contextos locais e suas características têm um papel determinante no desempenho de programas e políticas.

Sabe-se que o contexto de um lugar pode ser um fator crucial nas relações do homem com o meio, nas suas atividades e identidade. Quanto a esses contextos existe mundialmente, a separação entre urbano e rural baseada nas definições geográficas e político-administrativas. Seus critérios serviram de estudo e contestações por parte de diversos autores, que se dedicaram a compreender com mais detalhes essa organização territorial.

Por acreditar que o Brasil é bem mais rural do que a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Veiga (2002) distribui os municípios em três tipologias que levam em consideração o número de habitantes e a densidade demográfica. Podendo ser considerados tipicamente rurais os municípios com menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab/km², ambivalentes os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes ou com população menor de 50 mil habitantes e densidade demográfica superior a 80 km² e então, os tipicamente urbanos, com mais de 100 mil habitantes ou localizados em aglomerações metropolitanas. Segundo o autor:

A relação entre a quantidade de pessoas que ocupa determinada área, ainda que possa ser questionada (assim como a construção de qualquer variável) é apontada aqui, não como a variável do “vazio”, mas como a variável indicativa do não total condicionamento às ações humanas. É a variável “cheia” de um modo de vida que não é totalmente controlada pela racionalidade capitalista e que não controla completamente todas as relações de produção (VEIGA, 2002, p.25).

Conforme Kageyama (2008), a definição de rural foi se modificando ao longo da história, as grandes propriedades já não são predominantes, a agricultura se modernizou, a população rural obtém rendimentos das cidades e a indústria se estabeleceu em espaços rurais reduzindo a diferença entre rural e urbano. Compreender esse posicionamento contribui para enfim, caracterizar o que representa o desenvolvimento rural.

2.1 Concepções sobre o desenvolvimento no meio rural

Devido as condições climáticas e territoriais favoráveis, e diante dos expressivos números do mercado do agronegócio, o Brasil é, por vocação, um país produtor de alimentos e de outros produtos oriundos da agricultura e pecuária. A produção agropecuária é uma das principais bases da economia brasileira. O Brasil é o maior exportador mundial de café, açúcar, suco de laranja e carnes (bovina e de frango); segundo maior exportador de milho e soja (grãos, farelo e óleo), além de se destacar na exportação de carne suína e algodão, entre outros itens da produção rural (MAPA, 2015).

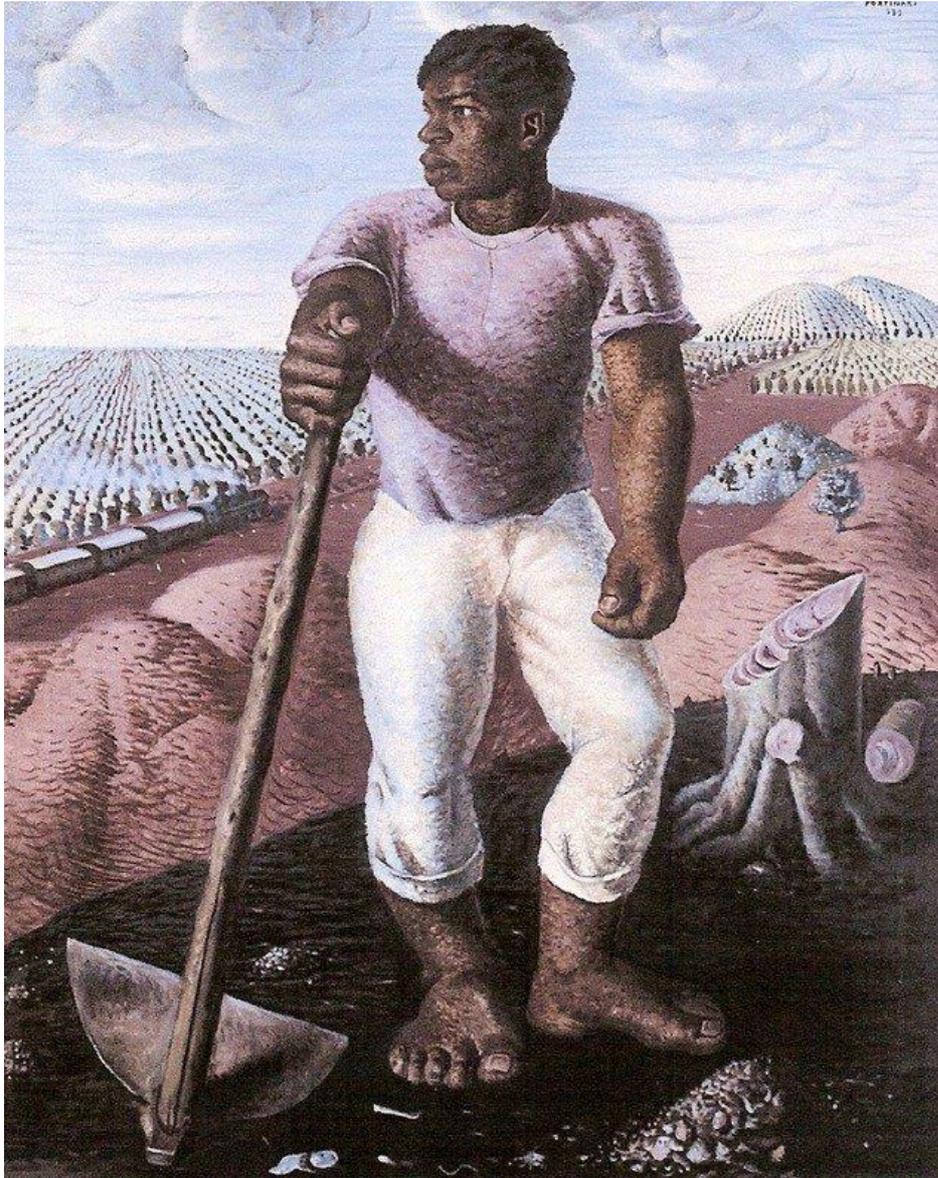
Segundo Ormond (2006) a agricultura é um conjunto de processos de produção agrícola, e da atividade deriva vários conceitos a partir dos meios e agentes de produção, como por exemplo, agricultura de precisão, que se refere ao uso de tecnologia no sistema de produção, e agricultura familiar, que se refere as pessoas que nela atuam. Já a pecuária se caracteriza por atividade agrícola que tem por finalidade a criação de gado. Este termo é muito utilizado para a criação de bovinos, embora se relaciona a todo tipo de gado o que é bem mais abrangente que seu uso.

Para que seja possível compreender as condições que o levaram a essa posição, deve-se considerar o contexto histórico das relações sobre o “mundo rural” no Brasil, a partir da contribuição de alguns autores. O rural como origem da sociedade brasileira, foi retratado historicamente de várias formas pela literatura, música, poesia e artes plásticas, que contribuíram expressando modos, hábitos, valores e dificuldades da vida no campo, vivenciados por grandes personagens ou representado através de letras, versos e quadros.

O Brasil conta com grandes obras que serviram como referência das características regionais da vida rural. Para citar alguns exemplos, na literatura, o cruz-altense Érico Veríssimo escreveu a trilogia de O tempo e o Vento, com a primeira obra, intitulada O Continente, de 1949, que retratava a vida rural no Rio Grande do Sul, em torno das famílias Terra-Cambará.

Nas artes plásticas, Candido Portinari pintou muitas cenas rurais entre elas “O lavrador de café” (1934) que pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 - O lavrador de café



Fonte: Candido Portinari, 2016.

A obra de Candido Portinari, *O lavrador de café*, faz parte do acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). É uma pintura a óleo sobre tela, datada de 1934, na categoria de arte brasileira. Faz alusão a era cafeeira no Brasil, e ao trabalho nas lavouras de grandes fazendas.

E na música, o gaúcho Lupicínio Rodrigues cantou “Felicidade” em 1947. A letra faz referência ao atavismo rural e ao modo de se relacionar de quem vive para “fora”:

Felicidade foi-se embora
 E a saudade no meu peito ainda mora
 E é por isso que eu gosto lá de fora
 Onde sei que a falsidade não vigora
 [...]

As expressões artísticas citadas, têm sua origem baseadas ou inspiradas por situações dessa realidade. A relação rural – urbana segue presente no dia a dia de grande parte do país. Segundo pesquisa realizada pelo até então, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Ministério do Planejamento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), se estima que 36% da população brasileira é rural, diferentemente dos cerca de 16% apontados pelo último censo do IBGE (2010) (IICA, 2017).

Justamente por essas diferenças de interpretação, a separação entre rural e urbano, quando equivocada pode comprometer a visão estratégica que promove a melhoria da qualidade de vida e os avanços sociais em comunidades em que o limite do rural não se restringe apenas ao espaço geográfico. O IICA vem implementando, desde 2012, o projeto intitulado Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas, com o objetivo de construir uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil (IICA, 2017).

O estudo do IICA, traz contribuições importantes para a condição rural brasileira, servindo de referência sobre o tema a partir das seguintes constatações: O rural não é uma categoria à parte na história, pois tem uma correspondência direta com a formação social brasileira, suas formas de propriedade da terra e de organização econômica e social são bem heterogêneas. A regulação do territorial rural brasileiro conferiu um caráter periférico e de vazio institucional na sua condição de desenvolvimento, o que torna necessária uma referência para o rural semelhante ao Estatuto das Cidades (IICA, 2017).

Alguns aspectos adotados pelo estudo do IICA na construção de uma tipologia regionalizada merecem destaque, sendo estabelecido o município como unidade espacial e as dimensões da realidade rural (características físicas, demográficas, produtivas, socioculturais, econômicas e de políticas públicas) como atributos utilizados para classificar esses municípios, além da adoção do mapa dos biomas no lugar das macrorregiões do IBGE e a exclusão do Brasil urbano do estudo.

Para Veiga (2001), o equívoco do entendimento de um Brasil urbano, que possui espaços rurais isolados, está baseado numa interpretação estatística limitada que não representa o campo e a cidade. Para que isso aconteça, outros elementos devem ser levados em conta, na

classificação dos municípios, tais como densidade demográfica, localização e número de habitantes, critérios que serão adotados pelo IBGE, para futura classificação.

Nessa linha Kageyama (2004, p.387) propõe uma classificação territorial em três tipos de zonas rurais, fundada no seu grau de integração nas economias, nacional e internacional:

a) Zonas economicamente integradas: zonas rurais prósperas, geralmente próximas de um centro urbano ao qual se integram por uma rede de comunicações bem desenvolvida, combinando as melhores vantagens da vida no campo e na cidade, e aproveitando economias de escala e de aglomeração, com demanda e oferta diversificadas de emprego. b) Zonas rurais intermediárias: são zonas tradicionalmente desenvolvidas com base num setor agrícola próspero e nas atividades a ele associadas; são geralmente afastadas de centros urbanos, mas com infraestrutura de transporte suficiente para ter acesso a eles; são zonas em processo de integração econômica, em que as novas atividades (indústria, comércio, turismo) começam a transformar a estrutura do emprego. c) Zonas rurais isoladas: possuem uma população dispersa e localizam-se em áreas periféricas bem afastadas de centros urbanos (montanhas e ilhas, por exemplo); a infraestrutura e os serviços locais são precários, a produção é tradicional (agricultura e pequeno artesanato local), as rendas e a qualificação da mão-de-obra são bastante baixas.

O mundo rural e suas peculiaridades ultrapassam os limites das áreas de produção da agricultura e da pecuária, e estão presentes no modo de vida, nos valores, no vestuário e na maneira de se relacionar, daqueles que vivem em locais de caráter rural.

A vida no ambiente rural tem especificidades que tendem a ser valorizadas, uma vez que a modernidade tem cada vez mais apresentado claramente seus limites e incertezas que surgiram em sua grande maioria a partir da identificação e da construção social dos aglomerados urbanos. É entendido aqui como o lugar onde as complexas relações entre seus componentes não podem ser completamente condicionadas pela ação humana (KÜHN, 2015, p.25).

A professora e pesquisadora de assentamentos de trabalhadores rurais, Dulce C. A. Whitaker, em seu livro: *Sociologia Rural - Questões Metodológicas Emergentes*, expressa com muita clareza a dicotomia rural - urbano, quando diz:

O problema é que toda ciência contemporânea é urbano centrada e, pelas suas raízes históricas, comprometida com uma civilização que se considera padrão universal. Pensa-se, portanto, que ela deve ser seguida em seu europeucentrismo cartesiano por todo o resto do mundo. Como tal, em sua razão dualista, criou dicotomias hierarquizadoras - masculino x feminino, cultura x natureza, urbano x rural, homem branco x não branco, cultura ocidental x as outras – nas quais o primeiro polo é sempre valorado em detrimento do segundo (WHITAKER 2002, p.21).

A mesma autora acredita que o cientista social não pode ignorar que existe uma dialética entre o rural e o urbano, especialmente no Brasil, que em função de uma urbanização recente,

conserva forte a ruralidade mesmo em espaços já urbanizados. Com base em suas experiências, criou a expressão “franjas do rural urbano”, para descrever essa paradoxal realidade (WHITAKER, 2002, p.35).

Outros autores também usaram de expressões semelhantes para ilustrar essa condição de quem vive no campo e do campo, e suas relações com espaços urbanos. As diferenças entre “mundo rural” e “mundo urbano”, foram estabelecidas por Sorokin, Zimmerman e Galpin, em 1930, onde o rural separa-se do urbano e é caracterizado como um ambiente natural, de menor densidade populacional e maior homogeneidade entre seus habitantes (KAGEYAMA, 2008, p.20).

Conforme Veiga (2005a) duas ideias antagônicas foram apontadas por Henri Lefebvre e Bernard Kayser, na década de 1970. Para o primeiro, o rural seria absorvido pelo urbano (rurbanização), já para o segundo, ocorreria numa hipótese inversa, o renascimento do rural, corroborando com as ideias de Veiga (2005a, p.22):

Em resumo, há muitas razões para se afirmar que está em curso uma forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização. São rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações. O valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que o distingue do espaço urbano.

No entanto, ao longo dos anos, o que se pode perceber é que existe um movimento de olhar para o rural e este para o urbano num *continuum*, denominado por Wanderley (2001), que considera haver relações de complementaridade entre os dois espaços, o urbano e o rural, que coexistem nas suas peculiaridades, sem necessariamente ocorrer a dominação espacial e social de um sobre o outro.

Ou seja, o seu caráter de isolamento foi perdendo sentido e novas relações foram se estabelecendo, encurtando os caminhos, à medida que a logística e a tecnologia foram avançando. A ideia de atraso vai ficando para trás pela força econômica, capacidade produtiva e mobilidade do homem do campo, como também pela necessidade de preservação da natureza e de segurança alimentar, que ganha espaço nas políticas públicas e no interesse da sociedade.

Diante disso, segundo Kageyama (2008, p.20), ocorreu uma atualização do conceito de “mundo rural”, para uma “nova ruralidade”, a partir das interpretações de diversos autores que dão conta das novas relações rural-urbano para além da questão espacial, mais centradas no mercado global ou local, na geração de emprego e na pluralidade/diversidade de atividades

agropecuárias ou não, que podem agregar mais alternativas para o homem do campo e consequentemente da cidade, constituindo-se assim em desenvolvimento rural.

Segundo Soto (2002, p.249), essas novas formas de organização, que recebem o nome de “pluriatividade”, combinam atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas (turismo, lazer, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços). Tal conceito é explicado por Schneider, (2005, p.26):

A pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

Para Anjos (2003, p.14) tanto a “agricultura em tempo parcial” quanto a “pluriatividade” são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, e desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações.

Tendo a pluriatividade como referência, Graziano da Silva (1999) aponta na criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais como a única estratégia capaz de gerar renda e manter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia. Isso para Graziano da Silva (1999, p.30), caracterizaria o “novo rural brasileiro”. Nesse sentido, juntamente com outros pesquisadores criou o Projeto Rurbano que tratou de analisar as ocupações das populações rurais e suas rendas agrícolas e não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

Na interdependência do rural-urbano, tanto para produção de alimentos como para preservação de espaços naturais, e devido ao crescimento das cidades, surge a agricultura urbana, que ocupam e otimizam locais que antes eram destinados a atividades rurais. Lovo (2016, p.162) considera “a definição de agricultura urbana como um processo em constante elaboração, que possibilita expressar especificidades de acordo com diferentes realidades e contexto”. Complementa o autor:

Dialogando com a tendência que reconhece a existência de um contínuo rural-urbano, a conceituação do termo agricultura urbana reforça a necessidade de ampliação do entendimento sobre espaço rural e urbano e também, sobre a produção em grande escala como sendo possibilidade prioritária para a produção de alimentos. Uma mudança de paradigma poderia ser reforçada se a produção de alimentos fosse

considerada estratégica para ser implementada em diferentes espaços e escalas, incluindo, assim, as realidades intraurbanas, periurbanas e rurais” (LOVO, 2016, p.162-163).

Assim, salienta Kühn (2015, p.21), que a ruralidade vai além do agrícola e se ocupa da preservação de paisagem e de traços culturais, para a geração de empregos não agrícolas. “É em torno deste valor - e não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas” (ABRAMOVAY, 2000, p.26).

Conforme Kageyama (2004, p.382), a discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas aparenta consenso sobre os seguintes pontos:

“a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções, produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades, e vilas adjacentes”.

Ao denominar os pontos que compõe o meio rural, torna-se compreensível a complexa relação de coexistência rural-urbana. Com esse propósito, Navarro (2001) estabelece a diferença entre os conceitos de desenvolvimento agrícola, agrário e rural, que serão abordados nas próximas seções. Partindo dos conceitos de Navarro (2001), cabe entender a abrangência de cada um deles no mundo rural e as diferentes abordagens, que associadas, caracterizam o processo de desenvolvimento rural e auxiliam na interpretação adequada dos dados, índices e políticas oriundos ou destinados a esse meio.

2.2 Desenvolvimento Agrícola

A agricultura moderna surgiu na Europa, durante os séculos XVII e XIX e desde lá, as mudanças tecnológicas, sociais e econômicas denominadas de “Revolução Agrícola”, foram definitivas para a superação do feudalismo e a instalação do capitalismo (VEIGA, 1991, p.21). De acordo com Dereti (2009, p.33) a “Revolução Verde”, transformou países como o Brasil em grandes exportadores de *commodities* agrícolas.

Ao mesmo tempo, o sucesso dos modelos tecnológicos e de desenvolvimento da época, resultou também e, desigualdade social e de renda, êxodo rural, estrutura fundiária

desequilibrada, nos baixos índices de desenvolvimento humano nas zonas rurais, aumento das favelas e aceleração do esgotamento dos recursos naturais.

Nessa mesma linha, Anjos (2003, p.37) complementa que “além de promover um êxodo rural sem precedentes, a modernização produziu grandes desequilíbrios demográficos, entre os quais destaca-se o processo de envelhecimento e masculinização da população rural”. Segundo Mera e Divério (2014, p.53) “as mulheres além de representarem um número significativamente inferior de trabalhadoras na região, também tem uma remuneração menor”. Esse talvez seja um dos motivos que se reproduz em outros locais e justifique a diminuição da participação feminina em atividades rurais. Entretanto, não se tem por objetivo fazer um resgate histórico a cerca deste tema, muitos autores já o fizeram. Sob outras circunstâncias ou formas de intervenção se poderia obter resultados diferentes desse sistema agrícola, mas são fatos que assim se estabeleceram.

O que cabe destacar é que desenvolvimento agrícola já foi chamado equivocadamente de desenvolvimento rural. Sendo que, na concepção de Navarro (2001), a expressão desenvolvimento agrícola ou agropecuário se refere “exclusivamente” as condições de produção, com características “estritamente” produtivas de tendências utilizadas num determinado período de tempo. “Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos” (NAVARRO, 2001, p.86).

Segundo Etges (2001, p.131), a ideia de desenvolvimento rural foi por muito tempo disseminada a partir do conceito de desenvolvimento agrícola, que é entendido como “intensificação da atividade agropecuária, através da utilização de insumos modernos, como máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em escala, voltada basicamente para o mercado externo”. Assim, o desenvolvimento agrícola se associa ao processo de industrialização da agricultura e figura um conceito próprio baseado nos modos de produção, como demonstra Fabrini (2009, p.141):

A industrialização da agricultura ocorreu graças à elevação do padrão técnico com a utilização de equipamentos, inicialmente importados na sua maioria, e posteriormente produzidos internamente, mecanização, utilização de insumos, biotecnologia, etc. A agricultura tornou-se uma importante fornecedora de matérias-primas para as indústrias, bem como um mercado consumidor de produtos industrializados.

De acordo com Soto (2002, p.50), o processo de modernização da agricultura marcou a passagem de uma agricultura natural para uma produção agrícola baseada em “fortes incorporações de insumos industrializados e importados” caracterizando as transformações capitalistas no campo. Esse processo de busca por novas técnicas de cultivo e tecnologia na produção agrícola, contou com políticas de crédito e teve implicações nas questões ambientais e agrárias, já que marca a “expansão do capitalismo no campo”. Esse processo é também explicado por Castro (2012, p.159):

A adoção de um novo padrão tecnológico a partir da revolução verde ocasionou no País a implantação de sistemas monoculturais com uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, mas sem haver alteração simultânea na estrutura fundiária. Em consequência disso, em algumas regiões o uso e a ocupação de áreas agriculturáveis vêm ocorrendo de forma desordenada e acelerada, sem a devida preocupação ambiental. Acrescentam-se à questão ambiental os problemas por vezes detectados relacionados aos custos sociais do trabalho agrícola sem formalização legal. Nesse processo, muitas substâncias químicas são utilizadas enquanto insumos, uma vez que o Brasil apresenta um dos maiores mercados na área de fitossanidade.

Assim se constitui a existência de novas relações de trabalho, de um comércio de terras e de um mercado de produtos agropecuários e agroindustriais (SOTO, 2002). Segundo Ormond (2006, p.22) agroindústria é um segmento da indústria que “processa ou beneficia matéria-prima oriunda da agricultura e a vende como produto para consumo ou matéria-prima para outras indústrias”. A instalação desse mercado interfere nas relações de consumo e valor dos bens e serviços.

As transformações da industrialização no campo provocaram mudanças desde a grande propriedade até a transição do campesinato para a categoria da agricultura familiar, que em nosso país, vive situações e condições distintas. Navarro (2001), ao escrever sobre a modernização agrícola e o desenvolvimento agrário, na região Sul, aponta que sua organização difere do restante do país, pois há uma relação da agricultura familiar com o mercado, e a tecnologia está presente nas propriedades.

A constatação de Navarro (2001, p.93), se refere ao interesse de qualificação da pequena propriedade, fato que não é diferente com grandes produtores. Salientando que “as gerações mais jovens de agricultores, inclusive, encontram-se atualmente imbuídas de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproxima do modelo do *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário”.

No Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Freitas, Freitas e Dias (2012, p.1583), salientam que “a questão teórica que se expressa na elaboração

do PRONAF como política pública é marcado pelo viés econômico do incentivo, enfatizando a modernização agrícola e a inserção dos agricultores familiares reforçando à reprodução econômica dos estabelecimentos agrícolas”. Através do acesso a modelos e condições de um trabalho rural mais tecnificados.

Contudo, mesmo que a industrialização da agricultura seja um processo irreversível, já que em maior ou menor escala está presente nas unidades de produção, não se pode esquecer, que na agricultura a intervenção humana tenta sustentar ou regular as condições ambientais em que as plantas e animais se desenvolvem, mas a transformação desse processo de trabalho é realizada por mecanismos orgânico-naturais e não pela ação do homem. Ou seja, mesmo que a industrialização e o capitalismo tentem superar, existem “limites naturais” inerentes ao processo de produção (VEIGA, 1991, p.177).

Por mais desenvolvidas que sejam as técnicas de produção, ainda assim o homem não controla a natureza e está sujeito a combinação de suas variáveis. Além disso, de acordo com Kühn (2015, p.25) é importante ter claro que “controlar” o ambiente por meio de tecnologias de produção agrícola, não significa aumentar de maneira homogênea e equilibrada a oportunidade das pessoas que vivem nesse ambiente.

O conhecimento de novas técnicas agrícolas é cada vez mais necessário, para auxiliar na mitigação dos impactos ambientais como também no incremento da produção vertical, visando preservar o ambiente natural. De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em sua Resolução nº 001/1986, caracteriza-se por impacto ambiental toda modificação das características físicas, químicas e biológicas do ambiente, em decorrência da atividade humana, que afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, assim como provoca desequilíbrio social, econômico e ambiental.

Segundo Rodrigues (2012, p.143) “é possível atribuir os impactos ambientais das atividades agropecuárias a três causas principais, que são: as queimadas, o desmatamento e as monoculturas”. Por isso a importância cada vez maior da pesquisa na busca de condutas menos agressivas.

Para diminuir esses problemas, é necessário desenvolver e aplicar tecnologias que promovam melhor ocupação permanente e diversificada do solo, que aumentem a integração entre as atividades agropecuárias e agroindustriais e fechem os ciclos de geração e aproveitamento de resíduos. Muitas são as tecnologias que vêm sendo aplicadas para permitir o desenvolvimento sustentável da agropecuária, tais como: a rotação de culturas, a integração agricultura-pecuária em plantio direto, o manejo ecológico de pragas, entre outras. É extremamente importante que essas tecnologias sejam aplicadas, a fim de que os impactos ambientais da agricultura sejam

controlados. Dessa forma, será possível garantir segurança alimentar para todos em um ambiente produtivo e saudável (RODRIGUES, 2012, p.147).

Portanto, a preocupação ambiental deve nortear as demandas do mercado, uma vez que ações prejudiciais ao meio ambiente necessitam ser revistas através da adoção de novas práticas, manejo, e utilização de recursos tecnológicos capazes de contribuir para minimizar os efeitos nocivos ao meio ambiente.

Pode-se dizer que os indicadores de produção e crescimento agrícola, constituem um complexo processo de sistemas produtivos e dinâmicas econômicas que definem o ritmo do desenvolvimento das regiões. Desse modo, para organizar esse meio de produção e suas estruturas formais e legais será abordado o conceito de desenvolvimento agrário no próximo item.

2.3 Desenvolvimento Agrário

Conforme a definição de Navarro (2001), outra expressão, que engloba a primeira, desenvolvimento agrícola, mas em outro sentido, é desenvolvimento agrário. A expressão se refere a interpretações acerca do mundo rural, ao estabelecer relações com a sociedade, em outras dimensões, além da estrutura agrícola. Ainda segundo o autor, pode-se dizer que o termo se refere a mudanças sociais e econômicas a longo prazo, baseado em modelos teóricos entre países e regiões. Assim, Navarro (2001, p.86) esclarece:

Sob tal expressão, as condições próprias de produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e nas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos.

Dentro dessa perspectiva, a questão agrária suscitou posições antagônicas e dominou o debate sobre a situação, as relações e a posse da terra no Brasil nas décadas de 1950 a 1990. Aqui pode-se ver um breve panorama histórico para acompanhar o sentido de desenvolvimento agrário.

Nas décadas de 1950 e 1960, o enfoque do discurso se concentrava nas relações agrárias clássicas em que predominava a autarquia. Os principais autores da época tinham visões distintas do momento. O marco mais significativo nessa época foi a criação do Estatuto da Terra, em 1964. Onde as relações fundiárias no Brasil passaram a ter amparo legal.

Com base no texto *Questão Agrária Brasileira: Interpretações Clássicas*, Angela Kageyama (1993) analisa as ideias dos autores listados no Quadro 1.

Quadro 1 - A questão agrária de 1950 a 1960

Inácio Rangel - O processo de industrialização gera um excesso de mão de obra e de produção. Esse excedente leva ao êxodo e a uma realocação parcial da população.
Alberto Passos Guimarães - O problema agrário está na transição de uma economia natural para uma economia de mercado. O latifúndio era um entrave porque detinha o principal meio de produção que é a terra. Esse seria um dos motivos do êxodo rural.
Caio Prado JR. - Acredita que a questão agrária se dá pela contraposição da classe burguesa/capitalista sobre a classe empregados/assalariados. A questão agrária está mais relacionada com a questão trabalhista do que com a questão fundiária.
Celso Furtado - Vê a economia capitalista como uma economia monetária. Sua obra não aborda a questão fundiária, mas os problemas do (sub) desenvolvimento. Também aborda a questão dos baixos salários no mercado de trabalho das atividades rurais.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do texto de Kageyama, 1993.

Já nas décadas de 1980 e 1990, a questão agrária passa a ter um caráter mais social, em virtude do fortalecimento dos movimentos da sociedade civil, muitos motivados na cobrança de um posicionamento político com relação a reforma agrária. A desigualdade de renda e condições de vida do campo em relação a cidade. Ainda assim, ideias divergentes entre os estudiosos fazem parte do cenário da década, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - A questão agrária de 1980 a 1990

José Eli da Veiga – Acredita no fortalecimento da agricultura familiar, através de políticas públicas. A reforma agrária tornaria a agricultura familiar viável, dinamizando a economia.
Francisco Graziano Neto – Adoção de políticas agrícolas fundiárias e regionalizadas.
José Graziano da Silva – A modernização da agricultura brasileira foi excludente, sendo um processo de concentração (renda e produção), é a favor da reforma agrária como medida para uma vida mais digna.
João Pedro Stédile – Reforma agrária como instrumento para se chegar ao socialismo através da desapropriação e redistribuição dos meios de produção.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do livro *A questão agrária na década de 90*, 1999.

Segundo o livro do projeto intitulado *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, do IICA a legislação brasileira sempre tardou a chegar ao meio rural. A análise realizada ressalta a pouca atenção dada pela legislação brasileira ao meio rural e cita alguns exemplos de questão agrária: 1) A legislação trabalhista foi criada no governo de Getúlio Vargas, mas os direitos trabalhistas somente chegaram ao meio rural décadas depois; 2) As políticas de saúde e educação, entre outras, começam a aparecer na legislação na década de 1930, e efetivamente ocorrer recentemente; 3) Leis reguladoras da

questão fundiária surgiram em 1964, durante a ditadura e foram pouco aplicadas; 4) A agricultura familiar só foi reconhecida por legislação previdenciária com a Constituição Federal de 1988. Quanto a questão fundiária, o direito absoluto à propriedade ainda se sobrepõe ao conceito de função social da propriedade.

Para Navarro (2001, p.86), “vida social rural” e sua evolução adentram tais análises em todos os seus aspectos. Normalmente, como são amplos os painéis históricos sobre o mundo rural, ao retratar um dado período, predominam estudos macrossociais e pouca relevância é atribuída aos processos microssociais ou da vida cotidiana. Entretanto, segundo Soto (2002), o tema agrário como estudo recorrente de cientistas sociais, evidencia que a sociedade brasileira ainda não resolveu os problemas de relações no campo, referente ao mundo rural e suas contradições. Para Soto (2002), algumas questões ainda são centro de interesse dos temas agrários:

Desta forma, a problemática agrária apresenta-se como um desafio teórico e prático para os intelectuais. Temas como o caráter da reforma agrária, os movimentos sociais no campo, a pequena produção familiar ou camponesa, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, entre outros, ainda permanece na agenda e nas preocupações de destacados intelectuais brasileiros (SOTO, 2002, p.17).

Anjos (2003) aborda a questão agrária atual como um desafio de organização das conquistas políticas e de movimentos sindicais e sociais, que viabilize uma realidade produtiva para os que se estabeleceram no campo. Assim, diz o seguinte:

Nesse contexto, coincidimos com os autores que propugnam a reformulação da questão agrária brasileira, no sentido de que as medidas de superação ultrapassem a simples distribuição de novas terras no marco único exclusivo da produção agrária em si mesma (Graziano da Silva, 1996). Sob esse novo enfoque, o que se pretende é transformar os novos assentamentos, cujo número se multiplica diante da pressão social e do protagonismo dos movimentos sociais, em espaços rurais de produção no sentido amplo da palavra, espaços esses onde além da exploração racional e sustentável dos recursos naturais, a diversificação de rendas e atividades seja igualmente potencializada nos moldes em que opera a pluriatividade. Já existem experiências exitosas no Brasil (ANJOS, 2003, p.38).

Portanto, o desenvolvimento agrário abrange as relações no campo e deste com a cidade, a estrutura e organização da sociedade. Suas consequências socioeconômicas, como êxodo rural, concentração da terra, subsídio agrícola e relações trabalhistas extrapolam a esfera rural e interferem no perfil econômico da nação.

Nestes dois itens sobre o desenvolvimento agrícola e agrário pode-se constatar que as mudanças na dinâmica do agronegócio brasileiro ao longo dos anos, não foi apenas tecnológica, e tão pouco se limitou ao campo. Assim, completando a tríade de desenvolvimentos, no próximo item aborda-se o conceito de desenvolvimento rural.

2.4 Desenvolvimentos Rural

As demais noções de desenvolvimento, embora estejam ligadas ao mundo rural não representam exclusivamente suas demandas. Por isso o termo desenvolvimento rural foi se alternando e se constituindo em conceito, à medida que ganhou projeção através das conquistas para o mundo rural ao longo dos anos.

Inicialmente, Ellis (2000) conceitua desenvolvimento rural, como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, objetivando estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para mudança. Nesse sentido, os mecanismos de dominação social e cultural, construído para legitimar uma posição de privilégios de elites locais, são considerados entraves para o desenvolvimento rural, pelos autores José de Souza Martins e Zander Navarro, citados no texto de Schneider (2010), a ideia de Navarro (2001) é a de que o desenvolvimento rural necessita de uma ação induzida pelo Estado para modificar determinada realidade e para superar determinadas limitações:

Refletindo realidades diversas, estes autores ressaltam a necessidade da promoção de processos radicais de democratização, que pudessem libertar os indivíduos e grupos sociais da tutela e controle exercido pelas elites e pelos mediadores (agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais). Sustentam, basicamente, que as próprias populações rurais deveriam organizar instâncias de gestão cuja institucionalização e legitimação passaria pelo Estado em uma via de mão dupla. De um lado, através da concessão de recursos (financiamento, infraestrutura) e por meio do reconhecimento de direitos (cidadania, acesso à terra) e de outro lado, por meio da exigência de contrapartidas que se materializariam em melhorias nos indicadores de qualidade de vida e bem-estar social (escolarização, por exemplo) (SCHNEIDER, 2010, p.523).

De maneira mais abrangente, para Schneider (2004, p.98), “o desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais”. No artigo: *Situando o desenvolvimento rural no*

Brasil: o contexto e as questões em debate, Schneider (2010), apresenta a evolução e os fatores que contribuíram para a definição e compreensão desse conceito.

Na década de 1970, o desenvolvimento rural era associado a ações políticas que tinham por objetivo compensar o atraso produtivo de regiões que não acompanharam a modernização agrícola, também conhecida como “revolução verde”.

A noção de desenvolvimento rural, nessa concepção de modernização na agricultura, fundamentava-se em quatro elementos principais: (i) a noção de crescimento econômico, que tenta romper com o “atraso” da agricultura tradicional, introduzindo os valores econômicos modernos; (ii) a noção de abertura técnica, econômica e cultural, com a prevalência da heteronomia sobre a autonomia dos agricultores em relação aos agentes econômicos com os quais passam a se relacionar; (iii) a noção de especialização da produção agrícola, simplificando os sistemas de produção e ao mesmo tempo adequando-os às modernas técnicas de produção; (iv) a valorização de um novo tipo de agricultor, “moderno”, empresarial, individualista e voltado à competição por mercados consumidores (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012, p.1580).

Porém, segundo Schneider (2010), nos anos seguintes, apesar da instabilidade econômica e política dos anos 1980, com o auxílio de pesquisadores e estudiosos, o discurso sobre o desenvolvimento rural foi adquirindo um novo enfoque, ao tratar de questões agrárias, da agricultura familiar, de apoio a territórios rurais e da garantia de direitos ao homem do campo.

Ainda de acordo com Schneider (2010), a partir de 1990, três fatores contribuíram para estruturar o conceito de Desenvolvimento Rural no Brasil: a estabilidade econômica e descentralização política e financeira, a revitalização de sindicatos, movimentos e organizações, e as preocupações com o meio ambiente decorrentes da Conferência da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Duas importantes consequências dão sentido ao desenvolvimento rural, o reposicionamento da Agricultura Familiar como atividade do agronegócio e a sustentabilidade como referencial e modelo de desenvolvimento.

Dados como do Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE, 2010) redimensionaram o papel da agricultura familiar, as políticas agrícolas legitimaram o trabalho familiar e os programas de financiamento impulsionaram a produção para um nível comercial e não apenas de subsistência. O PRONAF, o Programa para a Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são alguns exemplos de ações de fortalecimento da agricultura familiar e de abertura de novos mercados (SCHNEIDER, 2010).

Navarro (2001) em seu texto *Desenvolvimento rural e seus limites no Brasil*, aponta como limites às estratégias de desenvolvimento: a extensão territorial e o aumento da

produtividade atrelado a demanda de exportação ou a um processo de distribuição de renda, ambos complexos. Quanto ao primeiro limite, enquanto a reforma agrária seria pertinente como política fundiária na região Norte, na região Sul seria uma política de crédito como fator de competitividade para as pequenas unidades produtoras já estabelecidas como parte do agronegócio da região. No que se refere ao segundo limite, os acordos do mercado agrícola internacional com países exportadores, estão sujeitos a sofrerem alterações e barreiras comerciais, sendo um fator de dependência a ser considerado pelas unidades exportadoras.

Na concepção de Marques, Conterato e Schneider (2016), os mercados existem na medida em que as interações sociais ocorrem e contribuem para definir a organização social, política e cultural das sociedades em várias esferas. Além do mercado de *commodities* agrícolas que atende à demanda internacional, surgem experiências na constituição de mercados alternativos ligados a produtos específicos e regionais como possibilidade de novas dinâmicas de desenvolvimento e ocupações nos espaços rurais. Tais concepções promovem a discussão do “desenvolvimento rural sob a ótica de sua inter-relação com a construção social dos mercados” (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016, p.13).

Apesar da polarização familiar/patronal, dentro das relações capitalistas de produção, esses dois meios coexistem, o agronegócio familiar ou em escala, sejam focados no consumo local ou na exportação de *commodities*. A agricultura familiar, bem estruturada desempenha um papel importante na diversificação da produção e intensificação do mercado interno e local para unidades que não se dedicam a exportação. Assim exemplifica Fabrini (2009, p.144):

Enquanto a agricultura de ponta, monocultora, precisa e especializada em determinados cultivos (cana, soja, algodão, milho, boi, dentre outros) implica um fraco dinamismo econômico por não estimular iniciativas à sua volta, desdobrando-se na urbanização com redefinição do papel das pequenas cidades, como visto anteriormente, o agronegócio familiar seria responsável pela importante diversificação e pelo dinamismo rural.

Frente a essas questões, nos últimos anos, o desenvolvimento rural ganhou novas interfaces. Associado ao desenvolvimento agrícola e agrário, os aspectos qualitativos, sociais e ambientais passam a serem considerados no processo de desenvolvimento econômico do espaço rural, fortalecendo a importância do desenvolvimento rural como norteador de ações nesse âmbito. A estrutura dessas dinâmicas necessita de um novo olhar sobre o rural frente as necessidades de novas ocupações. Assim explica Dereti (2009, p.33):

A propriedade rural assume, independentemente do tamanho, contornos de empreendimento dependente da incorporação de tecnologias de transformação, perfil outrora característico do setor secundário. Muitas vezes as propriedades se tornam prestadoras de serviços, como no caso daquelas que incorporam o turismo rural, por exemplo, entre suas fontes de renda. Mais recentemente, com o desenvolvimento do conceito de serviços ambientais e sendo a prestação de serviços atividade dita terciária, desfaz-se, de maneira gradual, a compartimentalização clássica das atividades econômicas e surge um novo delineamento das atividades no espaço rural.

Alguns autores abordam essas dimensões em seus trabalhos, contribuindo para a compreensão do amplo conceito de desenvolvimento rural. Como sintetiza Freitas, Freitas e Dias (2012, p.1580), “podemos afirmar que as mudanças conceituais focaram três dimensões principais: ambiental, social e política”.

A dimensão ambiental se associa ao desenvolvimento rural quando “aparece agregado um qualificativo, o sustentável, acoplando esforços importantes de revalorização dos espaços rurais locais e regionais, apelos à territorialidade e à valorização da agricultura familiar” (ALMEIDA; MACHADO, 2009, p.150). Para Navarro o adjetivo sustentável está atrelado ao desenvolvimento rural, e frente às questões ambientais se tornará indissociável.

A tendência, dessa forma, é que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável. Embora certamente seja possível adicionar outros significados a palavra sustentabilidade (por exemplo, sustentabilidade política, social ou institucional, entre outras possibilidades), tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p.89).

Ainda segundo Navarro (2001), nenhuma estratégia de desenvolvimento rural poderá se assentar sem uma prioridade ambiental, especialmente no tocante ao manejo de recursos naturais como pressuposto.

Quanto a dimensão social, a melhor definição parte da ideia de Amartya Sen (1999b, p.18) sobre desenvolvimento, alicerçada na liberdade, no direito e na capacidade humana. *“Great freedom enhances the ability of people to help themselves and also to influence de world, and these matters are central to the process of development”*.

Na dimensão política, para Galvão (2004, p.102) “as políticas nacionais de desenvolvimento regional constituem ferramentas importantes para assegurar uma evolução solidária das unidades territoriais em direção à ativação econômica e à redução das desigualdades, em múltiplas escalas”.

No mesmo sentido, Kageyama (2004, p.383), diz que “o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões”. A autora complementa que o desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial” (KAGEYAMA, 2004, p.388). Assim também explica Schneider (2004, p.104-105):

À medida que a noção de desenvolvimento territorial foi se fortalecendo, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificaram. Na verdade, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços e etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou campo versus cidade.

A heterogeneidade de aspectos levou Kageyama (2004) a criar um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR). Para construir o IDR, foram calculados quatro índices parciais representando os quatro aspectos apontados por ela como significativos. O IDR, vem a ser a média aritmética dos quatro índices parciais: População e migração, Economia, Bem-estar social e Meio ambiente, representados pela seguinte fórmula: $IDR = (IPOP + IBES + IECO + IMA)/4$. O índice auxilia na representação das diversas realidades encontradas no país.

As dinâmicas do desenvolvimento rural apontam para um desenvolvimento local/regional frente à diversidade e disparidade de recursos de uma região em relação a outra. Navarro (2001, p.92), afirma que “existem diversas questões regionais que, enfocadas corretamente a partir de suas especificidades, poderiam gerar um padrão interdependente, cumulativo e virtuoso animando o desenvolvimento rural do país”.

A perspectiva de um desenvolvimento rural para o Brasil deve considerar alguns aspectos importantes, entre eles o tamanho continental do país, em que políticas padronizadas não abarcam a diversidade do território e tão pouco são eficientes. Dentro desse pressuposto, segundo Del Ré, Rambo e Schneider (2017, p.77):

A política territorial brasileira, assim como outras iniciativas contemporâneas no país e no mundo, está voltada para a superação do desenvolvimento visto como algo monolítico, que se impõe de forma violenta sem levar em conta modos de vida locais. Neste sentido, a questão cultural se torna necessária tanto para a formulação como para o monitoramento e para a avaliação de políticas públicas.

Em obra elaborada pelo Banco Mundial e o MAPA, denominada Planos e Programas Públicos para a Gestão de Riscos (2015, p.20), são apontados os principais riscos ao agronegócio brasileiro que se encontram expostos a seguir:

- RISCOS DE PRODUÇÃO - Climáticos, Sanidade animal e vegetal, e Gestão da produção e recursos naturais;
- RISCOS DE MERCADO - Comercialização, Crédito e Comércio exterior;
- AMBINETE DE NEGÓCIOS - Logística e Infraestrutura.

A intenção do estudo é fornecer dados para o planejamento de ações e políticas que busquem a prevenção e solução de riscos e limitações do agronegócio. Nesse sentido consideram o desenvolvimento rural como estratégia para minimizá-lo, sem referência a grupo ou categoria específica de produtores. Assim diz o texto:

Finalmente, a questão do planejamento remete à necessidade de uma institucionalidade estável, o que implica em um Plano Diretor e uma Lei Agrícola, com vigência mínima de cinco anos, que considere, além das questões relacionadas ao risco, aspectos como o desenvolvimento rural (MAPA, 2015, p.78).

Isso demonstra a importância do conceito de desenvolvimento rural e sua inserção no panorama produtivo. O que abre possibilidades para um trabalho conjunto na cadeia do agronegócio, que pode lhe conferir um caráter veicular de alternativas e soluções tanto em questões políticas e sociais, como nas técnicas e ambientais que melhorem os processos de produção de determinado território e conseqüentemente dos indivíduos que vivem nele.

Desde aspectos conceituais do desenvolvimento até seus enfoques mais específicos, pode-se compreender a complexidade para operacionalizar tais fundamentos.

Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2001, p.32).

Sendo assim, torna-se necessário conhecer referências sobre o papel do ensino superior numa proposta de atuação para o desenvolvimento rural, baseada em características regionais, conforme será abordado a seguir.

2.4.1 O papel das Instituições de Ensino Superior em uma abordagem de Desenvolvimento Rural

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (1999), a universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Salientando ainda que embora seus papéis tradicionais (ensino-pesquisa-extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos de execução mudarão significativamente, para que execute esse papel.

É visível que o ensino superior no Brasil passou por mudanças importantes nos últimos anos, desde a forma de organização até sua abrangência através do número de instituições, cursos, vagas e matrículas. Entre 2006 e 2016, houve um aumento de 62,8% no número de matrículas, sendo que entre os alunos que ingressaram em curso superior, 82,3% foram em IES privadas, embora de 2015 para 2016 ocorreu uma diminuição do número de matrículas, como sinaliza o Censo da Educação Superior (INEP, 2016).

Para Porto e Régnier (2003), o acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados de ensino torna-se uma medida tanto do potencial econômico (pela possibilidade de diferenciação competitiva) quanto de valoração/mensuração da meritocracia e da democracia praticada por uma nação. A educação agrega valor aos sistemas produtivos ao mesmo tempo em que se torna um valor superlativo de humanidade e do grau de civilidade e de desenvolvimento de um país.

Na área da economia, a educação é uma variável significativa que associada a outros fatores colabora com índices de desenvolvimento em muitos países. Para Araújo (2013 apud TEIXEIRA; PROTIL; LIMA, 2013) os países que tiveram prosperidade econômica investiram na educação e na formação para o trabalho.

Os países que tiveram longos períodos de crescimento econômico realizaram e priorizaram grandes investimentos na educação e treinamento de sua força de trabalho. Inicialmente, tornando universal a educação em nível primário/básico; depois com a formação de nível médio em rápida expansão; e finalmente, um número expressivo de jovens de classe média e pobres ingressando na universidade e na vida acadêmica (ARAÚJO, 2013, p.14).

Ao citar como exemplo as políticas de desenvolvimento regional na União Europeia, Galvão (2004) demonstra que a interação governo-indústria-universidade estaria na essência

das interconexões que possibilitam o avanço efetivo das capacidades técnico-científicas regionais, justificando os esforços concentrados das políticas industrial, de pesquisa e de inovação. De acordo com Freitas, Freitas e Dias (2012, p.1588), “competitividade setorial, aprendizagem social e eficiência na alocação de recursos públicos são agrupadas como resultados esperados das políticas que assumem uma abordagem territorial”.

Segundo Boisier (2005), a universidade é figura central nesse processo. Quando na sua função, prepara os cidadãos melhorando o capital humano para o mercado de trabalho, investe na pesquisa e na transferência de tecnologia para o desenvolvimento, apoia empresas no compromisso com o desenvolvimento regional.

Para Boisier (2005), lo que parece claro es la necesidad de contar con sociedades locales informadas, motiva das, poseedoras del conocimiento mínimo para entender el propio proceso globalizador, y consensuadas para actuar proactivamente, o sea, socialmente organizadas (BOISIER, 2005, p.55).

O filósofo Edgar Morin (1998), acredita que o conhecimento não é apenas condicionado, determinado e produzido, mas é também condicionante, determinante e produtor. Nesse sentido, a universidade deverá direcionar a produção do conhecimento, sendo responsável por articular e promover o desenvolvimento no contexto que está inserida, definindo estratégias que lhe confirmam esse protagonismo.

Partindo do que dispõe a LDB nº 9.394/96, em seu Capítulo IV, DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no art. 43, sobre a finalidade da educação superior, pode-se constatar o compromisso de produzir conhecimento a serviço das necessidades do meio.

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de

profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Incluído pela LEI Nº 13.174, de 2015).

Para Maillat (2002), o conceito de meio inovador pretende apreender as dinâmicas territoriais de inovação tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento territorial ou regional residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática, projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre empresas, as instituições de formação e pesquisa e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais, ou das universidades.

Actualmente, é unanimemente reconhecido que a investigação desenvolvida nas universidades desempenha um papel importante nas economias regionais. Emerge, também, um novo paradigma que encara que essa investigação poderá gerar ganhos significativos em termos socioeconómicos e de qualidade de vida (FERNANDES, 2011, p.14).

Os produtores de conhecimento sobre o rural e as instituições de ensino, especialmente as de ensino superior, foram responsáveis por articular e legitimar o papel fundamental da educação para o desenvolvimento regional, nos três âmbitos: agrícola, agrário e rural, sendo um elemento de referência na evolução da atividade agropecuária no país, a partir da introdução de novos temas e abordagens.

As temáticas ambiental e local/territorial ganharam impulso nas últimas décadas no tratamento do DR, passando a caracterizar propostas de muitos cursos e programas de pós-graduação no Brasil nos últimos 10 anos em diferentes áreas do conhecimento (agrárias, sociais aplicadas...) sobretudo dando origem a iniciativas denominadas de “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento e meio ambiente”, “desenvolvimento local/regional”, “desenvolvimento territorial”, ou congêneres, incorporando pesquisadores e estudos e algumas vezes, inclusive, caracterizando áreas de concentração temática ou linhas de pesquisas em DR (ALMEIDA; MACHADO, 2009, p.153).

A compreensão do mundo rural contou efetivamente com a contribuição das IES, através de estudos e trabalhos de diversos campos do conhecimento, que se dedicaram não apenas em retratar historicamente as diferentes fases de produção agrícola e dos processos agrários vividos no país, mas principalmente no registro da evolução dos conceitos que hoje norteiam os estudos acadêmicos referentes à temática rural e as ciências agrárias.

Conforme Soto (2002), se na década de 50, o debate sobre as relações sociais no campo se restringia a esfera política. Com a modernização da agricultura e a institucionalização das ciências sociais, esse debate passou para a Academia. Assim ele explica:

Pode-se concluir que são dois os processos que acontecem a partir de meados da década de 60, influenciando a produção de conhecimento sobre o rural: o processo de institucionalização com a expansão dos cursos de pós-graduação e o processo de modernização da agricultura. O primeiro deles significou a consolidação da pesquisa científica, que conferiu um peso relevante a pesquisa empírica e invalidou as questões de caráter ideológico; o segundo é o processo de modernização da agricultura que como foi dito anteriormente, cria um consenso talvez não explícito entre os cientistas sociais acerca do caráter capitalista da agricultura brasileira (SOTO, 2002, p.80).

Para além do debate nas ciências sociais, a modernização da agricultura estabelece um fator de pressão por atualização e produção de conhecimento técnico. A estruturação do agronegócio brasileiro e a dinâmica econômica que se estabelecem após a modernização e com a globalização, colocam o ensino como importante veículo tanto de fomento, produção e organização do conhecimento, como de formação de mão-de-obra e capital social.

O agronegócio, cujo o termo tem origem na palavra agribusiness em inglês, ainda é um campo acadêmico do conhecimento considerado novo, e a educação em relação aos seus temas pertinentes tem despertado a preocupação de diversas áreas disciplinares, com pesquisas inovadoras que buscam trazer à tona a complexa natureza do seu universo (DEWES et al., 2013, p.98).

Para Soto (2002, p.79), a produção do conhecimento sobre o campo contribuiu para mostrar o perfil do “mundo rural” no Brasil para além da modernização na agricultura, através da condição de camponeses e trabalhadores rurais como fenômenos sociais no campo, e do papel do Estado nessa relação cultural e econômica, ampliando a discussão em nível acadêmico sobre o posicionamento do desenvolvimento rural nas ações voltadas para territórios com tais características e atividades. Desde exemplos de formação para pequenos produtores quanto a produção de conhecimentos para o agronegócio tecnificado, é possível perceber a dimensão da temática rural.

O conceito, as metodologias e ferramentas de transferência de tecnologia no setor primário devem colocar-se a serviço, portanto, de um modelo de desenvolvimento com enfoque na realidade de toda a sociedade, além das necessidades dos que se beneficiam diretamente da tecnologia por meio da geração de renda, seja como agricultores, seja como participantes das cadeias produtivas (DERETI, 2009, p.33).

Sendo assim, pode-se citar alguns exemplos de ações de formação e instrução para a categoria da pequena produção, como o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) que ofereceu acesso à educação do campo, através da alfabetização, escolarização, aperfeiçoamento profissional, qualificação e ensino universitário. O programa inspirou outras políticas educacionais, como o Residência Agrária que é uma experiência de atividades de pesquisa e extensão em territórios camponeses como assentamentos de reforma agrária, quilombos e áreas de outras populações.

Conforme o IICA, em 2013 foi criado o Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial) no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o apoio do departamento de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da UNESCO, em parceria com a Via Campesina e a Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este é o primeiro Programa de Pós-Graduação dirigido à população camponesa com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de seus territórios. Temas como soberania alimentar, sustentabilidade, comida saudável, preservação ambiental fazem parte do programa que pretende promover a autonomia e qualidade de vida dessa categoria de produtores (FERNANDES, 2015).

Por outro lado, o livro “A Contribuição da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio”, organizado por de Erly Cardoso Teixeira, Roberto Max Protil e André Luís Ribeiro Lima, de 2013, se concentra no desenvolvimento das universidades e destaca a produção científica com enfoque rural. O trabalho mostra a contribuição de algumas universidades brasileiras, através da pesquisa, da formação de grupos, instituições e profissionais que desempenharam papel importante para o crescimento do agronegócio brasileiro.

O estado das artes do conhecimento e da pesquisa sobre o capital humano e desenvolvimento do agronegócio da agricultura proporcionam um bom número de evidências sobre a importância desses investimentos e da missão social da universidade no desenvolvimento econômico em nosso país (TEIXEIRA; PROTIL; LIMA, 2013, p.16).

Para Teixeira, Protil e Lima (2013, p.7), “o crescimento do agronegócio está fortemente vinculado a pesquisa realizada nas universidades e nos centros estaduais e federais de pesquisa, com os serviços de extensão, com a política agrícola e com o empreendedorismo do empresário rural brasileiro”. Referência semelhante foi feita por Almeida e Machado (2009, p.168):

Estas pesquisas poderão associar quadros teóricos e metodológicos capazes de integrar análises sociais e sobre as transformações no meio natural provocadas pela exploração agrícola e os modos de vida rural, buscando melhor caracterizar as formas de reprodução material e imaterial, superando as análises e interpretações das transformações que ocorrem nas formas de produção, na base tecnológica, nas instituições e na crescente interação com os mercados.

Em estudos que enfatizam o papel das IES para o desenvolvimento, é possível encontrar trabalhos que associam a atuação/contribuição do ensino superior para um modelo de desenvolvimento rural mais abrangente, que interligue as áreas do conhecimento.

Enquanto tema, o desenvolvimento rural (DR) é essencialmente multidisciplinar, fundamentando-se teórica e metodologicamente em diversas áreas do conhecimento, das ciências humanas às ciências agrárias, passando pelas ciências sociais aplicadas. As subáreas que contemplam este tema são a sociologia, a antropologia, a economia, a administração, a comunicação, a agronomia, o planejamento regional e demografia, dentre outras (ALMEIDA; MACHADO, 2009, p.147).

Portanto, o desenvolvimento rural, baseia-se na multi/interdisciplinaridade como fator articulador de ações voltadas para territórios com características predominantemente rurais. A produção do conhecimento e sua inserção nas demandas locais geram resultados significativos para o desenvolvimento.

Tendo como base o desenvolvimento rural e as características regionais, a temática rural concentra as questões centrais dessa pesquisa, por meio da atuação universitária no contexto em que está inserida. Considerando o questionamento de Boisier (2005, p.59): *“La pregunta clave es, por cierto, en qué pueden contribuir las universidades a que “su” territorio, sobre la base del conocimiento, se posicione mejor en la globalización?”* O mesmo complementa:

El aporte crucial de las universidades debe manifestarse en su contribución a la creación y difusión de marcos cognitivos nuevos, contemporáneos y pertinentes para dar respaldo científico a las intervenciones de la propia sociedad sobre los dos procesos de cambio social más importantes para ella misma: el crecimiento y el desarrollo territorial (BOISIER, 2005, p.61).

Segundo Abramovay (2000), as IES existentes no interior podem exercer um papel decisivo na formação de redes territoriais de desenvolvimento, seja através do estudo das formas de organização, ou colaborando com empresas, entidades e projetos que auxiliem as dinâmicas locais.

A partir dos conceitos de desenvolvimentos apresentados e da importância do papel das universidades, especialmente para as regiões em que estão localizadas, surge o interesse por

analisar a abordagem do desenvolvimento rural na UNICRUZ, por meio de sua produção de temática rural. Muitos estudos são produzidos nesse sentido, entretanto, a análise da produção acadêmico-científica voltada à temática rural como referência para a abordagem do desenvolvimento rural de determinada instituição, é um fator importante nesse processo e ainda pouco explorado.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa consiste num estudo de caso, de natureza aplicada, pois visa gerar conhecimentos práticos dirigidos à solução do problema, que consiste em analisar a abordagem do desenvolvimento rural, tendo como objeto de estudo, o ensino, a pesquisa e a extensão da UNICRUZ, a partir da produção acadêmico-científica de temática rural.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (FONSECA, 2002, p.33).

Trata-se de um trabalho de característica exploratória. Vergara (2011) diz que a pesquisa exploratória é apropriada quando se sabe pouco ou quase nada sobre um determinado fenômeno ou objeto, possuindo uma natureza de sondagem, por meio de material bibliográfico e documental. A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2016 a julho de 2017 e possui três componentes: documentos Institucionais, produção acadêmica e produção científica da UNICRUZ, dos quais se obteve dados qualitativos e quantitativos vinculados a temática rural.

3.1 Coleta de dados

No primeiro componente, os dados qualitativos constaram dos documentos vigentes na Universidade: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e Projetos Político Pedagógicos Institucionais (PPPI). O conteúdo referente a temática rural, nos referidos documentos, foi localizado utilizando as seguintes palavras de busca: Rural, Agrícola, Agrário, Agronegócio, Agroindústria, Agropecuária, Agricultura, Pecuária, Sustentável e Ambiental. As palavras foram destacadas a partir do referencial teórico discutido nesse estudo. Os conceitos, termos e expressões, são usados em atividades com inter-relacionamento e integração com a agricultura, pecuária, economia, meio ambiente e desenvolvimento.

Os dados quantitativos são dos outros dois componentes da pesquisa: produção acadêmica e produção científica. A produção dos alunos, denominada produção acadêmica,

constou dos Trabalhos de Final de Graduação (TFG) (trabalhos de conclusão de curso, monografias, relatórios de estágio e dissertações de mestrado). O processo de coleta de dados dos TFG foi realizado através do acervo digital da Biblioteca Visconde de Mauá, da UNICRUZ. Foram encontrados 6.543 trabalhos. Os registros fazem parte do acervo bibliográfico da Instituição e foram analisados a partir dos títulos, palavras-chaves e ficha catalográfica. Os trabalhos selecionados em sua relação com a temática rural, foram produzidos e catalogados compreendendo o período de 1990 a 2016.

A produção dos docentes, denominada produção científica, se obteve dos projetos (pesquisa, extensão e desenvolvimento) e das publicações (artigos, capítulos de livros e livros) dos professores. A pesquisa dos currículos foi feita a partir da lista de docentes de tempo integral (TI), fornecida pelo departamento pessoal da Universidade. A coleta de dados foi realizada por meio da produção científica informada na Plataforma Lattes, desde o ano do ingresso do docente na UNICRUZ. Ao total foram analisados, 2.681 registros. Os trabalhos foram selecionados por meio dos títulos e resumos dos projetos e das publicações em sua relação com a temática rural.

Considerando que a seleção dos trabalhos ocorreu por meio dos títulos em ambos os componentes, junto das palavras-chaves no caso da produção acadêmica e dos resumos da produção científica, para consulta no caso de dúvida, tem-se a seguinte referência em Pereira (2017, p.148): “O título tem o objetivo de, resumidamente, informar o conteúdo do artigo científico e destacar os pontos relevantes e inovadores da pesquisa. Também para situar o trabalho no conjunto de obras sobre o assunto”. Ainda de acordo com o autor, “a utilização dos termos encontrados nos títulos dos artigos e na lista de palavras-chave é uma primeira opção para indicar de que trata a obra. A leitura do resumo permite ao indexador encontrar rapidamente outros tópicos pelos quais o texto será indexado” (PEREIRA, 2017, p.180).

Os trabalhos com temática rural selecionados foram organizados por curso, em planilhas do Excel, e apresentados como análise estatística descritiva. Os títulos selecionados foram agrupados através de variáveis que denominam a área predominante do trabalho, para então caracterizá-los de acordo com os conceitos agrícola, agrário e rural abordados no referencial, tendo como principal objetivo analisar a produção acadêmico-científica da UNICRUZ, sob o enfoque do desenvolvimento rural. O Quadro 3 identifica os conceitos e a ideia dos autores usados como referência.

Quadro 3 - Sistematização do referencial teórico

PALAVRA-CHAVE	CONCEITO	AUTORES DO REFERENCIAL
Agrário	Processo histórico das relações no campo; Condições de acesso e uso da terra, relações de trabalho e mercado.	Kageyama (1993) Navarro (2001)
Agrícola	Condições próprias de produção, área plantada e aspectos produtivos.	Navarro (2001)
Agricultura	Revolução agrícola como ponto de partida da agricultura moderna, através de evolução técnicas e estruturas produtivas; Cultivos anuais e múltiplos; Conjunto de processos de produção e atividade agrícola, que deriva vários conceitos como agricultura de precisão, agricultura familiar e agricultura orgânica, entre outros.	Veiga (1991) Ormond (2006)
Agroindústria	Indústria que processa ou beneficia matéria-prima oriunda da agricultura e a vende como produto para consumo ou matéria-prima para outras indústrias.	Ormond (2006)
Agronegócio	Conjunto de atividades industriais, comerciais e financeiras vinculadas á agropecuária; Mercado de produtos agropecuários e agroindustriais; Conjunto de operações que envolvem desde o setor produtor de insumos para a atividade produtiva primária, até a distribuição do alimento, produção de energia e fibras; Relações comerciais efetuadas com produtos agrícolas através de atividades de compra e venda; O agronegócio encerra a complexidade da industrialização e dos mercados, questões institucionais, normativas, organizacionais e logísticas, contemplando, assim, complexos e cadeias produtivas inteiras e seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade como um todo.	Veiga (1991) Soto (2002) Zylbersztajn (2003) Ormond (2006) Dewes et al. (2013)
Agropecuária	Intervenção humana nas condições ambientais em que planta e animais se desenvolvem; Aproximação histórica da prática agrícola e da pecuária, tornou-as atividades complementares através do cultivo e da criação de animais.	Veiga (1991)
Ambiental	Características físicas, químicas e biológicas do ambiente e sua relação com a atividade humana; Ações comprometidas com a preservação dos recursos; Sustentabilidade ambiental é o imperativo ético de solidariedade com a geração atual e com as gerações futuras; Manejo de recursos ambientais para preservação.	CONAMA (1986) Navarro (2001) Veiga (2005b)

Pecuária	Atividade agrícola que tem por finalidade a criação de gado. Este termo é muito utilizado para a criação de bovinos, embora se relaciona a todo tipo de gado.	Ormond (2006)
Rural	Natureza territorial/espacial – afastamento; Empoderamento da população do campo; Relação com as cidades- continuum rural-urbano; Multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções, produtiva, ambiental, ecológica, social); Superfícies verdes e naturais; Atividades econômicas que dependem de recursos naturais; Caracterizado pela exploração agrícola e transformação do meio natural por meio dos modos de vida rural; Lugar onde as relações entre seus componentes não podem ser completamente condicionadas pela ação humana.	Abramovay (2000) Ellis (2000) Wanderley (2001) Kageyama (2004) Kageyama (2008) Almeida e Machado (2009) Kühn (2015)
Sustentável	Processo ambientalmente sustentável, socialmente justo, culturalmente respeitoso e economicamente viável”; Associa desenvolvimento rural aos processos de desenvolvimento agrícola, agrário, sustentável e local; Sustentabilidade ambiental é o imperativo ético de solidariedade com a geração atual e com as gerações futuras; Sustentável seria aquele em que o estoque de capital natural pudesse continuar a desempenhar seu papel complementar indefinidamente na economia.	Milanez (2016) Navarro (2001) Veiga (2005b) Castro (2012)

Fonte: Elaborado pela Autora, 2017.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade, com número Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 58742716.9.0000.5322, recebeu parecer favorável (nº 1.731.749) e posteriormente autorização da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, para acesso aos documentos e dados necessários para sua realização. As considerações apontadas pelo referido parecer serviram para adequar o objetivo à metodologia da pesquisa (Anexo A).

Além dos documentos e da produção acadêmico - científica, faz parte da coleta, a listagem da participação e representatividade da Universidade junto aos órgãos, conselhos e comissões que atuam com enfoque no meio rural, fornecida pela Coordenação de Extensão, e

ainda a relação dos eventos que fazem parte do calendário da UNICRUZ voltados à temática rural informados pela Assessoria de Eventos da Universidade.

Entretanto, para ler os dados da pesquisa, antes foi imprescindível fundamentar o trabalho através do conceito de desenvolvimento, de seus adjetivos vinculados ao mundo rural e do papel das IES. O ensino superior, incrementa as vantagens competitivas regionais à medida que qualifica a mão de obra, produz conhecimento, tecnologia e inovação capazes de articular características e ações locais como via para o seu desenvolvimento. O referencial teórico serve de base para a descrição e análise dos resultados no próximo capítulo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo encontram-se as questões centrais dessa pesquisa. Após as referências fundamentarem o estudo, os procedimentos metodológicos utilizados forneceram os dados que aqui são apresentados. A partir da UNICRUZ, objeto da pesquisa, tem-se a descrição de seus aspectos históricos, além de algumas características da cidade e região onde está localizada, bem como da região a que pertence via COREDE.

Posteriormente são analisados separadamente os três componentes dessa pesquisa com seus respectivos resultados. Para complementar a apresentação, inicia-se pela contextualização da temática do desenvolvimento rural abordada nos programas de ensino da Universidade.

Os primeiros dados são dos documentos Institucionais, PDI e PPPIs. Os PPPIs estão subdivididos em tópicos comuns, que fazem parte de todos os projetos dos cursos e os tópicos específicos que tratam das particularidades de cada um. Os trechos descritos foram selecionados em sua relação com a temática rural. Através deles é possível conhecer o ideal que norteia as ações pedagógicas e o currículo proposto para cada formação.

Os cursos são apresentados de acordo com o Centro de Ensino a que pertencem: Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Além dos projetos, foram citados os atuais cursos de pós-graduação *lacto e stricto sensu*. Desses, são voltados para a temática rural a Especialização em Produção de Bovinos de Leite e o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, o qual motivou o interesse dessa pesquisa.

4.1 A Universidade de Cruz Alta: aspectos históricos e características regionais

A Universidade leva o nome da cidade onde está localizada. Cruz Alta situa-se na em região do Planalto Médio, no Noroeste do Rio Grande do Sul. A trajetória da região se iniciou com a emancipação do município em 1.834. Sua formação inicial abrangia uma área que corresponde a localização de atuais 219 municípios. Com os processos de emancipação sua área foi-se reduzindo. Em divisão datada de 2001, atualmente, o município é constituído de 2 distritos: Cruz Alta e Colônia São João, possui 23 localidades rurais e 68 bairros e vilas (CAVALARI, 2004).

Por sua localização, Cruz Alta é considerada um potencial logístico, em virtude da intermodalidade, que facilita o transporte da produção agrícola até o Porto de Rio Grande, um dos principais destinos dos grãos transportados. Possui ramificação da via férrea em três direções, por isso conta com a presença de um porto seco. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Cruz Alta (2015), as principais ramificações são:

- A primeira, ao norte, em direção às Missões, passando por Ijuí, Santo Ângelo onde ramifica-se em direção a São Borja;
- A segunda, a leste, em direção a Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos, onde entra no estado de Santa Catarina e segue para o Paraná, com ramais para Palmeira das Missões, Nonoai, Campo Novo e Alto Uruguai;
- A terceira estrada, rumo ao sul, indo até Santa Maria.

A cidade é polo do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí - COREDE Alto Jacuí, um dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Segundo dados da FEE (2017), as três microrregiões que compõe o COREDE possuem uma população total de 158.460 habitantes em uma área de 6.893 km². A Densidade Demográfica é em torno de 22,5 hab. km².

A composição do COREDE abrange os seguintes municípios: Microrregião 01 (Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Não Me Toque e Lagoa dos Três Cantos); Microrregião 02 (Tapera, Ibirubá, Selbach, Colorado e Quinze de Novembro) e Microrregião 03 (Cruz Alta, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Cadeado, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí).

O município de Cruz Alta é o que tem a maior área, 1.360 km², em torno de 20% do total. Em segundo e terceiro lugar, quanto à área, tem-se os municípios de Santa Bárbara do Sul e Boa Vista do Cadeado com 14% e 10%, respectivamente. É também o município mais populoso, com 63.961 habitantes. Os demais municípios possuem populações abaixo de 20 mil habitantes (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017).

De acordo com Mera e Divério (2014, p.20) “é no século XIX que se formam as origens a atuais estruturas agrícolas e agrárias do estado do Rio Grande do Sul e, especificamente da região, um espaço formado por grandes propriedades rurais” e das atividades agropastoris que determinaram seu processo de desenvolvimento. Tais propriedades se dedicavam inicialmente à pecuária. Após a mecanização agrícola adotaram o cultivo do trigo e atualmente a soja domina o modelo produtivo. A adoção de novas técnicas de cultivo, contribuem para o aproveitamento das áreas e a valorização da terra na região, nas formas de comercialização e arrendamento

(MERA; DIVÉRIO, 2014). Essas características produtivas constituem a estrutura econômica da região até hoje.

Através dos dados encontrados no Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030, os setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE são: a agropecuária responsável por 11,9%, a indústria com 17,6% e os serviços com 70,5%. Embora na composição apareçam os serviços como principal fonte, a atividade primária desempenha um papel importante para a região (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017).

Na produção agropecuária se destacam o cultivo de grãos (soja, milho e trigo) e a criação de bovinos de leite e de corte, estabelecendo uma dinâmica econômica que se reflete nos setores da indústria, comércio e serviços, voltados para a produção de máquinas e implementos, insumos, assistência técnica, cooperativismo e crédito rural. O COREDE possui um eixo industrial formado pelos municípios de Não-Me-Toque, Ibirubá e Cruz Alta, voltado principalmente ao segmento de máquinas e implementos agrícolas (BERTÊ et al., 2016).

A agricultura intensiva temporária é uma característica regional, com a predominância da soja que ocupa 72,42% da área cultivada; seguida do trigo, com 15,2%; da cevada, milho e aveia, que, conjuntamente, somam 12,38%. A diversificação de culturas é pouco expressiva e ocorre em áreas periféricas que não são utilizadas pelas culturas predominantes. O cultivo de frutíferas e oleícolas, ocorre principalmente nas pequenas propriedades que utilizam mão de obra familiar. Na pecuária, o crescimento da produção leiteira foi influenciado pelas agroindústrias de beneficiamento instaladas na região (CORRÊA et al., 2010).

A caracterização da região via COREDE, demonstra a importância da integração entre os municípios citados, para a realização de ações voltadas para o desenvolvimento regional. Para Dallabrida (2007), por meio da dinâmica dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), seria possível uma gestão territorial do desenvolvimento. Segundo Abramovay (2001), os conselhos devem se converter em centros de reflexão, planejamento, estabelecimento de metas e contratos quanto ao destino das regiões que representam.

De acordo com Mareth; Klein e Camargo (2017), no estudo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 do COREDE Alto Jacuí, uma das principais demandas é a melhoria da educação através de formação técnica e continuada, e a qualificação da mão-de-obra, como fomento ao desenvolvimento regional. Para isso a região conta com estabelecimentos de educação superior, e em especial o COREDE, com a atuação da UNICRUZ.

A Universidade de Cruz Alta está inserida no contexto histórico da região desde a década de 1940, através da Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio "Cruz Alta", que era mantenedora do Curso Técnico em Contabilidade. Em 1958 passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCRUZ, constituída por Faculdades Isoladas.

A transformação dessas Faculdades Isoladas em uma Universidade, um desejo da comunidade cruzaltense, se concretizou através do Decreto 97.000, de 21 de outubro de 1988, que criou a Fundação Universidade de Cruz Alta, desencadeando as ações necessárias para a efetiva instalação da Universidade. Conforme o projeto aprovado pelo Parecer Conselho Federal de Educação (CFE) 582/89, aproximadamente em 07 de julho de 1989, a Universidade foi considerada como Instituição Particular de Ensino Superior, de caráter social e comunitário, de domínio da coletividade.

Reconhecida pela Portaria do Ministério da Educação e Cultura MEC nº 1.704, de 03 de dezembro de 1993, a Universidade de Cruz Alta inicia uma nova etapa, com o propósito de atender às demandas regionais, através de uma ação educacional, comprometida em servir à comunidade. Tal característica torna-se legítima quando a Universidade de Cruz Alta foi denominada uma Instituição Comunitária de Educação Superior, conforme Portaria SERES/MEC nº 784, de 19 de dezembro de 2014, D.O.U de 22 de dezembro de 2014, prestadora de assistência educacional, mantida e administrada pela Fundação Universidade de Cruz Alta.

Hoje a UNICRUZ atende mais de três mil e quinhentos alunos distribuídos nos cursos de graduação e pós-graduação, e conta com um corpo docente composto em 90% por mestres e doutores. Possui uma área construída de 35.785,92m² em seu Campus Universitário, abrigando, nesse espaço, 22 cursos de graduação, mais de 120 laboratórios, Hospital Veterinário, Área Experimental e Fazenda Escola, Complexo de Comunicação (estúdio de televisão e canal local), ginásio poliesportivo com quadras para práticas de diferentes modalidades, biblioteca, centro de convivência e estrutura administrativa (UNICRUZ, 2017).

Considerando que a UNICRUZ está localizada em uma região predominantemente agrícola, sendo Cruz Alta cidade polo do COREDE Alto Jacuí e a Universidade gestora técnica do mesmo, faz-se necessário compreender a inserção da temática e do desenvolvimento rural nos planos e programas da Universidade, que são analisados a seguir.

4.1.1 Contextualização da temática do desenvolvimento rural abordada nos programas de ensino da Universidade - PDI

O PDI, trata-se do Plano de Desenvolvimento Institucional, sendo um norteador da gestão e da ação Institucional, é atualizado ao final de cada período de vigência que compreende quatro anos. No entanto, antes de contextualizar os programas de ensino da Universidade e seu planejamento, apresenta-se aqui a sua Missão Institucional, que diz:

A Universidade de Cruz Alta tem como MISSÃO a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.20).

Na sua missão está a discussão sobre o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento entendido aqui é no sentido amplo da expressão. Para Veiga (2005b, p.189), a expressão desenvolvimento sustentável concilia o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente, através da possibilidade de “crescer sem destruir”. Segundo Fonte (2016), a aprendizagem é fundamental para a transição em direção ao desenvolvimento sustentável, não apenas para encontrar soluções para problemas específicos, mas também para pensar soluções alternativas ao modelo dominante de funcionamento da sociedade.

Entre os princípios filosóficos, que norteiam a Universidade estão o Ser Humano, a Sociedade, a Educação, o Conhecimento, a Ciência e a Ética, que visam contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e por missão, sustentável.

Desenvolvimento: concebido como global que se relaciona aos avanços do sujeito, na sua constituição, mas como efeito reflexo do desenvolvimento do seu entorno; a concepção mais adequada é a de desenvolvimento sustentável, elemento fundamental da missão institucional e que, além do econômico, social e ambiental, incorpora o cultural e o ético (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.45).

Em consonância com a Missão Institucional e os PPPIs, o ensino de graduação reafirma seu compromisso com a excelência em seus processos, ou seja, a educação de qualidade, superando fragmentações e dicotomias do conhecimento e da ciência, a partir de ações interdisciplinares. Além disso, considera metodologias de pesquisa e de extensão como princípios educativos, que fortalecem a cientificidade do conhecimento e o diálogo permanente com a sociedade.

Portanto, para que isso se cumpra efetivamente, propõe-se políticas e ações para o ensino, focadas na missão, nos objetivos e princípios norteadores da Universidade de Cruz Alta, como a formação continuada dos docentes, a qualificação dos projetos pedagógicos, a integração da Universidade com a comunidade e qualificação da gestão e infraestrutura, valorização dos acadêmicos e avaliação dos processos de ensino (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.50). Assim traz o trecho do PDI:

Os princípios que perpassam os objetivos são fundamentais para a sociedade da pós-modernidade, onde o respeito ao mundo da biodiversidade, à vida, aos valores éticos e aos bens artísticos e culturais constituem condições primordiais para a vivência em comunidades e os avanços necessários para a efetiva superação dos problemas regionais e nacionais (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.30).

O PDI da Universidade está estruturado com base nos objetivos estatutários, mas se concentra principalmente nos objetivos para seu período de vigência, no caso, 2014-2017. Dessa forma, o PDI, norteia a Universidade nas questões propostas durante sua elaboração e serão analisadas e avaliadas a cada construção de um novo documento, conduzindo as ações de acordo com as necessidades atuais da Instituição. São quatro objetivos acompanhados das metas estabelecidas para sua operacionalização.

Os objetivos, resumidamente, se referem a ampliação da atuação Institucional na região, a qualificação dos processos pedagógicos visando elevar o conceito da instituição, a atuação do ensino, pesquisa e extensão na formação de profissionais atualizados com as demandas do mercado de trabalho e ainda, adequar a Universidade ao contexto do ensino superior brasileiro garantindo sua sustentabilidade.

Ao colocar em seus objetivos, o enfoque na realidade regional, “suas problemáticas e suas potencialidades, como objeto para investigação acadêmica interdisciplinar, produção e socialização do conhecimento”, a Universidade tem a intenção de concentrar sua atuação pedagógica numa formação familiarizada com as questões regionais. Por isso aumentar a presença da população e das instituições, produzindo uma cultura de participação na solução dos problemas comunitários, “são princípios inerentes ao desenvolvimento local” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.28).

Para a Universidade, a interdisciplinaridade é um dos meios de atingir essa meta, por promover a superação dos conhecimentos fragmentados e através de uma postura crítica da realidade. Encontra-se em um dos trechos do PDI (2014-2017, p.54):

Com isso, procurou-se incentivar a interdisciplinaridade e a cooperação acadêmica, na busca por resultados inovadores, que, além de atingir as metas institucionais, sejam instrumentos para suprir as demandas oriundas da sociedade contemporânea, convergindo para as áreas que demonstram a vocação institucional.

Para Galvão (2004), o caminho mais seguro para o desenvolvimento está relacionado a capacidade de inovar e aprender, buscando internalizar e utilizar a maior parte possível de conhecimentos. Ao abordar aprendizagem e desenvolvimento, o autor diz:

A questão do aprendizado coletivo e uso recorrente das inovações é a chave para o efetivo desenvolvimento regional brasileiro, com repercussões tanto no que se refere aos grandes rumos da econômica nacional quanto no que diz respeito às perspectivas, em escala menor, dos vários subespaços da economia nacional (GALVÃO, 2004, p.30).

Nesse sentido, “a abordagem territorial de desenvolvimento pressupõe que o tratamento analítico e conceitual dos problemas deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto em que estão inseridos” (SCHNEIDER, 2004, p.99).

Desse modo a Universidade tem como meta detectar as necessidades do mundo do trabalho, neste caso, tendo como objetivo o mercado de trabalho regional, reafirmando seu compromisso social, ao garantir a sintonia entre os fins da Universidade e as demandas da sociedade. Para isso deve-se realizar a articulação dos projetos pedagógicos, da ação pedagógica e dos programas e linhas de pesquisa e extensão além de “detectar as necessidades do mundo do trabalho” acompanhando o caminho traçado por seus egressos (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.29).

Consolidar a atuação universitária através do ensino, pesquisa e extensão, de modo indissociável, a partir da formação de profissionais coerente com os princípios institucionais e a constante atualização demandada pela dinâmica do mundo do trabalho (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.28).

Na promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento regional, a UNICRUZ também definiu como meta, intensificar o estabelecimento de acordos de cooperação e intercâmbio com outras universidades, cooperativas, entidades do poder público e centros de pesquisa nacionais e internacionais (UNICRUZ/PDI, 2014-2017). Essa intenção é reafirmada nas Diretrizes para a Pesquisa e Extensão, ao orientar a integração com o:

Estado e municípios da região de forma que o desenvolvimento de práticas acadêmicas, os avanços da ciência, da tecnologia e da inovação, dialoguem com as demandas econômicas e necessidades sociais, contribuindo para uma formação pessoal capaz de colaborar com a transformação social e o desenvolvimento regional sustentável” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.61).

Nesse sentido, um dos convênios e parcerias estabelecidos, com maior ênfase no público da área rural, trata-se do Convênio com a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (SICREDI), que tem por finalidade a formação do espírito e do comportamento cooperativo, através do Programa “União Faz a Vida”, dirigido a professores e educadores interessados no cooperativismo, na prática da solidariedade, na ajuda mútua e no exercício da democracia.

Entre as finalidades destacam-se: “expandir o cooperativismo como uma prática viável no meio rural, para os mais diferentes setores de atividade humana e colaborar para a fixação do homem no seu meio, mantendo e valorizando sua identidade” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.118). Outras parcerias foram firmadas a partir da criação e regulação da Área Experimental (Resolução nº 01/2015) e da Fazenda Escola (Resolução nº 03/2016), que fomentam o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da prática e da prestação de serviços.

A Área Experimental da Universidade oferece a oportunidade de práticas técnicas e comerciais que a estrutura da área e eventos como o “Dia de Campo” possibilitam. Tal recurso consiste de uma área de 100 hectares, divididas em áreas sob demanda, áreas de demonstração, áreas turmas e destinada à Fazenda Escola. A tendência de integração com a realidade do mercado, associado à inovação acadêmica, agrega um grande diferencial pedagógico à Instituição. A área está vinculada diretamente aos cursos de ciências agrárias, mas seus eventos envolvem também outros cursos da Universidade:

A Área Experimental constitui-se um local para a criação e disseminação de conhecimento, sendo um sítio estratégico para o desenvolvimento regional, contribuindo para o avanço e sustentabilidade do Setor Agropecuário. Ela, consolidando-se como referência regional para a condução de experimentos e campos demonstrativos para empresas do setor agrícola sendo marco para a consolidação da excelência dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Cruz Alta, abrangendo mais de mil alunos, envolvidos direta ou indiretamente (UNICRUZ, 2017).

A realização do Dia de Campo, consta no Calendário de Eventos da UNICRUZ com demonstração de culturas de verão e inverno, típicas da região e também conta com eventos de capacitação e estudo, além da exposição de máquinas, implementos e produtos, em parceria

com empresas e produtores da região, na busca de tecnologia para o aprimoramento das práticas agropecuárias e do empreendedorismo no agronegócio.

Na mesma linha, o funcionamento da Fazenda Escola tem por finalidade servir como laboratório de atividades práticas, prioritariamente, dos cursos de Agronomia e de Medicina Veterinária, para a produção de conhecimentos e de atividades de transferência de tecnologias agropecuárias, bem como para a capacitação de profissionais. As práticas se efetivam, através de cursos, eventos, seminários, estágios e visitas, primando pela relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão

A Universidade concentra ainda o Polo Tecnológico, com atuação em Biotecnologia em Agropecuária, que visa “a transferência de tecnologias para a produção agrícola e leiteira a fim de aumentar a produtividade” (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017, p.65-66). São pesquisas para o agronegócio com o desenvolvimento de projetos nas áreas de produção vegetal e de integração lavoura-pecuária.

As iniciativas se propõe a atuar em conjunto com a Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia (START), através dos seus núcleos, objetivando incentivar o desenvolvimento de tecnologias que contribuam para o progresso científico e tecnológico e estimular a cultura inovativa (UNICRUZ, 2017). Segundo Dereti (2009) essa dinâmica é uma nova forma de transferência de tecnologia através do surgimento de incubadoras de empresas rurais junto às universidades e aos institutos de pesquisa agropecuários.

A UNICRUZ tem o ensino como sua atividade preponderante, que acontece na inter-relação com a pesquisa e a extensão. Quanto ao ensino, veículo de toda a prática universitária, está atrelado à pesquisa e extensão onde a produção e socialização do conhecimento, a partir dos pressupostos teóricos metodológicos e humanísticos, levem à “transformação da realidade” e ao “acesso aos bens sociais, sejam eles econômicos, culturais, educacionais ou ambientais” pautados pelo desenvolvimento sustentável, conceito mencionado inúmeras vezes no texto do PDI. “O ensino, a pesquisa e a extensão materializam valores, princípios e objetivos que conduzem à consecução desse compromisso social” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.22).

As políticas de ensino de graduação, adotadas pela Universidade estão descritas em seu PDI em “consonância” com a Missão Institucional e com os PPPIs. Tem como propósito reafirmar o compromisso da Universidade com a “excelência em seus processos, ou seja, a educação de qualidade, superando fragmentações e dicotomias do conhecimento e da ciência, a partir de ações interdisciplinares”. Além disso, considera metodologias de pesquisa e de

extensão como princípios educativos, que fortalecem a cientificidade do conhecimento e o diálogo permanente com a sociedade (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.50). Essas políticas envolvem ações que visam:

- I Fortalecimento da formação continuada dos docentes, visando qualificar a ação pedagógica, nos cursos de graduação;
- II Qualificação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação;
- III Fortalecimento da integração entre a Universidade, sistemas de ensino e demais segmentos da comunidade (local, regional, nacional e internacional);
- IV Qualificação da gestão e da infraestrutura de apoio aos cursos de graduação;
- V Apoio e valorização aos acadêmicos;
- VI Avaliação como processo de gestão e qualificação dos processos de ensino (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.50-53).

A Universidade define em seu PDI, políticas de ação para a pós-graduação, especialmente no que se refere a pós-graduação *stricto sensu*, visando consolidar a cultura da pesquisa na instituição:

- I Consolidação e ampliação dos programas *stricto sensu*;
- II Estabelecimento de condições necessárias à consolidação dos PPGs;
- III Consolidação da experiência de pós-graduação lato sensu como reposta a necessidades emergentes e expectativas de formação continuada de recursos humanos para a região, nas mais variadas áreas;
- IV Articulação da graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.64-66).

A pesquisa caminha para sua consolidação e torna-se o grande desafio Institucional. “Assim, a pesquisa poderá privilegiar outras formas alternativas de desenvolvimento para enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental” (ALMEIDA; MACHADO, 2009, p.168). Fazem parte das políticas de pesquisa da Universidade:

- I Qualificação da pesquisa institucional;
- II Consolidação do Programa de Iniciação Científica;
- III Implantação de programas de inovação e tecnologia;
- IV Consolidação dos grupos de pesquisa da UNICRUZ certificados junto ao CNPq;
- V Fortalecimento do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comitê de Ética para o Uso de Animais (CEUA);
- VI Integração da UNICRUZ com o Estado e municípios da região, de forma que o avanço da ciência, da tecnologia e inovação na UNICRUZ contribua para o desenvolvimento regional sustentável (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.59-61).

Neste sentido, encontram-se os cinco programas de pesquisa da UNICRUZ, que englobam diferentes áreas do conhecimento, que organizam, sustentam e qualificam todas as

atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão e, além de servirem de referência para as linhas de pesquisa da Universidade. Sendo eles:

- Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida;
- Desenvolvimento Local e Regional Sustentável;
- Sociedade, Comunicação e Cultura;
- Educação, Políticas Públicas, Trabalho e Cidadania;
- Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias.

O programa de pesquisa, “Desenvolvimento Local e Regional Sustentável”, tem como principal área de interesse as populações locais e regionais. De acordo com seu objetivo, pretende gerar, através da pesquisa, do ensino e da extensão, possibilidades para alavancar o desenvolvimento regional, de forma ética e sustentável, evidenciando o progresso social e humano de populações locais e regionais, buscando a melhoria da qualidade de vida e o estímulo ao incremento e organização das cadeias produtivas locais, com pesquisas voltadas às Ciências Humanas e Sociais e também às Ciências Agrárias, esta última área especialmente em: Produção Vegetal, Produção Animal, Gestão Rural, Biotecnologia, Inovação e Sustentabilidade (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.56).

Os programas norteiam os trabalhos e aproximam a produção do conhecimento Universitário da realidade local, em consonância com seu papel comunitário. De acordo com o PDI, a criação desses programas permitiu a “articulação da pesquisa, extensão e ensino, na elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, nos quais os docentes efetivem a sua responsabilidade social e política, no processo de construção do conhecimento, facilitando o acesso aos conhecimentos gerados, no âmbito acadêmico, à comunidade científica” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.54).

Com base nos programas, a Universidade apresenta três linhas de pesquisa, sendo uma delas dirigida à temática rural.

- a) Ciências Humanas e Comunicação com a preocupação pelas Práticas Educativas Interdisciplinares;
- b) Ciências Agrárias, Exatas e da Terra voltadas à agropecuária e ao desenvolvimento sustentável do meio rural;
- c) Área da Saúde apontando para a importância da atenção integral à saúde e qualidade de vida.

Cabe a pós-graduação, especialmente a *stricto sensu* a tarefa de mobilizar a comunidade acadêmica, e produzir cientificamente em nome dos programas e linhas da instituição. Para isso foram determinadas políticas e ações priorizando a pesquisa. Dentre as registradas nos documentos, destaca-se a que contempla uma ação importante para o desenvolvimento regional, através da inovação tecnológica no meio rural e para o agronegócio:

III- Implantação de programas de inovação e tecnologia: (...) Fortalecer o Polo de Inovação Tecnológica do Alto Jacuí, auxiliando no desenvolvimento das demandas elencadas como prioritárias pelo Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional, elaborado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Alto Jacuí, dentro da linha de atuação do Polo (Biotecnologia em Agropecuária), conforme celebra o protocolo de intenções assinado pela Universidade de Cruz Alta e Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.60).

Conforme mencionado no início desse estudo, a realidade regional na qual está inserida a Universidade de Cruz Alta exerce influência sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional para além das características regionais. A Universidade concentra as atividades de planejamento do COREDE, onde suas demandas são consideradas indicadores de atuação, assegurando o compromisso da Instituição com a realidade da região e que, teoricamente, servem também de referências aos projetos políticos pedagógicos dos cursos que são apresentados nos itens seguintes.

4.1.2 A temática do desenvolvimento rural abordada nos PPPIs: tópicos gerais

O Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), é um documento que tem por finalidade apresentar a identidade dos cursos da Universidade. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006 (LDB nº 9.394/96), foram normatizadas alterações para o ensino superior que flexibilizaram a organização dos cursos. As diretrizes instituíram a elaboração de projetos político-pedagógicos para estabelecer os componentes curriculares, os conteúdos e o perfil profissional de acordo com as demandas para a área de formação.

O Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI – traz os fundamentos que orientam os processos na instituição. Os aspectos operacionais da execução do PPPI são flexíveis e dinâmicos e são continuamente discutidos pela comunidade da Universidade de Cruz Alta. Estão configurados, no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, os fundamentos e os princípios eleitos pela comunidade acadêmica como essenciais para que a Universidade cumpra sua missão e

compromisso social. Desse modo, a consecução das políticas e ações propostas, no PDI, estão organizadas de forma a permitir a transversalidade permanente desses fundamentos (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.39).

A preocupação da Instituição com o PPPI está descrita na meta número um, do terceiro objetivo do PDI, bem como nas políticas de ensino que abordam tópicos para a “Qualificação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação”.

Na perspectiva de avançar qualitativamente, a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos é constante, tanto para atender às novas resoluções, quanto para mantê-los coerentes com as demandas do mercado de trabalho. O trabalho é realizado no âmbito do Núcleo Docente Estruturante-NDE e conta com o acompanhamento do colegiado do curso e a assessoria da equipe pedagógica da Pró- Reitoria de Graduação (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.79).

O PPPI da UNICRUZ possui um modelo padrão que é adotado por todos os cursos. Este documento é composto de tópicos comuns e específicos. Os tópicos comuns se referem ao contexto da Universidade e os tópicos específicos são direcionados às questões pertinentes a cada curso. Constituem a parte comum os seguintes tópicos:

- Contextualização Institucional;
- Relação do ensino de graduação com a pós-graduação, pesquisa e extensão e as políticas institucionais do PDI;
- Gestão Acadêmica;
- Avaliação;
- Programa de atenção aos discentes;
- Programa de formação e apoio institucional docente;
- Núcleo de Apoio ao Estudantes (NAE);
- Núcleo de Apoio ao Professor (NAP);
- Estrutura institucional.

A temática rural presente nos tópicos comuns dos PPPIs, foi localizada através de palavras-chaves já descritas na metodologia (rural, agrícola, agrário, agronegócio, agroindústria, agropecuária, agricultura, pecuária, sustentável e ambiental). Os trechos selecionados dos PPPIs, foram escolhidos aleatoriamente, já que nessa parte comum, encontram-se em todos os PPPIs da Instituição e foram elaborados a partir do texto do PDI.

Conforme mencionado na introdução desta pesquisa, cabe à UNICRUZ a coordenação técnico-científica dos quatorze municípios que compõem o COREDE Alto Jacuí, sendo uma de

suas ações o diagnóstico das potencialidades e das limitações a serem consideradas para o desenvolvimento da região. “Essa caracterização da região de inserção, em especial os gargalos, orientam a atuação da Universidade comunitária que tem como compromisso social o desenvolvimento sustentável” (UNICRUZ/PPPI/JORNALISMO, 2016, p.15).

Os PPPIs iniciam com a contextualização da região do COREDE Alto Jacuí, em que a Universidade está inserida. “O PPPI tem também como fundamento para ser proposto a consideração a sua região de inserção” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.39). A seguir a caracterização dessa região de acordo com o disposto no documento que ilustra a situação geográfica, econômica e social, da região, junto com o histórico-social da Universidade. O texto mostra as alterações em número de habitantes, sexo e idade, que ocorreram entre os anos 2000 e 2010. A primeira referência à temática rural, difere a população urbana e rural neste período, quanto ao número de habitantes, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - População urbana, rural e total (por números de habitantes) do COREDE Jacuí para os anos de 2000 a 2010

Ano	Urbana	Rural	Total
2000	128466 (80,2%)	31765 (19,8%)	160231 (100%)
2010	130093 (83,8%)	25171 (16,2%)	155264 (100%)

Fonte: UNICRUZ/PPPI/BIOMEDICINA, 2016, p.11.

Os dados da Tabela 2 mostram uma progressiva diminuição da população rural, e a crescente urbanização da região, que caracterizam uma migração campo-cidade. Sobre isso, Kageyama (2008) faz a seguinte observação:

Os efeitos do tipo e do grau de urbanização sobre o desenvolvimento rural não advêm simplesmente da concentração populacional em si, mas dos fenômenos econômicos que podem estar refletidos, por exemplo, na densidade demográfica. Os efeitos de aglomeração, especialização e diversificação de mercados, o tamanho e a proximidade dos mercados de insumos, a rede de informação e transporte, as economias externas de escala, são alguns dos elementos que favorecem o desenvolvimento local e, por extensão, o desenvolvimento rural do entorno (KAGEYAMA, 2008, p.77).

Tabela 2 - Evolução demográfica da população rural nos municípios da região do Alto Jacuí-1960-2010

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var. % 1960- 2010
Boa Vista do Cadeado	-	-	-	-	-	1.969	-
Boa Vista do Incra	-	-	-	-	-	1.701	-
Colorado	-	4.632	3.396	3.084	2.153	1.706	- 63,17
Cruz Alta	15.205	13.475	11.239	6.303	5.887	2.227	-85,36
Fortaleza dos Valos	-	-	-	2.640	2.260	1.584	-40,00
Ibirubá	13.423	13.176	9.882	6.114	5.112	3.968	-70,44
Lagoa dos Três Cantos	-	-	-	-	952	791	-16,91
Não-Me-Toque	11.010	6.928	4.577	3.822	2.619	1.972	- 82,09
Quinze de Novembro	-	-	-	2.241	1.939	1.692	-24,50
Saldanha Marinho	-	-	-	1.679	1.303	942	-43,85
Salto do Jacuí	-	-	-	3.397	3.043	1.672	-50,78
Santa Bárbara do Sul	7.936	6.068	6.042	3.799	2.476	1.844	-76,76
Selbach	-	3.997	3.625	2.525	2.073	1.479	-63,00
Tapera	9.447	5.243	4.481	3.284	1.948	1.628	-82,77
Total	57.021	53.519	43.242	38.888	31.765	25.175	-55,85
Rio Grande do Sul	3.003.049	3.134.870	2.556.856	2.141.345	1.868.850	1.593.638	-46,93
Brasil	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007	-23,49

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1960-2010.

As maiores perdas populacionais estão na área rural, onde todos os municípios apresentaram diminuição de sua população. Por outro lado, alguns pequenos municípios tiveram acréscimo em suas populações urbanas. Esses dados indicam que parte da população rural pode estar se dirigindo para um centro urbano mais próximo, na própria região.

Os programas da Universidade destacam as características naturais e rurais da região, que favorecem o desenvolvimento das atividades agrícolas, através do trecho do PPPI que diz:

A região apresenta várias potencialidades entre essas estão as relacionadas aos aspectos geográficos. O clima com a presença das quatro estações, os solos de boa fertilidade e o relevo suave permitem que a agricultura de grãos para exportação seja a maior atividade econômica da região. A dinâmica desse setor orienta o desenvolvimento econômico da região (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.8).

As características edafoclimáticas são determinantes para sua prática. Em razão dessas características, as atividades de agricultura e pecuária se estabeleceram, de diferentes formas nos municípios da região. Por esses aspectos, o setor primário é uma das principais atividades econômicas da região. De acordo com a caracterização encontradas nos PPPIs, a “atividade agrícola é responsável por outros investimentos, vinculados a produção de soja e leite” (UNICRUZ/PPPI/LETRAS, 2014, p.24).

Neste sentido a UNICRUZ viabiliza ações administrativo-pedagógicas relativas ao atendimento dos anseios regionais, observando as características econômicas da região de inserção representada pela produção agropecuária, em especial a bovinocultura leiteira e a suinocultura. Entretanto, considerando que a UNICRUZ, em função de sua expansão, atende uma clientela proveniente de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e de outros estados da federação, que apresentam outras demandas produtivas, prioriza-se também a produção de aves, a equinocultura, bovinocultura de corte e a ovinocultura (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.10).

Apesar da predominância de determinadas culturas e criações, seu desenvolvimento constitui uma cadeia regional que gera e atrai outros serviços, motivando o estudo e a busca por novas alternativas de desenvolvimento para a região, que são expressas na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 do COREDE. O mercado regional é constituído pelo segmento de serviços, indústria e agropecuária. Contudo, existe uma inter-relação desses segmentos sendo a atividade primária apontada como a principal potencialidade para as três microrregiões que compõem o COREDE Alto Jacuí (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017).

O mesmo estudo aponta que foram considerados oportunidades de investimento: agroindústria, agricultura, atividade leiteira e turismo. Por estarem diretamente ligadas ao setor primário, tais atividades servem de incentivo para investimentos no setor de informação, estrutura logística, gestão rural e ambiental, pesquisa, assistência técnica e associativismo (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017).

Considerando que a região conta com pontos fortes como logística, a presença de distritos industriais com infraestrutura básica, o setor metal mecânico e a existência de parceria com empresas âncora, servem de incentivo para instalação de indústrias (CORRÊA et al.,

2010). Na última década, a expansão dessa indústria foi um vetor de atração de mão de obra especializada, sobretudo, em direção aos municípios de Não-Me-Toque e Ibirubá, responsáveis por mais de 70% da variação do emprego do setor.

Isto faz com que atividades secundárias à produção agrícola, como as relacionadas ao polo metal-mecânico, sejam atraídas para a região, orientando o desenvolvimento econômico regional. Além da produção graneleira, a mesorregião do Noroeste gaúcho contribuiu com 66,04% da produção de leite do Rio Grande do Sul em 2010, com destaques para as microrregiões de Não-Me-Toque e Cruz Alta, que neste período apresentaram crescimento na produção leiteira (IBGE, 2013). Outra potencialidade prospectada pela sua comunidade é o turismo rural (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.9).

Além da produção tradicionalmente rural, o mesmo estudo demonstra espaço para o crescimento do turismo rural e de atividades ligadas a agroecologia. Nas microrregiões do COREDE Alto Jacuí, existem atrativos naturais e culturais a serem explorados, como por exemplo: Eventos religiosos e culturais, o Lago do Passo Real, o Rio Jacuí, a Rota dos tropeiros e a Rota das terras (CORRÊA et al., 2010, p.83-95). “Neste sentido, quando os recursos locais são explorados de maneira potencial, podem, através do turismo rural, gerar rendas adicionais aos produtores, agroindústrias e comunidade rural” (SILVA et al., 2017, p.440).

No estudo desenvolvido pela UNICRUZ, os entraves para o desenvolvimento da região são:

Falta de planejamento ambiental que envolva solução regional para destinação dos resíduos sólidos e de escoamento sanitário; diminuição da população rural; falta de logística mais adequada para circulação da produção agrícola e metal-mecânica; falta de profissionais capacitados para alguns setores; baixa participação da população em processos deliberatórios de interesse regional; fragilidade nos processos de gestão; relação desigual entre custo da produção e preços praticados pelos mercados (UNICRUZ/PPPI/ADM, 2017, p.10).

A estrutura produtiva do COREDE Alto Jacuí, é dependente da agropecuária. A indústria de máquinas, equipamentos e insumos para a atividade predomina na região, além disso muitas atividades de comércio e serviços estão relacionadas a sua produção. Um instrumento efetivo para o aumento da oferta de emprego seria uma maior diversificação de culturas e atividades nos espaços rurais, mobilizando assim os recursos humanos, físicos e naturais do local.

Sendo as características naturais e econômicas da região, sua produção agropecuária, especialmente na produção de grãos e leite, e a preocupação com as questões ambientais e sustentáveis citadas com frequência no texto. No entanto, índices socioeconômicos foram

pouco explorados, pois deles poderiam surgir novas oportunidades de atuação junto à região, além de fornecer dados mais abrangentes sobre a mesma.

Estes foram os registros encontrados e selecionados, em razão da temática rural, pautados por algumas referências, que fazem parte da contextualização da região e da Universidade. Pode se dizer que as características regionais são mencionadas em muitos trechos dos documentos e constituem uma das principais referências para o planejamento institucional, expressos tanto no PDI, como nos PPPIs. O item a seguir trata das características individuais dos cursos da Instituição, que operacionalizam através do ensino essa visão da Universidade.

4.1.3 A temática do desenvolvimento rural abordada nos PPPIs dos cursos e nos programas de pós-graduação: tópicos específicos

Quanto aos tópicos específicos, próprios do PPPI de cada curso, encontram-se:

- Contexto e inserção do curso na região e na instituição;
- Fundamentos, princípios e objetivos do curso;
- Perfil profissional;
- Organização didático-pedagógica.

A busca pelas referências à temática do desenvolvimento rural, também foi realizada por meio das palavras chaves. Foi possível identificar as referências à temática rural existentes em cada PPPI, de acordo com o contexto de inserção do curso na região e na Instituição, dos seus fundamentos, princípios e objetivos, perfil profissional e organização didático-pedagógica. As ementas de algumas disciplinas foram citadas por possuírem em seus objetivos ou conteúdos a existência de uma relação com a temática rural.

A Universidade de Cruz Alta organiza-se em dois grandes centros de ensino, que estão assim constituídos: **Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA)**: Agronomia (diurno e noturno); Biomedicina; Ciências Biológicas; Engenharia Ambiental; Educação Física – licenciatura; Educação Física – Bacharelado; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Medicina Veterinária e Tecnológico em Estética e Cosmética; **Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS)**: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Aeronáuticas; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Direito; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Jornalismo; Letras Português/Espanhol; Letras – Português/Inglês; Pedagogia e Sequencial de Gestão de Empresas Rurais.

Os centros de ensino têm como intuito aproximar fisicamente os cursos por áreas do conhecimento e fortalecer a integração e a interdisciplinaridade. Essa estrutura amplia as possibilidades de articulação de grupos de pesquisa e, com isso, o trabalho de produção científica de cada área tem maior produtividade. A organização em centros tem contribuído na reestruturação econômico-financeira da Instituição (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.85).

Cada centro de ensino reúne áreas e cursos, em suas especificidades, que formam uma estrutura acadêmica – administrativa, sob a coordenação de um diretor.

4.1.3.1 Centro de Ciências da Saúde e Agrária (CCSA)

O curso de **Agronomia**, em seu PPPI, diz ter se estabelecido para suprir a demanda de profissionais da área agrônômica na região do Alto Jacuí. Justificando tal posicionamento com o propósito da Universidade:

Portanto, a Universidade de Cruz Alta, que tem como missão promover o desenvolvimento na sua região de abrangência, sustentado no conhecimento, vem desempenhando um papel fundamental na formação de profissionais da agronomia com o perfil que deles hoje é exigido, que contemple a técnica e as humanidades, capaz de despertar a criatividade e o espírito crítico, fomentando as ciências, propiciando condições para a produção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento humano e a vida em sociedade (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.13).

Nesse sentido, os princípios epistemológicos que o curso adota perpassam as concepções de: homem, ciência, criticidade, ciências humanas e ciências agrárias, sendo está definida como: “agente da transformação da realidade social, através da compreensão e análise crítica do passado, buscando atingir a sustentabilidade e, por consequência, o crescimento do setor primário” (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.16).

O projeto do curso compromete-se com o desenvolvimento regional ao afirmar:

O profissional também terá condições de avaliar a repercussão da sua intervenção com o processo produtivo, a pessoa humana e a sociedade, contribuindo na melhora da qualidade de vida e ao bem-estar da população, valorizando a potencialidade desta para poderem impulsionar o desenvolvimento da região nos seus respectivos setores de atuação (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.14).

Entre os objetivos do curso está o de preparar profissionais de nível superior, com formação científica sólida e abrangente, capazes de promover, orientar e administrar a utilização de fatores de produção, tendo em vista a racionalização da produção agropecuária de forma sustentável e em harmonia com o ecossistema. Este profissional deverá ter o “domínio

de conhecimento e instrumentalização de métodos, técnicas e processos adequados à solução de problemas de desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos produtos agro-silvi-pastoris inseridos na realidade regional” (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.20).

O texto não deixa claro o que compreende o conceito “qualitativo e quantitativo” de desenvolvimento, a princípio está vinculado aos sistemas de produção agropastoril, em que o emprego do conhecimento serviria para intervenções pontuais nesses processos. Mas essa ideia pode ser complementada por algumas características próprias do desenvolvimento rural, conforme escreve Kageyama (2008, p.157):

O processo de desenvolvimento rural deve equilibrar os benefícios ao território e à população de forma a preservar o meio ambiente, dinamizar a economia e melhorar as condições de vida e bem-estar. Alguns efeitos esperados seriam a redução da emigração rural. A elevação da renda e redução da pobreza, a formalização dos mercados de trabalho e a melhoria na qualidade de vida e educação da população rural.

De acordo com o perfil do egresso, o engenheiro agrônomo do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta deverá ser eclético, crítico, criativo e comprometido com a comunidade onde está inserido (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.22). O curso de Agronomia com base no perfil “deseja formar” um profissional qualificado para o exercício das Ciências Agronômicas, através de uma perspectiva “humanística, crítica e reflexiva”. Capazes de “reconhecer e intervir sobre os problemas/situações associadas às diferentes áreas de atuação do engenheiro agrônomo” (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.15).

Segundo o PPPI o preparo do indivíduo ocorre com base numa sólida formação geral-profissional, pautada por princípios ético-políticos e técnico-científicos, e para a complexidade das relações e das demandas humanas e sociais. Valores como senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, são citados no texto pela responsabilidade como “promotores da produção de alimentos de forma sustentável” (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.15).

De acordo com a organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ou Food and Agriculture Organization – FAO, 2012), a sustentabilidade da agricultura é um dos desafios para o próximo milênio, uma vez que necessitará responder aos desafios da segurança alimentar, das mudanças climáticas e escassez de recursos produtivos, tais como água e solo (CITADIN; PEREIRA; SPECHT, 2016, p.229).

Tais características são apresentadas com base na seguinte justificativa:

Considerando o crescente envolvimento do país com a produção primária, em que as fronteiras produtivas estão em contínuo processo de expansão, sendo responsável por cerca de 50% do Produto Interno Bruto, o profissional graduado na área, recém-egresso da Universidade, deve integrar-se ao mercado de trabalho comprometido com esta realidade. Seu conhecimento deve atingir a amplitude que vai desde a Bolsa de Chicago até a aquisição de insumos pelo produtor e o gerenciamento da propriedade deste (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.22).

No PPPI está previsto que o egresso do curso de Agronomia terá condições de desempenhar suas atividades profissionais na assistência técnica (privada, pública e cooperativa), gerenciamento agropecuário, agricultura (grandes culturas e culturas alternativas), pecuária de corte e de leite, piscicultura, fruticultura, apicultura, plantas medicinais, olericultura, ovinocultura, silvicultura, extensão rural (pública e privada), projetos/prestação de serviços, topografia, engenharia rural, paisagismo e floricultura, docência (terceiro grau, segundo grau e escolas técnicas), pesquisa (privada, autarquias e públicas), gerenciamento de jardins botânicos, indústria de fertilizantes, indústria de óleo e vegetais, de produtos químicos e de laticínios, projetos de preservação do meio ambiente, assessorias, de acordo com a Lei nº 5.194/86 e Resoluções nº 218/73 de 10 de outubro de 2.005 do sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.14).

Como locais de trabalho e atuação no mercado, tem possibilidade de empregos na iniciativa privada, principalmente em empresas de insumos ou no sistema cooperativo. No contexto nacional, a região Centro-Oeste é citada como oportunidade de trabalho. A oferta de trabalho na área de agronomia deve seguir em expansão. Segundo o Relatório Perspectivas Agrícolas 2017-2026, elaborado pela OCDE e Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), o Brasil será o maior produtor mundial de soja, além do aumento nas exportações de carne e a manutenção da produção de biocombustíveis.

Quanto ao ensino, o processo de formação profissional pretende ir além das necessidades do mercado de trabalho. Ao considerar as problemáticas relativas às questões sociais como conteúdo do saber, complementando a formação técnica e cientificamente, mas também de “cidadãos críticos e politicamente aptos a contribuir com uma sociedade mais justa e humana” (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.18).

Da mesma maneira, nas práticas investigativas, a produção científica deve ser “levada a efeito”, em função da utilização de seus resultados no desenvolvimento econômico, social,

tecnológico e científico, de acordo com os interesses e necessidades da sociedade. Essa ação é possível quando se concretiza nos estágios, nos trabalhos de extensão, sala de aula, laboratórios e, por fim, na área experimental, com a realização de experimentos a campo (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.18).

O curso está organizado com 72 disciplinas, distribuídas entre formação básica, formação profissional e formação específica, além do estágio supervisionado. As disciplinas são, em sua maioria, voltadas para a formação técnica e seguem as determinações legais para a formação do Engenheiro Agrônomo. Quanto ao desenvolvimento rural, não há disciplina que aborde exclusivamente a temática rural nesse sentido, entretanto no núcleo de formação profissional encontram-se as disciplinas de Extensão Rural e Sociologia Rural que tratam de conceitos de desenvolvimento rural, como previsto em suas ementas:

Extensão Rural - Histórico da extensão rural. Sistemas de produção e pacotes tecnológicos. Difusão de novas tecnologias. Comunicação em extensão rural (meios). Extensão rural do passado e do presente. Sustentabilidade de modelos agrícolas: fixação do homem no meio rural. Análise de problemas rurais e possíveis soluções (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011).

Sociologia Rural - Conceito e importância da Sociologia Rural. Noções de antropologia. Estrutura fundiária. Organização social rural. Instituições sociais no meio. Colonização e reforma agrária (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011).

Outras disciplinas como, Administração Rural, Cooperativismo, Economia Rural, Ecologia Agrícola, e Manejo Agrícola e Meio Ambiente também podem trazer nos seus conteúdos, os princípios do desenvolvimento rural, dependendo do enfoque escolhido pelo programa do curso ou visão do professor. Por exemplo, Manejo Agrícola e Meio Ambiente e Ecologia Agrícola, são focadas nas questões ambientais e de sustentabilidade, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo uma abordagem significativa para as demandas atuais. Eis o que está previsto nas ementas das referidas disciplinas, relacionadas ao desenvolvimento rural:

Manejo Agrícola e Meio Ambiente - Desenvolver um espaço para discutir, aprofundar, conhecer e compreender as questões técnicas, tecnológicas e ambientais que envolvem o manejo e a produção agrícola, partindo de uma análise histórica do início da agricultura até a atualidade, reconhecendo as principais questões da problemática ambiental até os princípios agro-ecológicos em busca de uma visão holística e multidisciplinar, da sustentabilidade agrícola (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011).

Ecologia Agrícola - Introdução: fatores ecológicos, ciclos biogeoquímicos, dinâmica de populações, sinecologia, biogeografia, o homem e a biosfera. Ecologia e agricultura. Engenharia ambiental. Biodiversidade. Legislação ambiental. Educação ambiental (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011).

No curso de Agronomia, a área da pesquisa segue a referência institucional, por meio do estímulo à ampliação e qualificação das atividades de iniciação científica junto aos alunos dos cursos de graduação. Possui três grupos e suas respectivas linhas, descritas abaixo, no Quadro 4.

Quadro 4 - Linhas de pesquisa agronomia

GRUPOS DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA
1. Fitotecnia	Bioclimatologia e ecofisiologia dos cultivos agrícolas
	Manejo de cultivos agrícolas
2. Produção agrícola sustentável	Gestão do meio rural
	Produção animal e vegetal
3. Forragicultura e alimentação animal	Bromatologia e nutrição animal
	Forragicultura e nutrição animal
	Manejo, conservação e fertilidade do solo
	Manejo de bovinos leiteiros
	Reprodução animal

Fonte: UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011, p.56.

Conforme disposto no PPPI, os docentes do curso de Agronomia conduzem anualmente, experimentos, realizados para atender demandas regionais ou em cooperação com Instituições Oficiais de Pesquisa, como o Sistema Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (Arroz e Feijão, Milho e Sorgo e Soja) e com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), sempre contemplando as linhas de pesquisa do curso, que envolvem a participação de acadêmicos bolsistas ou voluntários (UNICRUZ/PPPI/AGRONOMIA, 2011).

Além dos experimentos, artigos científicos também são produzidos com base nas linhas de pesquisa do curso e apresentados anualmente no Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, resultado do trabalho de alunos e professores. Dentre as linhas, Gestão do meio rural e Produção animal e vegetal, fazem parte das linhas do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural (MPDR), numa integração da produção de graduação e pós-graduação.

Assim está estruturado o curso de Agronomia, que em virtude do meio tem sua formação profissional com ênfase no mercado de trabalho regional, tendo a Área Experimental da Universidade como um grande diferencial da *práxis* pedagógica. De acordo com o PDI, a *práxis* pedagógica é assim conceituada:

[...] a aula, o conhecimento, a avaliação, a pesquisa e a extensão, tendo a linguagem como meio de veiculação, caracterizam a *práxis* pedagógica e são indissociáveis, não se entendendo um dos elementos sem os demais. Tal processo, objetiva a formação do profissional reflexivo, cuja prática consiste na reflexão, na ação/ação, na reflexão, num contínuo movimento educativo dialético (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.49).

O curso de Agronomia, juntamente com o curso de Veterinária, que também pertence ao CCSA, constituem os cursos de ciências agrárias da Universidade. A formação profissional dos acadêmicos, seus projetos e produções são significativos para delinear uma estratégia de desenvolvimento rural que figure em seus projetos pedagógicos diante das características econômicas e produtivas da região.

No curso de **Biomedicina**, a preocupação com a educação e defesa ambiental, e o gerenciamento de resíduos é mencionado nas disciplinas, especialmente na área da pesquisa e na relação do homem com o meio e o trabalho. Nesse caso, são úteis à atividade agrícola e pecuária uma vez que sua prática expõe o trabalhador rural, a substâncias químicas, incidência solar, entre outros fatores da própria ação laboral. As disciplinas citadas aqui podem servir ao propósito mencionado: Bioética e Regulamentação Biomédica; Imunologia Clínica; Toxicologia; Análise Ambiental e Química Ambiental.

Como exemplifica Castro (2012, p.159), “os sistemas de produção intensivos elevam a necessidade de uso de agrotóxicos, os quais aumentam as concentrações residuais e a deriva de agrotóxicos ocorrida durante o processo de aplicação dos produtos. O curso de Biomedicina e demais cursos da Universidade na área da saúde, que serão apresentados adiante, podem se dedicar com interesse pelo tema, considerando que a região, por suas características de produção agropecuária, oferece um campo oportuno de investigação.

O curso de **Educação Física - Bacharelado** segue os princípios norteadores da Universidade de Cruz Alta, no entanto, a base curricular do curso, não possui disciplina diretamente ligada a temática rural. Por outro lado, no contexto da região, foi mencionada a possibilidade de desenvolvimento na área de turismo rural. Portanto, na disciplina de Atividade Física na Natureza, os conteúdos e atividades podem atender a demanda por um profissional voltado para o turismo rural e isso poderia ser explorado pelo projeto do curso.

O objetivo da disciplina é desenvolver no profissional de Educação Física a consciência em relação ao meio ambiente e oportunizar os conhecimentos e vivências da prática de atividades que podem ser desenvolvidas na natureza. A ementa associa a prática de esporte à natureza:

Estudo e contextualização sobre os esportes na natureza analisando o impacto ambiental da sua prática, discutindo os princípios da utilização consciente e sua conservação. Caracterização dos esportes na natureza bem como o processo ensino e aprendizagem das técnicas específicas de cada um dos esportes (UNICRUZ/PPPI/EF, 2014, p.75).

Já **Educação Física - Licenciatura**, poderia trabalhar a questão da atividade física em escolas rurais, mas não há registro no projeto, com alguma diferenciação ou formação para o professor que pode vir a atuar nesse tipo de escola ou realidade.

O curso de **Enfermagem** em seu PPPI, diz acompanhar as mudanças que emergem do contexto social em que está inserido. Nesse sentido o perfil profissional busca enfatizar questões importantes da realidade vivenciada no cotidiano como: a questão dos direitos humanos e as questões relacionadas a educação ambiental, que se constitui em uma necessidade na manutenção e equilíbrio do planeta e sobrevivência dos seres vivos. Entretanto, exceto pela preocupação ambiental, não há outras referências a temática rural no projeto do curso.

Apesar de não ter nenhuma disciplina com enfoque rural, o curso é atuante em eventos da Universidade voltados ao meio rural, através da prestação serviços de saúde. Assim, proporciona aos acadêmicos e docentes, vivências nos diferentes campos do conhecimento de forma interdisciplinar e multiprofissional, integrada com a realidade econômica da região onde predomina a agricultura.

Entre as atividades realizadas pelo curso, pode-se destacar a participação no Programa Rede Leite desenvolvido em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde o Curso de Enfermagem atua junto ao grupo de trabalho social, buscando a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, enfatizando as questões da saúde. Também participa de ações como o “Dia de Campo”, juntamente com os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, trabalhando as questões da saúde, principalmente em relação ao manuseio de agrotóxicos e suas consequências na saúde do trabalhador rural (UNICRUZ/PPPI/ENFERMAGEM, 2017, p.33).

Outra atividade importante desenvolvida pelo curso é a participação dos acadêmicos e docentes na Semana do Meio Ambiente, onde são realizadas ações de conscientização da

importância do cuidado com o ambiente. Essas atividades mostram o fator interdisciplinar que integra o curso de Enfermagem em múltiplas atividades, inclusive as de natureza rural.

O curso de **Engenharia Ambiental e Sanitária**, de acordo com o PPPI enfatiza a necessidade de que todas as disciplinas da formação do Engenheiro Ambiental e Sanitário tenham os problemas ambientais nas suas dimensões ecológica, social, econômica e tecnológica como eixos integradores, buscando formar um profissional que corresponda às necessidades da sociedade, atuando de forma proativa para o desenvolvimento sustentável.

O curso investe na formação de um profissional que possa atuar em diversas áreas. Possui um amplo mercado de trabalho, devido a relevância do tema ambiental. Com enfoque voltado para a identificação e solução de questões ambientais e sanitárias e para o desenvolvimento de processos de controle e mitigação da poluição do ar, das águas, do solo, visando a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para alcançar esse objetivo, dá ênfase em alguns conceitos, como saneamento ambiental, gestão de recursos hídricos, gerenciamento e avaliação de recursos naturais, gestão ambiental, avaliação e monitoramento de impactos ambientais, reciclagem de resíduos, recuperação de áreas degradadas e geoprocessamento, que levem o profissional a soluções socialmente justas e ecologicamente corretas para a solução dos problemas ambientais.

O profissional deverá estar apto nos seguintes conhecimentos, sendo que os citados aqui estão ligados a temática rural, em função do meio e da atividade de produção, mesmo numa abordagem intrínseca nas temáticas ambientais: preservação da qualidade da água, do ar e do solo; estudos de impacto ambiental, propondo medidas mitigadoras; soluções para o aproveitamento racional dos recursos naturais, gerenciamento de recursos hídricos; licenciamento ambiental; educação, planejamento e gestão ambiental, tecnologias sanitárias e ambientais; cadastro ambiental e georreferenciamento rural. O Engenheiro Ambiental é habilitado para atuar em organismos públicos e não-governamentais, no setor privado, nas diversas indústrias e em empresas de consultoria ambiental.

Os componentes curriculares foram divididos da seguinte forma:

I - Ciências Exatas - incluem-se os processos, os métodos e as abordagens físicos, químicos, matemáticos e estatísticos como suporte à Engenharia Ambiental e Sanitária. II - Ciências Biológicas – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base biológicas, ecológicas, microbiológicas e ambientais, inerentes à Engenharia Ambiental e Sanitária. III - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a

economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo. IV - Ciências Pertinente à Engenharia Ambiental e Sanitária – incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados exclusivamente com a área de Engenharia Ambiental e Sanitária (UNICRUZ/PPPI/EAS, 2017, p.34).

As disciplinas do curso estão divididas em três núcleos, denominados: básico, profissionalizante e técnico. A área de engenharia ambiental por estar ligada aos recursos naturais, inevitavelmente contempla a atividade agropecuária. As disciplinas citadas a seguir, estão acompanhadas do conteúdo que aborda diretamente a temática rural dentro da disciplina.

Introdução à Engenharia Ambiental: com noções básicas em diversas áreas e especificamente no que se refere a essa pesquisa, os conteúdos de desenvolvimento sustentável e ambiental na área rural.

Desenvolvimento Sustentável: visão de consumo, das mudanças no meio rural e os desafios para o desenvolvimento rural sustentável e da minimização de impactos na pecuária, suinocultura e resíduos animais.

Solo e Ambiente: estudo dos tipos, relações e utilização de solos em ambientes florestais, agrícolas e urbanos e sistemas de produção agro-silvo-pastoris, degradação dos solos agrícolas e alternativas para sua recuperação.

Economia ambiental: comércio Agrícola e meio ambiente na América Latina.

Recuperação de áreas Degradadas e Contaminadas: em atividades agrícolas e seus impactos ambientais.

Sistemas de Esgoto e Drenagem Urbana: autodepuração dos cursos d'água, análise e operação de um sistema de tratamento de esgoto sanitário e reuso agrícola.

Saúde Pública e Ambiental: por meio dos fatores que interferem diretamente nas condições de saúde dos seres humanos, nesse caso, a poluição na agropecuária, uso de fertilizantes e praguicidas.

Climatologia: através de elementos meteorológicos e climatológicos de importância para a agropecuária e sua influência sobre os vegetais e animais nas diferentes atividades dos setores produtivos.

Marketing Ambiental Mercado interno e externo para produtos ambientalmente corretos: essa disciplina se mostra bem atual, já que existe uma tendência crescente de consumo desses produtos com produção diferenciada, em que são respeitados princípios ambientais nos processos de cultivo ou processamento.

De acordo com Conceição, Escher e Campagnollo (2016), três fatores tem impulsionado o mercado de produtos orgânicos e ecológicos, sendo o reconhecimento desse tipo de produção pelo Estado, com políticas públicas para o segmento, a associação em redes de produção, distribuição certificação e assessoria na agricultura familiar e a normatização dos mecanismos de controle e certificação.

É no contexto das mudanças do sistema agroalimentar e da emergência de novas dinâmicas de desenvolvimento rural que consumidores, produtores e movimentos sociais rurais e urbanos vêm buscando não só desenvolver novas práticas como também influenciar novas políticas, tendo em vista, principalmente, valores como sustentabilidade ambiental e a justiça social (CONCEIÇÃO; ESCHER; CAMPAGNOLLO, 2016, p.203).

Para Zylbersztajn (2003, p.16) “a atuação de mecanismos de defesa sanitária, vegetal e animal, hoje ganha magnitude ainda mais importante, tanto pelo aspecto da saúde pública, como também no papel de elemento alavancador de mercados para os agentes produtivos”. Assim, percebe-se que o curso possui uma estrutura bem atual e coerente com a proposta ambiental, necessária para a sustentabilidade dos recursos naturais utilizados pelo setor primário.

No curso de **Estética e Cosmética**, em virtude de sua finalidade, não foram encontradas referências à temática rural, apenas a questões ambientais e sustentáveis através das disciplinas de Gestão Ambiental que aborda o tema de forma mais abrangente com ênfase nas relações do homem com o meio, e Cosmetologia Aplicada à Estética, quando se refere aos cosméticos orgânicos e naturais.

O curso de **Fisioterapia**, complementa o texto comum entre os PPPIs, dando maior destaque às atividades agropecuárias e sua importância como principal atividade econômica na região. Neste contexto, o curso busca condições de promoção e manutenção da saúde que venham a se constituir em alternativas de solução aos problemas do produtor rural, promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar e conseqüentemente reflexos positivos para a economia regional. Porém a única referência nesse sentido, é o projeto: Integralidade na atenção à saúde do trabalhador da Herter Cereais LTDA - Multirural.

Quanto ao perfil profissional, além de formar um profissional da saúde, que este também seja capaz de aplicar saberes técnicos, científicos, humanísticos, profissionais e transformá-los em soluções no âmbito humano, social e ambiental, atuando em todos os níveis da saúde, respeitando os princípios éticos/bioéticos e culturais do indivíduo e da coletividade.

No curso de **Medicina Veterinária**, o contexto regional também serve de justificativa para a criação e existência do curso que visa suprir a demanda por qualificação profissional, abrangendo saberes nas áreas de saúde animal e clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal e proteção ao meio ambiente.

Assim, nota-se no ambiente acadêmico a vocação para: (i) orientação ao produtor rural, através da investigação científica e da extensão, objetivando desenvolver tecnologias capazes de promover a melhoria e o crescimento da produção num sistema harmônico e auto-sustentável; (ii) promoção da saúde animal por meio da inovação e divulgação de conhecimentos nas áreas de clínica e cirurgia de pequenos e grandes animais; (iii) manejo e conservação da biodiversidade por meio da medicina de animais silvestres e (iv) promoção da saúde pública através da estimulação ao controle e inspeção na fabricação de produtos de origem animal, em especial os derivados do leite e carne (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.10).

As principais razões para a criação do curso de Medicina Veterinária estão atreladas ao desenvolvimento agropecuário da região. Devido à cidade de Cruz Alta estar localizada numa das principais bacias leiteiras do Estado e pela função da UNICRUZ ser a Gestora do Pólo de Inovação Tecnológica do Alto-Jacuí. “Assim, o Curso de Medicina Veterinária além de contribuir para o desenvolvimento regional, através de um ensino de qualidade, e de ações articuladas, visa contribuir com uma formação técnico-científica e humanística, preocupado com sua responsabilidade social” (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.12).

O profissional egresso possui um compromisso social, como fiscalizador de produtos de origem animal, garantindo alimentos inspecionados, assegurando a saúde da população. O médico veterinário também é parte integrante de equipes multiprofissionais da saúde, atuando de forma integrada com as equipes de Saúde da Família. Nessa função, trabalham no combate a zoonoses, além de atividades na área de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais.

De acordo com o PPPI o profissional se destaca como “agente de vanguarda, participante e comprometido com a realidade, através da geração e adequação de tecnologias que promovam a produção agropecuária, com a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida do homem e dos animais, a partir do desenvolvimento de competências e habilidades” (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.14).

Tem como principal objetivo:

O Curso de Medicina Veterinária visa preparar profissionais em nível superior, com formação generalista e humanística, capacitados para promover, orientar e administrar as atividades inerentes ao exercício profissional no âmbito de seus campos específicos

de atuação tendo em vista a racionalização da produção agropecuária, da saúde animal e da saúde pública de forma sustentável e em harmonia com o ecossistema, tendo em vista sempre, a formação de Médicos Veterinários com conhecimentos básicos e instrumentalização em métodos, técnicas e processos adequados à solução de problemas de desenvolvimento qualitativo e quantitativo da produção agropecuária, inseridos na realidade regional (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.15).

De forma geral, o Médico Veterinário é o profissional que atua na cadeia da produção animal envolvendo o manejo, alimentação, reprodução e melhoramento genético de rebanhos, na medicina preventiva, mantendo ou recuperando a saúde dos animais, no planejamento e execução do controle sanitário de rebanhos, quanto ao diagnóstico, profilaxia e tratamento das enfermidades em animais; controle de qualidade de produtos de origem animal, saúde pública, biotecnologia e preservação ambiental.

O Curso de Graduação em Medicina Veterinária tem como perfil do formando egresso/profissional o Médico Veterinário, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal e clínica veterinária; saneamento ambiental e medicina veterinária preventiva, saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal e ecologia e proteção ao meio ambiente. Ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.20).

O mercado de trabalho do curso do médico veterinário está relacionado com a dinâmica do setor agropecuário e de *pet*, seguindo padrões de produtividade adequada ao meio ambiente através da racionalização de recursos e do gerenciamento de empresas rurais e veterinárias. O caráter social da profissão está relacionado a saúde pública atuando na fiscalização de produtos de origem animal, da produção à comercialização. No contexto regional de abrangência do curso, destaca-se a empresa rural familiar, como importante espaço de aproveitamento para o trabalho veterinário.

Mais uma vez o contexto regional é relevante para as ações do curso:

A Universidade de Cruz Alta está inserida em uma região, onde a principal atividade sócio-econômica se dá através da Produção Agropecuária. Em seu entorno encontram-se mais de 50 municípios, especialmente os componentes dos COREDES das regiões Alto do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí e Noroeste Colonial. A região possui um expressivo rebanho bovino leiteiro, destacando-se na produção de leite, produto absorvido e processado por duas grandes plantas industriais inseridas na região (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.21).

A Universidade oferece uma formação completa para atuar junto às cadeias produtivas, pois além da graduação possui cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e de extensão para os profissionais, oportunizando o ensino continuado para os profissionais da área.

Conforme consta no projeto pedagógico, as áreas de atuação do Médico Veterinário são muito diversificadas, podendo atuar como profissional liberal, na prática clínica e cirúrgica, na assistência de áreas de gestão e produção em cabanhas e propriedades, em empresas privadas (comércio de insumos veterinários) ou públicas (vigilância sanitária e inspeção de produtos de origem animal), “na produção, nutrição e melhoramento genético, preservação ambiental, planejamento, administração e economia rurais, extensão rural e pesquisa em universidades públicas e particulares” (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.22).

No que se refere a organização didático pedagógica, o currículo do Curso de Medicina Veterinária tem sua ênfase na formação do profissional “comprometido com o crescimento do setor primário, buscando a sua autossustentabilidade, com preservação do meio ambiente”. O currículo procura corresponder às necessidades sociais de desenvolvimento, alcançando um nível profissional desejado pela sociedade, num compromisso com as demandas do mercado (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.23).

Para Zotti e Paulino (2009), o Brasil tem condições naturais e territoriais para impulsionar ainda mais seu desenvolvimento econômico nesse setor, desde que o sistema produtivo brasileiro esteja preparado para atender as exigências da sociedade mundial, quanto à conservação da água e do solo, bem-estar animal e mitigação do efeito estufa na produção animal.

A base curricular vigente é de 2013. O curso tem duração de 10 semestres, com total de 66 disciplinas e 280 créditos. O Estágio Curricular Supervisionado é de 420 horas e as Atividades Complementares correspondem a 120 horas, totalizando 4.320 horas. O currículo acadêmico é enriquecido pela associação de ensino, pesquisa e extensão. O curso desenvolve equipes multidisciplinares com abordagem na saúde/produção animal, seminários, práticas monitoradas, atividades laboratoriais, pesquisas bibliográficas e de campo, plantões hospitalares, eventos comunitários, entre outras metodologias que envolvam o acadêmico em atividade práticas da área e no contexto focado (UNICRUZ/PPPI/MV, 2017, p.23-24).

As disciplinas e atividades em que se desdobram os conteúdos básicos são acrescidas de outras complementares, que objetivam a ampliação e o aprofundamento de questões que singularizam a atuação do profissional na região, conferindo-lhe maiores recursos no desempenho de sua função. Para isso conta como áreas de estudo e serviços nas atividades

desenvolvidas no Hospital Veterinário e no espaço pertencente a Fazenda Escola. O aluno vivencia aulas práticas, eventos técnicos e a condução de experimentos do curso de Medicina Veterinária, através de projetos coordenados pelas áreas de produção vegetal e animal, como por exemplo, a Cabanha UNICRUZ, criatório de animais da raça Angus.

Dos cursos de CCSA, não estavam disponíveis para consulta, o PPPI de **Farmácia** e de **Ciências Biológicas**, este último, atualmente é ofertado apenas via o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), que é um programa implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de contribuir para que os professores em exercício, na rede pública de educação básica, tenham acesso à formação superior exigida LDB. Por meio dele, a CAPES induz e fomenta a oferta de cursos de licenciatura, nas modalidades presencial e à distância, em Instituições de Educação Superior - IES.

4.1.3.2 Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS)

No curso de **Administração**, não há referências a temática rural nos fundamentos, princípios, objetivos e perfil profissional do seu PPPI. Somente no tópico da organização didático-pedagógica, foi encontrada uma referência na organização curricular, que oferece como disciplina optativa “Gestão em Agronegócio”. Segundo Zylbersztajn (2003, p.15), agronegócio é entendido como “o conjunto das operações que envolvem desde o setor produtor de insumos para a atividade produtiva primária, até a distribuição do alimento, produção de energia e fibras.

De acordo com Mera e Divério (2014), a administração ou gestão rural é um ramo da ciência administrativa e, portanto, utiliza-se de suas teorias. Segundo as autoras, para realizar a gestão rural também é preciso levar em consideração outros ramos do conhecimento como contabilidade, economia, psicologia, informática, direito, estatística e sociologia entre outros, que complementam os conhecimentos das ciências administrativas. “O processo de gestão precisa ser percebido através de uma visão sistêmica, em que a unidade de produção rural pode ser definida como sendo o “objeto” resultante da interação do conjunto de elementos do sistema social com o sistema natural” (MERA; DIVÉRIO, 2014, p.99).

Numa região em que as atividades da produção primária, e outras tantas derivadas da agricultura e da pecuária, são consideradas de fundamental importância para a economia local, é surpreendente que o curso de administração não mire a formação de profissionais para atender

a demanda por administração de empresas rurais, ou dedique atenção a componentes que poderiam dar subsídios aos futuros administradores de atuar com segurança no meio rural. “Em segmentos dinâmicos do setor rural muitos empresários vêm sentindo a necessidade de melhores conhecimentos administrativos, como condição imprescindível para a própria sobrevivência da empresa” (ULRICH, 2009, p.7).

Oferecer apenas uma disciplina voltada para a temática rural, que é “Gestão em Agronegócio” e ainda como optativa, não considera o contexto em que a Universidade está inserida, tampouco garante formação adequada para o agronegócio. Além disso, a gestão do meio rural é uma das linhas de pesquisa do MPDR, no entanto a formação básica ou direcionada para a área não é vista pelo curso.

O curso de **Ciências Aeronáuticas**, mostrou-se mais voltado para o tema, já que considera a matriz econômica da região como um nicho de mercado importante, justificando a necessidade da formação de profissionais em aviação agrícola, descrito através do seguinte trecho:

Pressupondo-se a importância desses aspectos, faz-se necessária a formação de profissionais da área aeronáutica, com capacitação técnica, criticidade e comprometimento com a tecnologia e a coletividade, já que se caracteriza por ser uma região essencialmente agrícola, com grandes áreas cultivadas que necessitam bem como é carente de serviços de táxi aéreo, além de ser uma região com tradição de formação de pilotos em aeroclubes e escola de aviação civil (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS AERONÁUTICAS, 2016, p.19).

Nesse sentido, outra referência reforça a localização da Universidade e os meios produtivos da região como determinantes para a atuação profissional do piloto agrícola, previsto no objetivo geral do curso. “O Brasil e, em especial a região onde a Universidade de Cruz Alta está inserida, possui forte tradição no setor agrícola, possibilitando aos egressos atuarem neste nicho de mercado” (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS AERONÁUTICAS, 2016, p.20).

As referências encontradas a partir das palavras sustentável e ambiental, ligadas a temática rural, são citados nos princípios epistemológicos e no contexto de inserção do curso na Instituição. No sentido ideal de defesa ambiental e sustentabilidade.

Os temas de educação ambiental e sustentabilidade estão previstos no ementário da base curricular 2016 da disciplina de Princípios das Ciências Aeronáuticas I, que aborda os conteúdos de: Prevenção contra o fogo; A Aviação Civil e a interação com o meio ambiente e a sustentabilidade.

O curso de **Ciências da Computação** se estabeleceu para suprir a demanda de profissionais em Tecnologias da Informação e Comunicação na região do Alto Jacuí. Entre elas, está a referência à indústria de laticínios e do agronegócio. Ou seja, é uma experiência que se dá a partir de uma necessidade regional, onde o estágio curricular é considerado ato educativo e de prática, que acontece em contato com a realidade social, econômica, ambiental e cultural.

Para tanto, o egresso deve expressar as seguintes características de Inserção no contexto social, acompanhamento da evolução do conhecimento em sua área, comprometimento com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade. Capacidade para selecionar e produzir conhecimentos científicos, por critérios de relevância e rigor, validade e responsabilidade social e ambiental, de dignidade humana, participação, diálogo, solidariedade, isto é, no contexto dos valores coletivamente assumidos (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS AERONÁUTICAS, 2016, p.21-22).

Um das linhas de pesquisa do curso está diretamente voltada para a produção de trabalhos relacionados aos meios de produção rural. Engenharia de biosistemas é a aplicação da ciência, matemática, computação e engenharia para a agricultura, sistemas de produção, recursos naturais, ambiente e sistemas biológicos relacionados. Essa linha desenvolve tecnologias que envolvem o sistema produtivo do agronegócio, tecnologias de automação, apoio à produção, agricultura de precisão, mediante uso de tecnologias inovadoras e projeta sistemas que beneficiam a produção de forma sustentável (PPPI, 2016, p.181). Bambini et al., (2013, p.184, apud BALLANTYNE et al., 2010), destaca a importância da adoção de tecnologias para o dinamismo do agronegócio:

Inovações em tecnologias de informação aplicadas ao meio rural podem contribuir para os sistemas agrícolas a fim de aumentar a quantidade, a qualidade e a inserção dos produtos agropecuários no mercado, pelo acesso a informações sobre preços, quantidade e qualidade demandadas por parte de potenciais compradores. Sua aplicação pode contribuir para a melhoria do gerenciamento, eficiência e sustentabilidade para o uso de recursos e insumos como terra, nutrientes do solo, água, energia, trabalho e acima de tudo informação e conhecimento (BAMBINI et al., 2013, p.184).

Segundo os autores, no Brasil o desenvolvimento de aplicações de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para agropecuária, especialmente software, foi iniciado em meados da década de 1980, em centros de pesquisa vinculados a Universidade de São Paulo (USP) e a Embrapa. A agroindústria é responsável por apenas 2,6 % das compras do mercado de tecnologia e a adoção de software é menor ainda nos empreendimentos agrícolas (fazendas

e propriedades rurais). Isso demonstra a existência de um grande nicho de mercado para o incremento da produção agropecuária brasileira, onde é necessário superar as exigências de custo, as limitações de conhecimento e elaboração de políticas para mobilizar a adoção das TIC.

O curso de **Ciências Contábeis**, se mostra voltado à temática rural, pelos conteúdos de estudo no curso e como área de atuação do profissional em contabilidade, já que a qualificação profissional habilita, entre outras áreas, a atuar como “contador de empresas rurais: específico para os setores agrícola, pecuário e agroindustrial” (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.23).

Segundo Ulrich, nesse contexto:

[...] dentro do sistema de informações da empresa rural, a contabilidade auxilia na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações, quer seja no registro e avaliação. O objeto da Contabilidade Rural tem sido o patrimônio e seu uso, a determinação do lucro e o controle do patrimônio (ULRICH, 2009, p.6).

De acordo com o Tratado de Contabilidade, contabilidade rural é considerada uma especialidade da contabilidade que se ocupa dos atos e fatos administrativos das empresas rurais (CARNEIRO; CARNEIRO, 1933). Atualmente a contabilidade rural, agrária e ambiental são importantes ferramentas de coleta, processamento e controle da gestão do agronegócio, para se adequar as exigências legais e ambientais e acompanhar na tomada de decisões frente as mudanças políticas e econômicas.

O projeto do curso possui disciplinas em seu currículo que contemplam o enfoque da contabilidade rural, em tópicos que se referem diretamente a atividade primária, como também de maneira mais ampla, abordando as questões ambientais e de sustentabilidade. Entre elas: Ética e Responsabilidade Social do Contador que trata do desenvolvimento sustentável como princípio ético na atuação profissional. Além da disciplina de Contabilidade Ambiental, que oferece procedimentos de gestão relacionados ao tema meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. E ainda, Responsabilidade Social e Meio Ambiente, sobre a incorporação de práticas socioambientais por parte das empresas.

As disciplinas que compõe a base curricular estão distribuídas em 3 núcleos, denominados de formação básica, profissional e teórico-prática. A temática rural está presente nos três núcleos, através das seguintes disciplinas: Na formação básica, com “Ética e Responsabilidade Social do Contador, no núcleo profissional através das disciplinas de

Contabilidade Ambiental e Contabilidade Rural e na formação teórico-prática, que oferece Derivativos e Mercado Futuro, Agronegócio e Tópicos Contemporâneos de Contabilidade.

Um das disciplinas específicas do curso, que trata da temática rural, é a Contabilidade Rural que tem como objetivo: Abordar conceitos e técnicas de contabilidade gerencial aplicáveis às atividades rurais (agrícolas, pecuárias e agroindustriais), proporcionando ao aluno uma visão prática do tratamento contábil e do processo de gestão econômica dessas atividades” (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.59).

A ementa da disciplina específica:

A empresa rural e seu meio ambiente. A natureza e o ciclo de vida dos ativos. Atividades Rurais. Agricultura, reflorestamento, pecuária, atividades agroindustriais, cultura temporárias e perenes. Ativos (animais e vegetais) utilizados na atividade operacional e para vendas. Aspectos contábeis e legais das atividades rurais. Transações e contas especiais das atividades rurais. Imposto de renda e principais tributos. Cooperativas. Aspectos de custos e preços. Custos fixos e variáveis, cálculo das depreciações, amortizações e exaustões. Alavancagem operacional e ponto de equilíbrio. Planejamento de lucros e simulações. Break even-point na atividade rural. Fluxo de caixa das atividades rurais. Relatórios contábeis das atividades rurais. Reclassificações necessárias, análises por meio de coeficientes, custo de capital e taxas de retorno, EVA e MVA, valor da empresa. Reflexões sobre a análise das atividades rurais (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.59).

Outra disciplina que trata de temáticas rurais, é a de Derivativos e Mercado Futuro, que tem o objetivo de desenvolver uma visão sistêmica para a Gestão Estratégica de Finanças no Agronegócio. A ementa demonstra que a disciplina está voltada ao mercado agrícola. Sua Ementa prevê os seguintes conteúdos:

Administração de Riscos e seus Instrumentos. Derivativos Financeiros. Histórico e Tipos de Derivativos (Termo, Futuros, Swaps e Opções). Mercados de Seguros. Risco no Sistema Agroindustrial. Hedging e cobertura do Risco. O Papel dos especuladores. Securitização como Mecanismo de Alavancagem Financeira. Securitização de Recebíveis Agropecuários e Agroindustriais (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.62).

E também, abordando diretamente a temática rural, a disciplina de Agronegócio visa propiciar ao aluno o conhecimento de aspectos teóricos e aplicados do agronegócio brasileiro e sua importância para a economia nacional e regional. A ementa traz para a disciplina desde questões históricas e sociais até noções de comercialização.

Gênese e desenvolvimento do agronegócio no Brasil. A agricultura brasileira no período colonial escravagista. A modernização capitalista e a conformação do agronegócio no Brasil. Formas sociais de produção agropecuária no agronegócio

brasileiro. Estado e agronegócio no Brasil. Conceitos gerais sobre agronegócio; cadeias produtivas; sistemas agroindustriais. Perspectivas do agronegócio brasileiro e sua inserção na economia nacional e regional. Noções de comercialização agropecuária. Instrumentos de análise financeira (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.68).

A gestão rural é contemplada na disciplina de Tópicos Contemporâneos de Contabilidade, que objetiva proporcionar aos acadêmicos uma reflexão da ciência contábil no contexto mais amplo do conhecimento científico (UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.60).

A ementa está assim constituída, para oferecer ferramentas que são utilizadas na gestão rural: Balanço Social e Contabilidade Ambiental. Ativos Intangíveis. Balanced Scorecard. Gestão Rural. Pesquisa operacional. Governança Corporativa e a Teoria da Agência. Introdução ao Marketing Profissional. Empreendedorismo”(UNICRUZ/PPPI/CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2016, p.60).

O PPPI do curso de Ciências Contábeis possui formação voltada para atender as demandas de produtores e empresas rurais da região. Seu PPPI é coerente com a proposta do curso e as disciplinas com enfoque rural estão presentes na formação do aluno no decorrer do curso.

Para o curso de **Direito**, o jurista atua como um profissional em condições de intervir na concretização dos direitos fundamentais do ser humano, valorizando a interdisciplinaridade, a ética e o desenvolvimento sustentável. Apresenta-se, dessa maneira, a oferta para atender a uma demanda regional, visando à formação de profissionais que contribuam com o desenvolvimento da organização política do Estado (UNICRUZ/PPPI/DIREITO, 2014).

O curso possibilita ainda, a vivência em temas sociais relacionadas com a tradição dos Direitos Humanos, com questões étnico-raciais e com o Direito Ambiental, tanto promovendo sua discussão nos componentes curriculares ou participando de eventos como o Fórum Permanente de Direitos Humanos, de programas e projetos institucionais tais como o PIBIC e o PIBEX, do Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos, do Balcão do Consumidor e do Observatório Social (UNICRUZ/PPPI/DIREITO, 2014).

Na sua base curricular, oferece duas disciplinas que abrangem a temática rural: Direito Agrário e Direito Ambiental. O objetivo da disciplina de Direito Agrário é apresentar condições teóricas, para o enfrentamento das mais variadas questões de ordem prática oriundas do meio rural relacionado com o meio ambiente. Os objetivos específicos, enfatizam o direito agrário relacionando-o com o desenvolvimento sustentável, são:

a) Proporcionar ao Acadêmico do curso de Direito o conhecimento do ramo do Direito Agrário e sua importância na formação do profissional da área, a fim de inserir-se no contexto regional, estadual e nacional de desenvolvimento. b) Proporcionar ao Acadêmico o conhecimento do ramo do Direito Agrário e sua aplicabilidade no cotidiano do exercício profissional. c) Conhecer as relações que a disciplina mantém, com o princípio do desenvolvimento sustentável e os demais ramos do direito (UNICRUZ/PPPI/DIREITO, 2014, p.124).

Na ementa encontram-se os seguintes assuntos com enfoque na questão agrária:

Importância da disciplina. Aspectos gerais do ramo do Direito Agrário. Formação da propriedade rural no Brasil. Fontes do Direito Agrário. Princípios do Direito Agrário. Direito Agrário e desenvolvimento sustentável. Institutos do Direito Agrário. Direito de propriedade no Brasil. Função social da propriedade no Brasil. Reforma agrária. Contratos agrários. Imposto territorial rural no Brasil. Usucapião rural. Impenhorabilidade da propriedade rural. Relações de trabalho no meio rural. Política agrícola. Crédito rural. Títulos de crédito rural. Questões ambientais relacionadas ao meio rural. Justiça Agrária Especializada. Codificação do Direito Agrário (UNICRUZ/PPPI/DIREITO, 2014, p.124).

Segundo Barros (2009) o Direito Agrário conceitua-se como ramo que regulamenta as relações (jurídicas - limites) do homem com a terra (propriedade rural). Essas relações são de direito (vantagens, uso, frutos) e de obrigação (limites, pagamento de ITR, atividade não pode causar prejuízos), pois são pautadas pela norma (BARROS, 2009).

São características da norma de Direito Agrário:

É uma norma imperativa, ou seja, determinativa, não deixa dúvidas do direito e da obrigação que estabelece. Ex. DC 59.566/66, apesar de ser norma de 66, mas considerando a época e o que representa ela é uma norma imperativa. É norma de caráter social, com presença do estado, poder público, intervenção do estado, em regra procura atender o interesse geral da sociedade. Ex. Lei 8171/91 – estabelece política agrícola brasileira – regulamenta art. 187, CF/88. Estabelece participação dos governos no fomento da agricultura; Ex. 8629/93 – regulamenta o princípio da função social da propriedade rural (BARROS, 2009, p.16).

Ainda de acordo com o autor, são princípios do Direito Agrário:

Função Social da Propriedade – estabelece que todo o proprietário precisa administrar sua propriedade no sentido de atender o interesse da sociedade;
 Da Justiça Social – princípio de equidade, igualdade de condições;
 Prevalência do Interesse Coletivo sobre o Individual – em questões agrárias quando a conflito de interesses, prevalece o interesse social e coletivo, sobre o econômico e privado;
 Reformulação da estrutura agrária e fundiária – o DA está imbuído de corrigir a disparidade das propriedades no BR;
 Do progresso econômico e social (BARROS, 2009, p.19).

A disciplina de Direito Ambiental, tem por objetivo a formação básica sobre o ramo, para que o profissional atenda as questões das relações do indivíduo com o meio ambiente natural, artificial, de trabalho, cultural e genético. Contempla ainda a sustentabilidade em um de seus objetivos específicos, ao proporcionar ao acadêmico do curso de Direito a compreensão do ramo do Direito Ambiental e sua parcela de contribuição na preservação do meio ambiente, como fator de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

A ementa abrange os aspectos legais estabelecidos para a questão ambiental, que são:

Importância do componente curricular para a formação do profissional em Direito. Consciência ecológica. Educação ambiental. Ética ambiental. Princípios. Teorias que fundamentam o meio ambiente. Conceituação. Tutela constitucional do meio ambiente. Sistemas de meio ambiente. Órgãos Públicos de meio ambiente. Competências ambientais constitucionais. Política de meio ambiente. Estudos prévios de impactos ao meio ambiente e o licenciamento ambiental. Auditoria e perícia ambiental. Crimes ambientais. Responsabilidade na reparação do dano provocado ao meio ambiente. Ações processuais ambientais. Urbanismo e meio ambiente. Tutela do meio ambiente artificial ou urbano. Política nacional dos resíduos sólidos e o sistema da logística reversa - papel do município. Proteção florestal. Responsabilidade socioambiental da empresa rural e urbana (UNICRUZ/PPPI/DIREITO, 2014, p.168).

O Direito Ambiental é identificado na obra de Bobbio (2004), intitulada “A Era dos Direitos”, como integrante dos Direitos Humanos em uma geração avançada, tida como universal: “[...] os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada Constituição incorpora Declaração de Direitos) para finalmente encontrar a plena realização como direitos positivos universais” (BOBBIO, 2004, p.30).

O direito ao meio ambiente equilibrado como integrante dos direitos de terceira geração constitui-se em um direito de titularidade da comunidade, ou seja, de legitimidade da coletividade, como o direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito à autodeterminação. Nos ensinamentos de Ramos (2014), o Direito Ambiental está na esfera dos chamados de “Direitos de Solidariedade”, pois: “[...] são oriundos da constatação da vinculação do homem ao planeta Terra, com recursos finitos, que em tendo divisão absolutamente desigual de riquezas, em verdadeiros círculos viciosos de miséria, ameaçam cada vez mais, concretamente, à sobrevivência da espécie humana” (RAMOS, 2014, p.50).

O direito ao meio ambiente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, no artigo 225, incumbe ao Estado, mas também à coletividade, a proteção ambiental, sendo que nesse prisma reside o ponto de vista subjetivo do direito ambiental aplicado ao particular, como no caso dos produtores rurais e suas obrigações no

desenvolvimento de suas atividades específicas. Sem dúvidas, direito agrário e ambiental, são duas disciplinas importantes para a formação, mas também representam duas conquistas no caminho de garantir os direitos e estabelecer normas para a exploração e uso dos recursos naturais pelo homem.

Quanto ao curso de **Engenharia Civil**, pode-se dizer que as ações pedagógicas estão direcionadas para a formação de um profissional consciente, que considere entre outras, a política do meio ambiente como condicionante na definição de um projeto de engenharia, que busque soluções de problemas que agridem o homem direta e indiretamente.

Suas habilidades preveem: avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental, voltado para a formação especializada em sustentabilidade e meio ambiente como necessita o mercado. Este é o principal fio condutor do curso que liga as temáticas rurais, no entanto, aqui os conceitos ganham contornos mais abrangentes sem estar diretamente vinculado a temática rural, entretanto tal consciência se faz necessária para a formação profissional e certamente útil na elaboração de projetos para o meio rural.

As disciplinas do curso que tem a discussão da temática rural aliada a assuntos do meio ambiente são: Mecânica dos Solos II (aterros e barragens); Hidrologia (intervir na gestão de recursos hídricos); Projeto de Sistema de Esgoto Sanitário Créditos: (poluição das águas, cuidados e consequências); Desenvolvimento Social e Impacto Ambiental (procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades públicas e privadas; Estrutura e confecção do estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental).

Além dessas disciplinas obrigatórias, previstas na base curricular, o curso de Engenharia Civil oferece como disciplina optativa, Planejamento e Gestão Ambiental que tem relação indireta com a temática rural.

O curso de **Jornalismo**, mostra-se voltado a temática rural, já que contempla na sua base curricular disciplinas diretamente destinadas ao tema e com subsídios para que o profissional desenvolva suas atividades de acordo com o meio em que está inserido. A organização didático-pedagógica está estruturada em seis eixos de fundamentação (humanística, específica, contextual, profissional, processual e laboratorial), que contemplam as diretrizes do MEC para o curso.

No segundo eixo, concentram-se a disciplinas voltada diretamente para a temática rural: Jornalismo Rural e Jornalismo Ambiental. As disciplinas selecionadas, aparecem separadas, na base de 2011, porém na base de 2015, houve uma junção de Jornalismo Rural e Ambiental, em apenas uma disciplina. Separadamente, a carga horária dessas disciplinas era maior, cada uma

tinha 4 créditos e 60 horas aula. Atualmente, com a supressão da disciplina em Jornalismo Ambiental e Rural, ocorreu também uma diminuição da carga horária com 4 créditos e 60 h/a, ou seja, uma diminuição da carga horária destinada ao tema.

Analisadas separadamente, a disciplina de Jornalismo Rural, busca instrumentalizar o aluno para a crítica, a investigação, a produção e a interpretação jornalística do setor rural, especialmente o agronegócio.

A ementa trabalha os conceitos jornalísticos, empregados no ambiente e em negócios rurais:

Os espaços Urbano e rural no Brasil. Jornalismo e Agronegócio. Associativismo e Cooperativismo. Produtos jornalísticos voltados ao meio rural. Jornalismo informativo e interpretativo. Técnicas de entrevista, redação e edição jornalística tendo como temática central a sustentabilidade no meio rural (UNICRUZ/PPPI/JORNALISMO, 2016, p.101).

Em seus conteúdos programáticos, a disciplina de Jornalismo Rural aborda assuntos bastante focados no meio rural. Entre eles, os tipos de veículos e linguagem de comunicação destinados ao pequeno produtor e ao empresário rural, jornalismo informativo e interpretativo, as fontes de informação, em especial as cooperativas bastante atuantes na região, bem como sindicatos e órgãos técnicos. Os conceitos e dimensões da agricultura, agronegócio e sustentabilidade, além das técnicas de edição em Jornalismo Rural.

A disciplina de Jornalismo Ambiental, tem por objetivo o embasamento das diferentes visões de mundo e de modelos de desenvolvimento, bem como uma visão ecológica e sustentável no jornalismo.

Na ementa fica evidente a preocupação com a preservação ambiental como tema para o jornalismo.

Modelos de civilização, padrões de consumo e paradigmas do desenvolvimento. Diagnósticos do desastre ambiental e os caminhos apontados pelo estudo da ecologia, do meio ambiente e da sustentabilidade. A visão holística do jornalismo e a alfabetização ecológica. Ética, cidadania e jornalismo ambiental. Temas prioritários para o jornalismo ambiental, tais como: pobreza e desenvolvimento, clima, água, energia, biodiversidade, consumismo, lixo, etc. A prática do jornalismo num mundo onde se verifica a destruição sem precedentes dos recursos naturais não renováveis (UNICRUZ/PPPI/JORNALISMO, 2016, p.114).

A crise ambiental, a ecologia, o meio ambiente e a sustentabilidade, assim como a agricultura e os recursos hídricos, energia e meio ambiente nas cidades, resíduos sólidos,

aquecimento global e inclusive noções de direito ambiental eram assuntos tratados na disciplina de Jornalismo Ambiental.

Já unificadas, a disciplina de Jornalismo Ambiental e Rural, englobaram os objetivos, ementas e conteúdo de ambas, e o texto está expresso da seguinte maneira:

Proporcionar aos alunos um embasamento teórico sobre as diferentes visões de mundo e modelos de desenvolvimento. Exercitar a visão sistêmica no jornalismo, promover a alfabetização ecológica e o entendimento mais amplo do que seja a sustentabilidade e seus múltiplos desdobramentos. Instrumentalizar o aluno para a crítica, a investigação, a produção e a interpretação jornalística do setor rural. Estimular a capacidade de reflexão ao respeito das práticas jornalísticas mediante a avaliação de suas perspectivas, limitações e possibilidades em diferentes contextos (urbano e rural) (UNICRUZ/PPPI/JORNALISMO, 2016, p.175).

A ementa também foi uma junção dos conteúdos das duas disciplinas unificadas e vincula os conceitos de meio ambiente, ao meio rural, priorizando a sustentabilidade do mesmo:

Diagnósticos do desastre ambiental e os caminhos apontados pelo estudo da ecologia, do meio ambiente e da sustentabilidade. A visão holística do jornalismo e a alfabetização ecológica. Técnicas de entrevista, redação e edição jornalística tendo como temática central a sustentabilidade no meio rural (UNICRUZ/PPPI/JORNALISMO, 2016, p.175).

Com a unificação das disciplinas, parece que os conteúdos programáticos passaram a ter um caráter menos objetivo em relação aos programas separados. Através desses exemplos da nova composição dos conteúdos programáticos, é possível ter uma ideia da mudança de enfoque. No que se refere ao Jornalismo Ambiental existe a abordagem dos seguintes assuntos: ética, cidadania, pobreza e desenvolvimento, clima, água, energia, biodiversidade, consumismo, lixo, crise ambiental, ecologia, meio ambiente e sustentabilidade.

Quanto ao Jornalismo Rural, aparecem as considerações sobre o rural e o urbano, agricultura, agronegócio e sustentabilidade, e os problemas sociais da agricultura no Brasil. A preocupação com a educação ambiental está presente nos objetivos das disciplinas de Teorias de Jornalismo, Telejornalismo e Redação Jornalística.

A Universidade conta com um Complexo de Comunicação, onde as atividades práticas do curso de Jornalismo são desenvolvidas. Além disso, possui um canal com programação transmitida pela operadora local. De responsabilidade da UNICRUZ TV, o canal 15 da NET Cruz Alta, é produzido e veiculado quinzenalmente o programa Atualidades do Campo, que tem por objetivo trazer assuntos do agronegócio e mostrar ao telespectador o que é

desenvolvido pelos cursos de ciências agrárias da UNICRUZ. Além da visibilidade, mantém a comunidade informada das ações e atividades da Universidade.

Dos cursos de CCHS, não estavam disponíveis para consulta, os PPPIs de **Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Produção e Pedagogia**. Sendo que este último funciona na modalidade PARFOR. Já o curso de **Letras** (espanhol e inglês) não possui nenhuma referência a temática rural, além dos tópicos da parte comum dos PPPIs mencionados no início desse capítulo.

Assim, alguns cursos aqui mencionados iniciaram suas atividades recentemente e não foi possível identificar trabalhos realizados, pois nenhuma turma ainda concluiu o curso. Entretanto, são oferecidos e seus programas fazem parte do planejamento da Instituição, e por isso foram analisados junto dos demais, sendo o caso de **Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Engenharia da Produção**.

É importante destacar a mobilização da Universidade quanto aos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, como caminho para legitimar a pesquisa e a produção universitária. Seus programas serão abordados no próximo item.

4.1.3.3 Programas de Pós-Graduação

As políticas de pós-graduação são direcionadas para o fortalecimento dos programas *lato e stricto sensu*. As linhas de pesquisa definidas, resultaram na criação dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, através do MPDR, e dos Mestrados Acadêmicos em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, e Atenção Integral à Saúde, que são mencionados como importante marco na consolidação do papel da Universidade. A seguir são apresentados os cursos de especialização *lato e stricto sensu*.

Os cursos de Especialização *Lato Sensu* oferecidos atualmente pela Universidade são os seguintes:

Especialização Multidisciplinar em Oncologia que tem como objetivo geral especializar os profissionais da área da saúde e afins em oncologia para atuação e ações desenvolvidas na assistência e gestão oncológica, por meio de um trabalho multidisciplinar em oncologia para prestar uma assistência de qualidade ao paciente e sua família nos diferentes níveis de atenção à saúde.

Especialização em Produção de Bovinos de Leite, com enfoque nas áreas de Nutrição, Reprodução, Sanidade e Qualidade do Leite formar profissionais com conhecimento para

buscar o crescimento do setor primário a partir de discussões atualizadas sobre mudanças na matriz produtiva.

Especialização em Gestão Pública pretende capacitar profissionais que atuam ou almejam atuar no ramo da gestão pública com conhecimento de técnicas de gestão, instrumentos de análise técnica de informações econômica e financeira, de forma adequada para aprimorar e aumentar a eficiência das administrações as quais estão envolvidos.

Especialização em Assessoria de Comunicação e Marketing com Ênfase em Mídias Digitais objetiva capacitar profissionais das áreas da Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda) para que possam atuar em atividades de assessoria de comunicação e marketing com foco especial em ações voltadas às plataformas digitais de comunicação e informação (UNICRUZ, 2017).

Os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela Universidade foram os mestrados interinstitucionais, numa parceria com outras universidades. De 1998 a 2002, foram realizados os seguintes cursos (UNICRUZ/PPPI/LETRAS, 2014, p.126):

- Mestrado em História - Convênio PUCRS/UNICRUZ;
- Mestrado em Extensão Rural - Convênio UFSM/UNICRUZ;
- Mestrado em Ciências do Movimento Humano - Convênio UDESC/UNICRUZ;
- Mestrado em Educação - Convênio UFSM/UNICRUZ;
- Mestrado em Direito - Convênio UNISINOS/UNICRUZ.

No processo de expansão, especialmente da pesquisa, para a Instituição se consolidar como Universidade, necessitava da implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com esse propósito, em 2012 iniciaram as atividades do MPDR, e posteriormente, no ano de 2014, os programas acadêmicos de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e também de Atenção Integral à Saúde.

O programa do MPDR, surgiu com o propósito de oferecer qualificação para profissionais em diferentes realidades regionais, através do desenvolvimento sustentável do espaço rural, relacionando os conhecimentos locais com as tendências mundiais. Aliadas a tecnologia e ao conhecimento interdisciplinar para aprimorar as cadeias produtivas, agregar valor à produção e explorar novos nichos de mercado. Para isso é necessário entender questões políticas, econômicas e sociais que influenciam o meio rural.

Para atingir tal propósito, se faz necessário o uso de ferramentas tecnológicas que auxiliem na gestão das cadeias e unidades de produção a partir dos recursos existentes. Temas como qualidade, sanidade e certificação dos produtos agrícolas e pecuários, armazenagem e

secagem de grãos e de forrageiras, infraestrutura logística e de transporte da produção, biotecnologia, biodiversidade e aspectos ambientais são importantes subsídios na tomada de decisão do produtor e na relação do mestrado com o mercado de trabalho. Nesse sentido, o mestrado objetiva:

Oferecer aos profissionais autônomos, bem como àqueles vinculados a empresas do ramo do agronegócio, de organizações da sociedade civil e de órgãos públicos da região, a oportunidade de formação técnico-científica, buscando a transformação, a potencialização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do espaço rural, contribuindo para a melhoria da vida do homem no campo e na cidade (UNICRUZ, MPDR, 2017).

A proposta define, como área de concentração, o Desenvolvimento Rural Sustentável, que se articula através de três linhas de pesquisa: Gestão do Meio Rural, Produção Animal e Produção Vegetal. Fazem parte da estrutura curricular, disciplinas obrigatórias e eletivas, essa última a critério do aluno e de sua linha de pesquisa. São disciplinas obrigatórias: Experiências e Estratégias de Desenvolvimento Rural, Planejamento e Gestão de Projetos em Desenvolvimento Rural, Seminário de Pesquisa I e Seminários de Pesquisa II.

Já as disciplinas eletivas contam com as seguintes ofertas:

- Agroecologia;
- Aspectos Ambientais no Desenvolvimento Rural;
- Gestão da Propriedade Rural;
- Gestão e Inovação no Agronegócio;
- Qualidade e Certificação na Cadeia Produtiva;
- Nutrição Animal;
- Sanidade Animal;
- Sistemas de Produção Leiteira;
- Biotecnologia Aplicada à Reprodução Animal;
- Manejo do Solo e Ambiente;
- Agricultura de Precisão;
- Direito Agrário e Ambiental;
- Fitossanidade em Sistemas Agrícolas;
- Produção de Plantas;
- Redes de Cooperação.

Como o mestrado tem caráter profissional, o trabalho de final de curso pode ser desenvolvido na forma de dissertação, artigo científico, patente, registro de propriedade intelectual, desenvolvimento de aplicativos, de produtos, processos e técnicas, bem como de softwares. Independente da modalidade de TCC, o mesmo deverá ser apresentado na estrutura de uma dissertação (UNICRUZ/MPDR, 2017).

O Mestrado Acadêmico em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (MPSC) também tem o propósito de promover intervenção na realidade regional, compreendendo a dinâmica do desenvolvimento econômico como entraves para o desenvolvimento sustentável regional. A proposta do curso define um perfil de mestre com conhecimento, participação, cooperação, liderança e parceria, na promoção e desenvolvimento de atividades profissionais no meio sociocultural ou que com ele tenham relação, contribuindo de maneira interdisciplinar para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento social. O programa tem duas linhas de Pesquisa: Linguagem, Comunicação e Sociedade e Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea (UNICRUZ/MPSC, 2017).

O Mestrado Acadêmico em Atenção Integral à Saúde (MAIS), é um projeto interinstitucional com característica interdisciplinar, numa parceria entre a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Programa dedica-se à pesquisa e à produção de conhecimento no campo da Saúde, com ênfase em duas linhas: Processos saúde-doença-cuidado e Processos químicos e biológicos em saúde. O público-alvo do programa proposto é composto por profissionais com formação superior na área de saúde e profissionais com formação em áreas afins (Química, Biologia e Física) (UNICRUZ/MAIS, 2017).

As referências à temática rural direcionaram a leitura dos mesmos, contudo, além do tema, foram destacados pontos importantes para a Instituição estudada quanto a sua forma de organização e que evidenciassem o contexto e perfil de cada curso. Nos documentos Institucionais a preocupação com a sustentabilidade foi bastante mencionada, assim como nas questões metodológicas a importância da interdisciplinaridade. Uma visão bem interessante, considerando que o campo científico do agronegócio está ligado “à demanda por estudos inter e multidisciplinares, pois é através das diversas ligações dos aportes do ensino e da pesquisa disciplinar que está pautada a necessidade de pesquisas do agronegócio, devido à sua complexidade” (DEWES et al., 2013, p.99).

Até aqui encontram-se os projetos e programas dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade. Cabe salientar que a Universidade vem realizando adequações de

acordo com o critério de procura pelos cursos, o que determina a sua continuidade. A produção acadêmico-científica será tema do próximo item, que trata do número de trabalhos analisados e selecionados em sua relação com a temática rural, e constituem a produção da Universidade para o mundo rural demonstrando o interesse e as necessidades da comunidade que frequenta o meio acadêmico.

4.1.4. A temática rural na Produção Acadêmico - Científica da Universidade

Neste item apresenta-se como a temática rural é tratada no âmbito dos Trabalhos Finais de Graduação (TFG) e das dissertações de Mestrado Institucional.

De acordo com o manual de regras da UNICRUZ, o trabalho acadêmico de graduação deve ser apresentado na forma de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ou TFG, podendo ser um trabalho de campo ou pesquisa bibliográfica (desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, entre outros, como Relatório Supervisionado Obrigatório) (MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DA UNICRUZ, 2011, p.13).

Essa definição está baseada nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que apresenta várias denominações: Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Trabalho de Graduação Interdisciplinar, Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento: documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (ABNT, 2011, p.4).

As dissertações são documentos de conclusão dos cursos de mestrado, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, que apresentam o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre (ABNT, 2011, p.2).

A Tabela 3 mostra o número total da produção acadêmico-científica, ou seja, o total de trabalhos pesquisados e selecionados, sem e com relação a temática rural, nos centros de ensino e programas de mestrado.

Tabela 3 - Total da produção acadêmico-científica

CURSO/PRODUÇÃO	TOTAL DA PRODUÇÃO	S/ TEMÁTICA RURAL	C/ TEMÁTICA RURAL
Trabalhos Acadêmicos	6.543	5.121 78,27%	1.422 21,73%
Trabalhos Científicos	2.681	2.030 76,84%	651 23,16%
Total Geral	9.224	7.151 77,53%	2.073 22,47%

Nesta Tabela estão o total geral de trabalhos pesquisados, provenientes do total da produção acadêmica (trabalhos realizados pelos alunos de graduação e pós-graduação) e do total da produção científica (trabalhos desenvolvidos pelos docentes), que somam 9.224 registros. Desse total, o número de 2.073 (22,47%) das produções acadêmico-científicas realizadas na UNICRUZ correspondem a trabalhos dirigidos ou relacionados à temática rural, enquanto 7.151 (77,53%) dos trabalhos não estão vinculados a assuntos rurais.

Diante dos dados não se pode afirmar que o número de trabalhos de temática rural seja expressivo ou insuficiente, porque não se realizou um estudo comparativo. Mas frente a realidade regional, existe um espaço para explorar além da temática rural, os conceitos do desenvolvimento rural na produção da Universidade e nos arranjos de produção local.

Para demonstrar os resultados da pesquisa com mais objetividade, este item está dividido em cinco seções. A primeira seção dedica-se a discutir os resultados quantitativos obtidos da produção acadêmica, aqui apresentada através do número de TCCs dos cursos e programas de mestrado da Universidade, com e sem relação a temática rural. Na segunda seção os trabalhos com temática rural selecionados são analisados por curso de acordo com as áreas de estudo e os temas rurais de maior ocorrência. Na terceira seção, se apresentam os números da produção científica composta pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento, e pelas publicações informadas pelos docentes da Instituição. Na quarta e quinta seção se estabelecem as áreas de estudo voltadas para a temática rural a partir dos projetos e das publicações que constituem a produção científica quantificada anteriormente.

4.1.4.1 A temática rural na produção acadêmica dos TCCs

A produção acadêmica é representada pelos trabalhos de conclusão dos cursos, no caso da Tabela 4, estão separados pelo total de trabalhos de ambos os centros de ensino e programas

de mestrado, onde são apresentados os resultados sem e com temática rural do total desses trabalhos, que somados constituem o total da produção acadêmica.

Tabela 4 - Produção acadêmica

CURSO/ PRODUÇÃO	TOTAL DE TRABALHOS	SEM TEMÁTICA RURAL	COM TEMÁTICA RURAL
CCSA / CCHS	6.459	5.077 78,60%	1.382 21,40%
Mestrados	84	44 52,38%	40 47,62%
Total	6.543	5.121 78,27%	1.422 21,73%

A Universidade possui dois centros de ensino, CCSA e CCHS, que somam 6.459 trabalhos produzidos por seus alunos. Desse total, 5.077 (78,60%) não tem relação com a temática rural e 1.382 (21,40%) estão relacionados com a temática rural. Dos três programas de mestrado da Instituição: MPDR, MPSC e MAIS, existem 84 dissertações concluídas, desse número, 44 (52,38%) não são rurais e 40 (47,62%) são voltados para a temática rural. Ao total foram analisados 6.543 TCCs (monografias, relatórios de estágio e dissertações de mestrado), 5.121 não são de temática rural e 1.422 foram selecionados em sua relação com a temática rural, o que representa 78,27% e 21,73% respectivamente. Isso significa que 21,73% dos temas escolhidos para TCC na Universidade tem relação com o rural, e representam o número de trabalhos acadêmicos com temática rural, distribuídos por entre seus cursos.

A Tabela 5, mostra o total da produção acadêmica e a distribuição desses trabalhos por centros de ensino e programas de mestrado, em relação a temática rural.

Tabela 5 - Distribuição dos trabalhos acadêmicos

PRODUÇÃO	CCSA	CCHS	MESTRADOS
Total de Trabalhos 6.543	3.286 50,22%	3.173 48,49%	84 1,28%
Trabalhos s/ Temática Rural 5.121	2.223 43,41%	2.853 55,73%	44 0,86%
Trabalhos c/ Temática Rural 1.422	1.063 74,75%	319 22,43%	40 2,81%

Dos 6.543 títulos pesquisados, 6.459 pertencem aos centros, sendo que 3.286 são do CCSA, 3.173 do CCHS, e 84 são dos programas de mestrado. Do total de trabalhos analisados,

5.121 são trabalhos que não se referem a temática rural, e 1.422 são os trabalhos com referência à temática rural. Desses trabalhos 1.063 são oriundos do CCSA, 319 do CCHS e 40 dos três programas de mestrado.

Considerando que a Universidade, em seus documentos institucionais e projetos de curso, destaca o setor primário como um dos principais meios de produção da região, esse setor se caracteriza pela produção de matéria prima, oriunda das atividades relacionadas a agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e mineral, caça e pesca.

A Universidade como referência de ensino na região, criou os cursos de ciências agrárias para suprir a demanda por qualificação do mercado regional, sendo que o maior número de trabalhos voltados para a temática rural vem justamente dos estudos realizados por alunos dessas áreas (Agronomia e Medicina Veterinária).

Como mencionado anteriormente, os cursos da Universidade estão organizados por centros de ensino. Os dados da Tabela 6 mostram a produção acadêmica dos cursos do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias.

Tabela 6 - CCSA

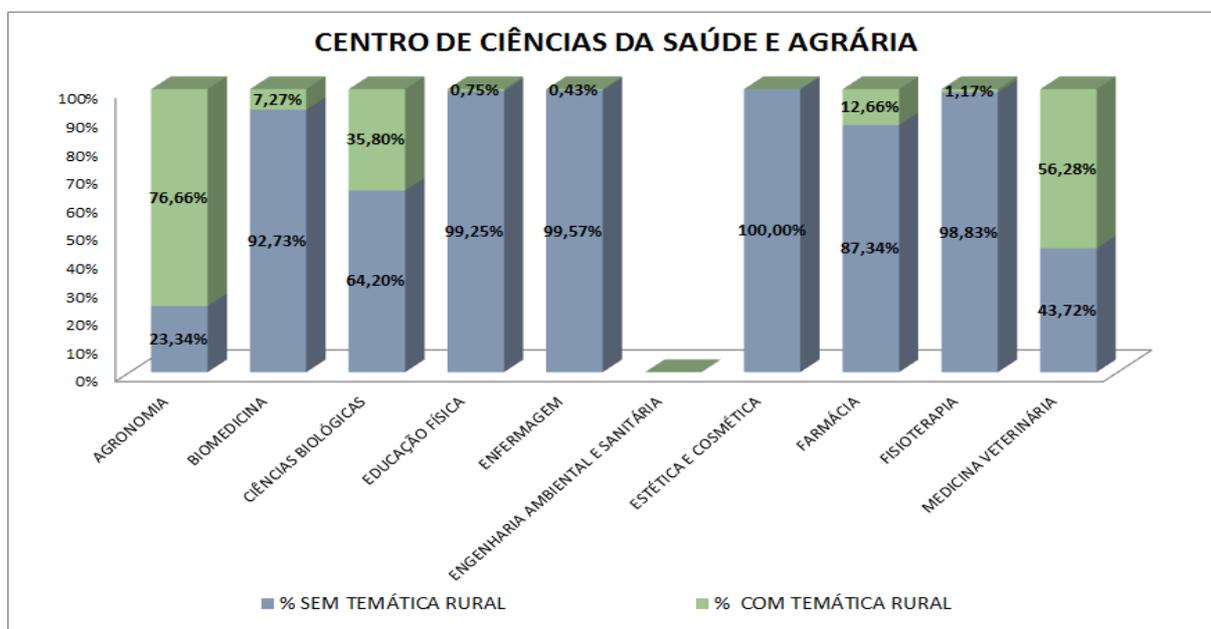
CURSO/PRODUÇÃO	TOTAL	SEM TEMÁTICA RURAL	COM TEMÁTICA RURAL	% SEM TEMÁTICA RURAL	% COM TEMÁTICA RURAL
Agronomia	574	134	440	23,34%	76,66%
Biomedicina	110	102	8	92,73%	7,27%
Ciências Biológicas	257	165	92	64,20%	35,80%
Educação Física	401	398	3	99,25%	0,75%
Enfermagem	465	463	2	99,57%	0,43%
Engenharia Ambiental e Sanitária	0	0	0	0,00%	0,00%
Estética e Cosmética	17	17	0	100,00%	0,00%
Farmácia	158	138	20	87,34%	12,66%
Fisioterapia	428	423	5	98,83%	1,17%
Medicina Veterinária	876	383	493	43,72%	56,28%
Total CCSA	3.286	2.223	1.063	67,65%	32,35%

Dos 3.286 títulos analisados, 1.063 são de temática rural, o que representa 32,35% dos trabalhos do CCSA. Esse número é composto basicamente pelo número de trabalhos dos cursos

de Agronomia e Veterinária, que atingiram 76,66% e 56,28% respectivamente. Em função da formação desses cursos, a maioria dos seus TFG, são voltados à temática rural.

No Gráfico 1 é possível visualizar a porcentagem separadamente, por cada curso que compõe o Centro de Ciências da Saúde e Agrárias.

Gráfico 1 - CCSA



Fonte: Elaborado pela Autora, 2017.

Nos trabalhos do curso de Agronomia 76,66% foram selecionados como temática rural. Foram descartados 23,34% por serem trabalhos que não foram produzidos na UNICRUZ e um grande número repetidos em virtude do registro da biblioteca na época, pois os trabalhos são entregues em duas formas, livro e CD, recebem códigos diferentes, mas tratam-se do mesmo trabalho.

Os trabalhos da Medicina Veterinária selecionados representam 56,28% do curso. Os excluídos se concentravam basicamente nas áreas de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, especialmente os domésticos, cães e gatos. Esses não foram considerados pertencentes a temática rural, em virtude de seus propósitos de criação.

O curso de Ciências Biológicas também apresentou um número expressivo de trabalhos com temática rural, 35,80% produzidos ao longo de seu funcionamento. Atualmente o curso funciona apenas na modalidade PARFOR.

Com relação aos cursos da saúde, os que mais tiveram sua produção ligada ao tema foram os cursos de Farmácia e Biomedicina com 12,66% e 7,27% respectivamente. Os demais

curso: Educação Física, Enfermagem e Fisioterapia, somados, atingiram apenas 2,35%. E por fim o curso de Estética e Cosmética que não possui nenhum dos trabalhos de conclusão com referência à temática rural.

A soma dos trabalhos dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, juntamente com Ciências Biológicas foi significativo para a produção referente a temática rural, em relação ao número de trabalhos dos demais cursos do CCSA. O curso de Engenharia Ambiental, embora voltado para a área ainda não concluiu sua primeira turma, portanto sem trabalhos para contabilizar para o total do CCSA.

A Tabela 7, mostra a produção acadêmica dos cursos do Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Tabela 7 - CCHS

CURSO/PRODUÇÃO	TOTAL	SEM TEMÁTICA RURAL	COM TEMÁTICA RURAL	% SEM TEMÁTICA RURAL	% COM TEMÁTICA RURAL
Administração	443	346	97	78,10%	21,90%
Arquitetura e Urbanismo	196	183	13	93,37%	6,63%
Ciências Aeronáuticas	0	0	0	0,00%	0,00%
Ciências da Computação	174	159	15	91,38%	8,62%
Ciências Contábeis	74	50	24	67,57%	32,43%
Direito	1.473	1.334	139	90,56%	9,44%
Engenharia Civil	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia de Produção	0	0	0	0,00%	0,00%
Jornalismo	162	150	12	92,59%	7,41%
Letras	303	291	12	96,04%	3,96%
Pedagogia	348	341	7	97,99%	2,01%
Total CCHS	3.173	2.854	319	89,95%	10,05%

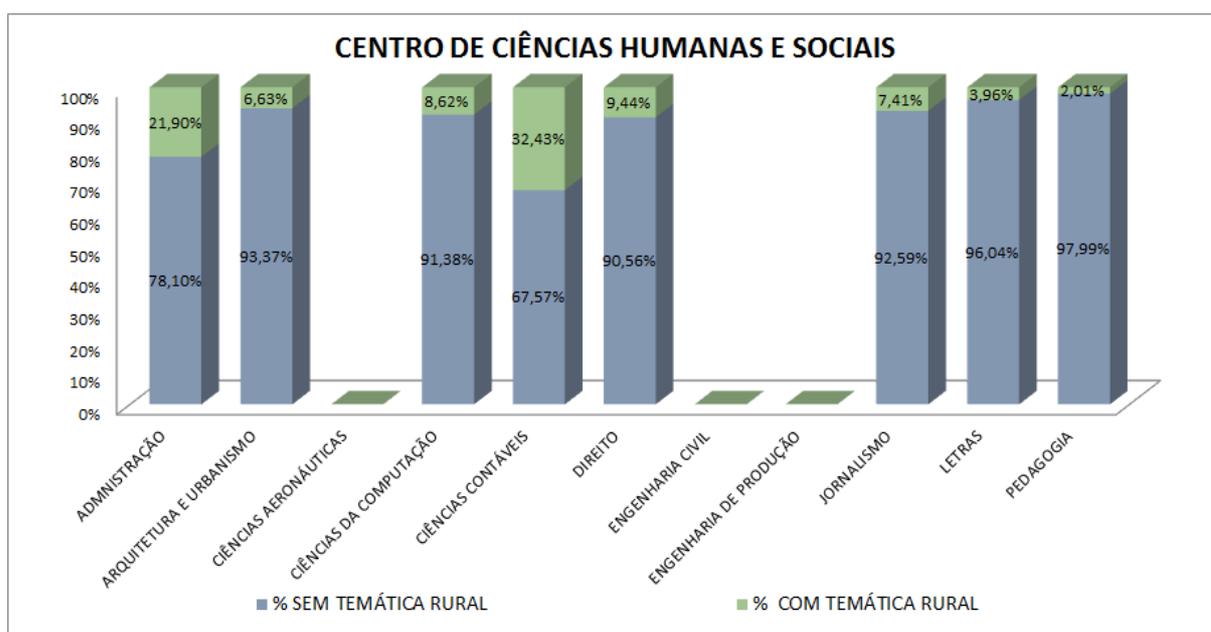
Dos 3.173 títulos analisados, foram identificados 319 de temática rural, que representam 10,05%. No Centro de Ciências Humanas e Sociais, o número de trabalhos voltados para a temática rural é bem inferior ao Centro de Ciências da Saúde e Agrárias, já que não conta com cursos de formação técnica e específica para a área rural.

Por outro lado, as ciências sociais são de grande importância para o desenvolvimento do agronegócio. Os estudos na área de Administração, Ciências da Computação, Ciências

Contábeis e Direito, com enfoque rural, trazem importantes contribuições para a gestão, informação, economia e aspectos legais e jurídicos necessários para o êxito da cadeia do agronegócio, desde a unidade de produção até consumidor final.

No Gráfico 2 é possível visualizar a porcentagem separadamente, por cada curso que compõe o Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Gráfico 2 - CCHS



Fonte: Elaborado pela Autora, 2017.

Dentre os cursos do CCHS, se destacaram o número de trabalhos de Administração com 21,90% e Ciências Contábeis com 32,43% de produção com enfoque rural. Ambos tratam de conceitos de gestão, financeiros e tributários, que servem para a atuação na área de Administração Rural. A produção do curso de Administração apresenta um número significativo de trabalhos considerando que em seu programa prevê apenas a disciplina de Gestão do Agronegócio, na modalidade optativa, o que evidencia que embora o curso não tenha espaço oficial para a temática rural, o assunto é de interesse dos alunos em seus TFG.

Situação diferente ocorre no curso de Ciências Contábeis que conta com disciplinas específicas para as atividades rurais previstas em seu PPPI e isso se reflete no interesse e participação da temática rural nos trabalhos dos alunos de contábeis. Já o curso de Direito, mesmo com as disciplinas de Direito Ambiental e Direito Agrário em seu currículo, e com um número expressivo de TFG (1.473), teve apenas 9,44% dos seus trabalhos relacionados ao tema,

demonstrando ainda pouco interesse dos alunos na área rural, mesmo que na região tenha espaço de atuação junto aos negócios rurais que exigem conhecimentos jurídicos.

Os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação e Jornalismo, separadamente, não atingiram 10%. No entanto, em qualquer um desses cursos existe espaço para explorar o rural dentro dessas áreas, sendo de importante contribuição para a cadeia do agronegócio seja em edificação, tecnologia ou comunicação no meio rural e nas empresas do setor. Os PPPIs tanto de Ciências da Computação, e especialmente de Jornalismo, fizeram referências a temática rural. Todavia, isso não se refletiu no interesse ou opção dos alunos pela área ao realizarem seus trabalhos de conclusão.

Nos cursos de Letras e Pedagogia o número de trabalhos foi pequeno, ficando em 3,96% e 2,01% respectivamente. Por serem cursos de licenciatura, pode-se ver que o tema da educação rural não aparece como área de atenção, nem nos programas dos cursos e tão pouco como finalidade de estudo dos alunos, mesmo previsto na LDB nº 9.394/96 o atendimento educacional em escolas rurais ou cidades próximas a zona rural.

O sociólogo Miguel Gonzalez Arroyo (2007) em seu texto: Políticas de formação de educadores (as) do campo, destaca a preocupação dos movimentos sociais quanto a formação de professores “do campo no campo” evidenciando a necessidade de atender diversas comunidades que vivem em espaços rurais.

Os movimentos defendem que os cursos de formação sejam oferecidos nas regiões de concentração de comunidades do campo, em regime semipresencial, articulando a formação pedagógica e docente com a vivência da comunidade e dos movimentos. Defendem que os formadores dos cursos tenham preparo específico sobre a realidade do campo, que os currículos e o material de formação incorporem essa realidade e a especificidade do ser educador (a) do campo. Para a formação desse corpo profissional será urgente a interiorização da educação superior (ARROYO, 2007, p.169).

A intenção e reivindicação é por uma formação que esteja incluída conhecimentos do campo, questões relativas à terra, aspectos históricos e agrários, o mercado do agronegócio e da agricultura familiar e as particularidades de territórios quilombolas e indígenas, além do profissional estar integrado e familiarizado com a cultura, a identidade, as formas de vida e meios de trabalho rural (ARROYO, 2007). Tal propósito, se ainda não foi avaliado pelos cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade, pode ser considerado em seus projetos futuros, já que atualmente não há registros de ações nesse sentido.

Assim como no CCSA, o CCHS também conta com cursos novos que ainda não concluíram sua primeira turma e, portanto, não possuem trabalhos.

A Tabela 8 a seguir traz o total de trabalhos acadêmicos dos três programas de mestrado.

Tabela 8 - Produção dos programas de mestrado

CURSO	DISSERTAÇÕES	%	S/TEMÁTICA RURAL	C/TEMÁTICA RURAL
MPDR	33	39,29%	0 0%	33 100%
MPSC	25	29,76%	21 84%	4 16%
MAIS	26	30,95%	23 88,40%	3 11,53%
Total	84	100%	44 52,38%	40 47,62%

Os cursos de mestrados são uma conquista recente da Universidade e por isso com poucas dissertações concluídas. Entretanto, dos apresentados até a data da coleta de dados, pode-se perceber que um número grande de trabalhos contempla a temática rural. Em razão da existência do MPDR em que os 33 trabalhos, ou seja, 100% são de temática rural, seguido do MPSC que dos 25 trabalhos, 4 abordam a temática rural (16%) e no MAIS, dos 26 trabalhos finalizados, 3 são voltados à temática rural (11,53%).

Portanto, no que se refere aos números da produção acadêmica, no CCSA, são três os cursos com mais trabalhos voltados para a temática rural, além dos pertencentes as Ciências Agrárias (Agronomia e Medicina Veterinária), está Ciências Biológicas. Já no CCHS, os cursos com mais trabalhos com enfoque rural são Ciências Contábeis, Administração e Direito. Quanto aos mestrados, naturalmente, a maior contribuição é do MPDR que possui suas linhas de pesquisa exclusivamente direcionadas à área rural.

Após a apresentação quantitativa do número de TFG e dissertações dos mestrados, na sequência será possível verificar de maneira qualitativa os trabalhos selecionados, conhecendo as áreas de maior relevância e interesse de cada curso em sua relação com temática rural.

4.1.4.2 Áreas de estudo ligadas a temática rural na produção acadêmica

Cada curso de graduação e mais especificamente os de pós-graduação, possuem áreas de estudo obrigatórias para a formação e habilitação ofertada. A escolha do tema de um trabalho de conclusão pode envolver muitos fatores, que não são o foco dessa pesquisa, entretanto, teve-se por objetivo identificar a temática rural predominante nos cursos.

De acordo com o curso, se estabeleceram as áreas de estudo, e com base nas informações dos títulos e palavras-chaves a temática rural abordada, juntamente com a quantidade de trabalhos realizados. Os quadros com os temas de estudo, estão separados por centros de ensino e programas de mestrado. Inicialmente são apresentados os cursos do CCSA, com os Quadros de número 12 a 19, seguidos dos Quadros de número 20 a 26 dos cursos de CCHS, e por fim o Quadro 27 com os temas abordados pelas dissertações nos programas de mestrado.

4.1.4.2.1 Centro de Ciências da Saúde e Agrárias

No CCSA encontram-se os cursos de Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina Veterinária. Os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária são apresentados de maneira diferente, pois suas áreas de estudo e formação compreendem o mesmo tema. Nos demais, a partir das áreas de cada curso, se apresenta a temática rural enfocada. Pode-se ver na Tabela 9 as áreas de estudo predominantes no curso de Agronomia.

Tabela 9 – Agronomia

ÁREA DE ESTUDO	QUANTIDADE	%
Agricultura De Precisão	6	1,36%
Armazenagem De Grãos	1	0,23%
Avicultura	1	0,23%
Biotecnologia	3	0,68%
Bovinocultura De Leite	2	0,45%
Cartografia	4	0,91%
Climatologia Agrícola	1	0,23%
Conservação Do Solo	14	3,18%
Cooperativa	11	2,50%
Educação	2	0,45%

ÁREA DE ESTUDO	QUANTIDADE	%
Empresa Rural	18	4,08%
Entomologia	22	5,00%
Extensão Rural	7	1,59%
Fitopatologia	27	6,14%
Floricultura	1	0,23%
Forragicultura	3	0,68%
Fruticultura	1	0,23%
Hidrografia	1	0,23%
Manejo De Adubação	26	5,91%
Manejo Florestal	2	0,45%
Mecanização Agrícola	2	0,45%
Meio Ambiente	2	0,45%
Olericultura	1	0,23%
Pesquisa	7	1,59%
Piscicultura	2	0,45%
Plantas Daninha	9	2,05%
Plantas De Lavoura	145	32,96%
Plantas Mediciniais	1	0,23%
Sementes	25	5,68%
Silvicultura	4	0,91%
Sistema De Irrigação	3	0,68%
Suinocultura	1	0,23%
Tecnologia De Alimentos	1	0,23%
Não Identificados	84	19,09%
Total	440	100%

O curso possui 574 TFG, mas foram selecionados 440 trabalhos. De acordo com as áreas de estudo da Agronomia, foram estabelecidas 35 variáveis que agruparam os trabalhos. Isso possibilitou identificar os temas de maior interesse de estudo no curso. A área com maior destaque em quantidade de trabalhos foi plantas de lavoura com 32,96% do total de produções. Na sequência vieram as áreas de fitopatologia, manejo de adubação, sementes e entomologia, sendo que estas variaram de 6,14% a 5% do total de trabalhos.

Segundo os indicadores estatísticos do IBGE (2017) a produção brasileira estimada de cereais, leguminosas e oleaginosas é de 242.082.569 toneladas, um acréscimo de 31% em relação a 2016. A região sul é a segunda maior produtora, atrás apenas do centro-oeste, com 86.022.536 toneladas. No COREDE Alto Jacuí, as principais culturas da lavoura temporária

são: cevada, aveia, milho, soja e trigo. A soja corresponde a 72,42% da área cultivada, seguida do trigo com 15,20% em 2008, sendo que o trigo já representou 22,92% em 2003 (CORRÊA et al., 2010).

Conforme contextualizado no PPPI do curso, em virtude das culturas que predominam na região, os conhecimentos na área são a finalidade da formação do Engenheiro Agrônomo para atuar nas empresas e propriedades locais. Para Araújo (2013) no contexto de modernidade e industrialização da agricultura, os agricultores utilizam técnicas bastante sofisticadas como fertilizantes, defensivos, equipamentos, além de operar em mercados futuros, entre outros exemplos que integram o agronegócio e exigem conhecimentos técnicos e empresariais.

Outros cultivos agrícolas aparecem, de forma pouco expressiva, mas também atrelada a matriz da região, como a forragicultura, voltada para a produção de alimentos para a bovinocultura de leite e corte, e outras pouco desenvolvidas, mas que serviram de tema para alguns trabalhos: floricultura, fruticultura e olericultura. Não foi possível identificar a área de estudo de 84 trabalhos, um número bastante elevado, que representam (19,09%) dos trabalhos selecionados, pelo fato de que estavam intitulados apenas como “Relatório de Estágio”, demonstrando a necessidade de observar as orientações metodológicas adequadas para melhor classificá-los.

A Tabela 10 a seguir, se refere ao curso de Biomedicina, possui três áreas de estudo e quatro temáticas rurais.

Tabela 10 - Biomedicina

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Análise Bromatológica	1	12,50%	Toxidade (Soja)	1	12,50%
Citologia	1	12,50%	Agricultores	1	12,50%
Toxicologia	6	75,00%	Agrotóxicos	5	62,50%
			Atividade Em Curtume	1	12,50%
Total	8	100%	Total	8	100%

No curso de Biomedicina, dos 110 trabalhos localizados, foram identificados apenas 8 com temática rural, sendo que a maioria se concentra na área de toxicologia, nos efeitos da exposição e contaminação com agrotóxicos, por meio das atividades laborais, no caso de agricultores, bem como na ação residual dos produtos após sua aplicação.

A Tabela 11 abaixo pertence ao curso de Ciências Biológicas, conta com 20 áreas de estudo em que estão diversas temáticas rurais, envolvendo animais, plantas e organismos

responsáveis pelo equilíbrio ecológico, a saúde, a preservação ambiental e a sustentabilidade. Todas questões relevantes e que fazem parte do conceito de desenvolvimento rural, apresentado no referencial teórico.

Tabela 11 - Ciências Biológicas

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Biodiversidade	3	3,26%	Fauna	3	3,26%
Biologia sanitária	1	1,09%	Assentamento	1	1,09%
Biologia ambiental	4	4,35%	Efeito terapêutico do mel	1	1,09%
			Fauna	2	2,17%
			Flora	1	1,09%
Biologia de organismos aquáticos	11	11,96%	Fauna	10	10,87%
			Ecologia	1	1,09%
Biologia florestal	1	1,09%	Reflorestamento	1	1,09%
Câncer de pele	1	1,09%	Trabalhadores rurais	1	1,09%
Fitossanidade	2	2,17%	Pecuária	1	1,09%
			Trigo	1	1,09%
Fitopatologia	6	6,52%	Arroz	2	2,17%
			Doenças foliares	1	1,09%
			Trigo	3	3,26%
Ecossistemas	5	5,43%	Contaminação	1	1,09%
			Fauna	1	1,09%
			Solo	1	1,09%
			Sustentabilidade	2	2,17%
			Animais silvestres	1	1,09%
Educação ambiental	19	20,65%	Barragem	1	1,09%
			Conscientização	6	6,52%
			Escola rural	1	1,09%
			Poluição	1	1,09%
			Recursos hídricos	4	4,35%
			Reflorestamento	2	2,17%
			Sustentabilidade	3	3,26%
			Energia eólica	1	1,09%
Fiscalização ambiental	1	1,09%	Fiscalização ambiental	1	1,09%
Genética e biotecnologia	3	3,26%	Culturas de inverno	1	1,09%
			Incidência de câncer	1	1,09%
			Soja	1	1,09%
Germinação	2	2,17%	Azevém	1	1,09%
			Produção de mudas	1	1,09%

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Gestão ambiental	4	4,35%	Agricultura sustentável	1	1,09%
			Desenvolvimento sustentável	1	1,09%
			Propriedades rurais	1	1,09%
			Suicultura	1	1,09%
Meio ambiente	7	7,61%	Biodiesel	1	1,09%
			Mineração	1	1,09%
			Recursos hídricos	1	1,09%
			Reflorestamento	1	1,09%
			Reserva legal	1	1,09%
			Resíduos sólidos	1	1,09%
			Saneamento	1	1,09%
Microbiologia	9	9,78%	Análise da água em propriedade rural	1	1,09%
			Aveia preta	1	1,09%
			Plantas medicinais	1	1,09%
			Qualidade da água	5	5,43%
			Trigo	1	1,09%
Preservação ambiental	10	10,87%	APP	1	1,09%
			Arroio	1	1,09%
			Árvore frutífera	1	1,09%
			Avifauna	2	2,17%
			Flora	1	1,09%
			Peixe	1	1,09%
			Propriedades rurais	1	1,09%
			Reflorestamento	2	2,17%
			Parasitologia	1	1,09%
Fatores meteorológicos	1	1,09%	Fatores meteorológicos	1	1,09%
Total	92	100%	Total	92	100%

Os 257 trabalhos analisados no curso de Ciências Biológicas envolvem ciência básica e microbiologia para a análise e desenvolvimento de atividades em diversas áreas desde a saúde até a produção animal e vegetal. A área mais abrangente das ciências biológicas destina-se ao estudo da biodiversidade. “Biodiversidade” é a variabilidade com que se expressa a vida em nosso planeta, em todas as suas manifestações. Além desse significado, a palavra pode ser definida como: variabilidade genética de cada espécie, diversidade de ecossistemas e todos os processos que envolvem os seres vivos (FIGUEIREDO, 2012, p.84).

A maioria dos 92 trabalhos selecionados estão relacionados com educação ambiental (20,65%), biologia de organismos aquáticos (11,96%) e preservação ambiental (10,87%). A conscientização ambiental, especialmente na atividade rural é um fator determinante para a preservação e o uso racional dos recursos naturais, contra o empobrecimento do ecossistema.

A Tabela 12 mostra as áreas de estudo do curso de Educação Física, que possuem três temáticas rurais relacionadas a elas, em virtude dos poucos trabalhos selecionados.

Tabela 12 - Educação Física

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Desenvolvimento físico	1	33,33%	Indígenas	1	33,33%
Cultura corporal	1	33,33%	Indígenas	1	33,33%
Dança folclórica	1	33,33%	Cultura riograndense	1	33,33%
Total	3	100%	Total	3	100%

Dos 401 TFG do curso de Educação Física apenas 3 foram selecionados, 2 envolvem comunidades indígenas e 1 sobre danças folclóricas na cultura gaúcha. Seu PPPI se referia ao tema apenas na contextualização da região e em nenhum outro aspecto do curso. O que se reflete na sua produção já que o tema não faz parte da formação dos alunos, nem no que se refere a licenciatura.

A Tabela 13 a seguir mostra os trabalhos com temática rural localizados no curso de Enfermagem.

Tabela 13 - Enfermagem

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Assistência em saúde	1	50,00%	Indígenas	1	50,00%
Enfermagem do trabalho	1	50,00%	Agrotóxicos	1	50,00%
Total	2	100%	Total	2	100%

No curso de Enfermagem, dos 465 TFG, existem somente dois registros sobre a temática rural, sendo um sobre assistência em saúde para comunidades indígenas e o outro sobre enfermagem do trabalho e contaminação por agrotóxicos. Por outro lado, de acordo com seu PPPI, é um curso bem atuante e presente nas atividades e eventos da Universidade, inclusive

os eventos voltados para a temática rural, conforme encontrado em seu PPPI, sem que isso se reflita na escolha de estudos nessa área.

A Tabela 14 representa as áreas de estudo e a temática rural dos trabalhos selecionados no curso de Farmácia.

Tabela 14 - Farmácia

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Análise microbiológica	3	15,00%	Carne bovina	1	5,00%
			Queijos coloniais	1	5,00%
			Mastite bovina	1	5,00%
Assistência em saúde	1	5,00%	Plantas medicinais	1	5,00%
Microtoxinas	2	10,00%	Apicultura	1	5,00%
			Fungicidas	1	5,00%
Propriedades medicinais	2	10,00%	Erva mate	1	5,00%
			Plantas medicinais	1	5,00%
Segurança alimentar	1	5,00%	Hortaliças	1	5,00%
Toxicologia	7	35,00%	Agrotóxicos	3	15,00%
			Herbicida	2	10,00%
			Organofosforado	1	5,00%
			Plantas medicinais	1	5,00%
Zoonose	4	20,00%	Leptospirose	2	10,00%
			Parasitas	1	5,00%
			Toxoplasmose	1	5,00%
Total	20	%	Total	20	%

Dos 158 TFG do curso de Farmácia, foram identificados 20 trabalhos de temática rural. Na área de saúde é o curso com maior número de trabalhos. Os principais temas são toxicologia (35%), zoonoses (20%) e análise microbiológica (15%). Na área de toxicologia estão os estudos sobre a utilização e contaminação por produtos químicos, em sua maioria utilizados em lavoura para controle de plantas invasoras. As zoonoses são sobre o contato com animais e ambientes de contaminação, e a análise microbiológica realizada em produtos de origem animal.

Pelas características rurais da região a exposição e o contato com produtos e animais é inerente a atividade produtiva. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - SINDIVEG (2016), os principais Estados com maior comercialização de defensivos agrícolas foram o Mato Grosso, seguido por São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Dentre as principais culturas de maior investimento de produtos, na liderança está a soja, seguida do milho, da cana-de-açúcar e do algodão (SINDIVEG, 2016). Defensivos agrícolas ou agrotóxicos, quando mal utilizados oferecem risco ao homem e ao meio ambiente.

Esse fato causa, entre outros problemas, prejuízo à saúde do trabalhador rural e às comunidades vizinhas, constituindo-se em problema de saúde pública. Apesar do ser humano poder entrar em contato com os agrotóxicos por inúmeras maneiras, como em acidentes ou pela ingestão de alimentos e de água, a exposição ocupacional é de singular importância por causa do contato quase que diário dos trabalhadores com essas substâncias (CASTRO, 2012, p.161).

Portanto são trabalhos com a finalidade de contribuir para a saúde do trabalhador rural, no conhecimento das causas, consequências ou tratamento de atividades relacionadas ao uso de agroquímicos no ambiente rural. Esse tema também aparece no estudo dos demais cursos da área de saúde.

A Tabela 15 apresenta as áreas de estudo e temática rural do curso de Fisioterapia.

Tabela 15 - Fisioterapia

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
					20,00 %
Saúde ocupacional	5	100%	Frigorífico	1	40,00 %
			Comércio de cereais	2	%
			Atividade leiteira	2	40,00 %
Total	5	100%	Total	5	100%

Os TFG do curso de Fisioterapia são numerosos, 428 títulos. Contudo, apenas 5 são de temática rural. Todos os trabalhos se concentraram na área de saúde ocupacional, envolvendo atividades laborais nas atividades rurais e sobre saúde do trabalhador.

Na Tabela 16 encontram-se os dados do curso de Medicina Veterinária. Como mencionado no caso dos cursos de ciências agrárias, as áreas de estudo e temas rurais são apresentadas juntas e estão integradas devido a formação profissional.

Tabela 16 - Medicina Veterinária

ÁREA DE ESTUDO	QUANTIDADE	%
Anestesiologia	3	0,61%
Animais silvestres	7	1,42%
Avicultura	24	4,87%
Bovinocultura	5	1,01%
Bovinocultura de corte	63	12,78%
Bovinocultura de leite	194	39,35%
Cirurgia	11	2,23%
Diagnóstico por imagem	2	0,41%
Anestesiologia	3	0,61%
Animais silvestres	7	1,42%
Avicultura	24	4,87%
Bovinocultura	5	1,01%
Bovinocultura de corte	63	12,78%
Bovinocultura de leite	194	39,35%
Cirurgia	11	2,23%
Diagnóstico por imagem	2	0,41%
Equinocultura	58	11,76%
Inspeção de POA	34	6,90%
Nutrição animal	3	0,61%
Ovinocultura	4	0,81%
Patologia clínica	3	0,61%
Medicina preventiva	1	0,20%
Piscicultura	1	0,20%
Reprodução	22	4,46%
Ruminantes	2	0,41%
Suinocultura	51	10,34%
Não identificados	5	1,01%
Total	493	100%

Do curso de Medicina Veterinária se obteve o maior registro de TFG, num total de 876 trabalhos, mas selecionados como de temática rural, foram 493 títulos. Dentre esses, a maioria dos trabalhos, 194 (39,35%) está voltada para a área de bovinocultura de leite, em razão de empresas beneficiadoras que movimentam o setor leiteiro. Os demais foram 63 (12,78%) estudos na área de bovinocultura de corte, seguido de 58 (11,76%) com enfoque nos equinos.

A Medicina Veterinária, no seu PPPI, mostra-se um curso preocupado com a formação técnica. Nas áreas dos TFG o enfoque se concentrou no atendimento aos rebanhos de leite e corte. Em decorrência do aumento progressivo especialmente da bovinocultura de leite na região. De acordo com a EMBRAPA (2015), na produção de leite, a Região Sul é a segunda do país, com 33,2% da produção nacional. Segundo Mera e Divério (2014, p.10) “vários laticínios de médio e grande porte se instalaram e vêm investindo na região, diversas cooperativas de produtores foram criadas, e como mesorregião já ocupa a liderança como maior produtora de leite do país”.

A suinocultura, mesmo na quarta posição, serviu de tema para 10,34% dos trabalhos. Segundo dados da FEE, em 2017, o setor apresentou a maior elevação no valor exportado de carnes, com alta de 7,8% em valor e de 7,3% em volume. O crescimento das exportações de carnes deve-se principalmente às vendas de carne suína (8,9% em volume e 30% em valor), tendo a Rússia como principal destino. Observam-se também que no Planejamento Estratégico do COREDE Alto Jacuí, quanto aos dados da pecuária, o rebanho de suínos, em 2006, representou 18,99% do total do Estado, sendo a criação mais significativa da região (CORRÊA et al., 2010). Frente aos índices de crescimento do mercado e de uma produção estabelecida na região, é evidente a necessidade de profissionais para atuar na cadeia da pecuária, seja na produção de leite ou na suinocultura, áreas abordadas com mais ênfase pelos TFG.

4.1.4.2.2 Centro de Ciências Humanas e Sociais

No CCHS encontram-se os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Jornalismo, Letras e Pedagogia. Por se tratarem das áreas humanas e sociais, não tem como prioridade o enfoque rural, como no caso da formação nas ciências agrárias. Por outro lado, são cursos que conforme a abordagem, produzem conhecimentos que dão suporte e complementam as atividades rurais, desde questões financeiras, legais, informativas e educacionais.

A Tabela 17 abaixo pertence ao curso de administração, por apresentar vários trabalhos, conta com 16 áreas de estudo e diversas temáticas rurais abordadas dentro de cada área.

Tabela 17 - Administração

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Administração financeira	13	13,40%	Cooperativas (carne/energia/grãos)	7	7,22%
			Empresa rural (produção de grãos)	4	4,12%
			Mercado (leite e soja)	2	2,06%
Administração tributária	1	1,03%	Mercado agrícola	1	1,03%
Análise de processos	3	3,09%	Cooperativa (crédito e grãos)	2	2,06%
			Agroindústria (vinícola)	1	1,03%
Crédito rural	1	1,03%	Agricultura familiar	1	1,03%
			Cooperativas (grãos)		
Custos de produção	6	6,19%	Empresa de insumos	2	2,06%
			Agropecuários (implementos agrícolas)	1	1,03%
			Empresa rural (fumo girassol e leite)	3	3,09%
Gestão da informação	2	2,06%	Cooperativa (grãos)	1	1,03%
			Empresa rural	1	1,03%
Gestão da qualidade	4	4,12%	Empresa rural (leite e commodities)	4	4,12%
Gestão de RH	5	5,15%	Cooperativa	2	2,06%
			Empresa de insumos agropecuários	1	1,03%
			Empresa rural	1	1,03%
			Mercado do agronegócio	1	1,03%
Gestão estratégica	13	13,40%	Banco	1	1,03%
			Empresa de insumos agropecuários (fertilizantes e serviços agrícolas)	4	4,12%
			Cooperativa (soja e suínos)	2	2,06%
			Empresa rural (grãos)	6	6,19%
Gestão rural	9	9,28%	Associação de produtores de leite	1	1,03%
			Empresa rural (armazenagem de grãos, serviços agrícolas, bovinocultura e sistema de irrigação)		
			Mercado (soja e agricultura de precisão)		
			Mercado (soja e agricultura de precisão)	2	2,06%

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Logística	11	11,34%	Cooperativa	3	4,12%
			Empresa rural (armazenagem de grãos)	4	4,12%
			Transporte (ponto, grãos)	4	4,12%
Marketing	11	11,34%	Comercialização (soja e carne)	5	5,15%
			Cooperativa (insumos, crédito e serviços)	5	5,15%
			Empresa de insumos agropecuários	1	1,03%
Redes de cooperação	1	1,03%	Empresa de insumos agropecuários	1	1,03%
Sucessão	1	1,03%	Empresa rural	1	1,03%
Viabilidade econômica	15	15,46%	Central hidrelétrica	1	1,03%
			Empresa de insumos agropecuários	1	1,03%
			Empresa rural (armazenagem de grãos, sistema de irrigação, citricultura, triticultura e videiras)	12	12,37%
			Mercado de insumos para produção leiteira	1	1,03%
Total	97	100%	Total	97	100%

No curso de Administração foram encontrados 443 TFG, sendo que 97 trabalhos foram selecionados em função da temática rural. A área com maior concentração de trabalhos, foram os estudos sobre viabilidade econômica, com 15 trabalhos (15,46%), sendo a maioria sobre a análise e implantação de novas tecnologias ou culturas em empresas rurais.

Segundo o Estatuto da Terra, “empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico “[...] da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias” (BRASIL, LEI nº 4.504/1964).

A segunda e terceira área com o maior número de trabalhos foram administração financeira e gestão estratégica, ambas com 13 trabalhos (13,40%), principalmente em cooperativas e empresas de insumos agropecuários, respectivamente. De acordo com a Federação das Cooperativas Agropecuárias (FECOAGRO/RS, 2017) existem 42 cooperativas filiadas, num total de 178.347 associados, que geram 19.097 empregos diretos. Em 2015 foram responsáveis por um faturamento de R\$ 18,3 bilhões. A representação das cooperativas agropecuárias na produção do Rio Grande do Sul é de 60% no trigo, 45% no leite, 45% na soja e 20% no milho.

O curso de Administração, embora não tivesse disciplinas exclusivas para a temática rural, apenas uma optativa de Gestão do Agronegócio, surpreendeu com o número de TFG voltados para a temática rural. Para Ulrich (2009), esse movimento pode ser atribuído às seguintes questões:

Devido às transformações, está surgindo um novo posicionamento para as propriedades rurais, em que se busca praticar uma agropecuária moderna e intimamente ligada às agroindústrias ou canais de distribuição. Diante dessa busca de competitividade, as propriedades rurais estão procurando novos modelos para o padrão gerencial e operacional, considerando o consumidor como principal agente definidor dos padrões de qualidade. A redução dos custos de produção e a busca por faturamento fazem parte desse novo modelo produtivo das propriedades rurais (ULRICH, 2009, p.10).

Durante o período de 2007 a 2013, a Universidade ofereceu o curso sequencial de “Gestão de Empresas Rurais”, como um “braço” do curso de Administração. A produção de seus alunos pode ser vista com a produção acadêmica do curso de ADM. A modalidade sequencial foi ofertada conforme estabeleceu a LDB, art.44: A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino (BRASIL, LEI nº 9.394/96).

Diante da demanda local, e dos anos de funcionamento do curso sequencial de Gestão de Empresas Rurais, a coordenação do curso de Administração pode considerar a possibilidade de investir mais na temática rural, já que demonstrou ser, através dos trabalhos de conclusão, uma área de bastante interesse por parte dos alunos.

Cada vez mais, os filhos dos agricultores frequentam universidades em busca de aporte para o gerenciamento da propriedade familiar e, até mesmo, para o gerenciamento do agronegócio como um todo, visando um campo empresarial em franca expansão, no Brasil e no mundo. E já não basta apenas conhecer as tecnologias existentes para gerir o agronegócio, é preciso a introspecção do entendimento de que o bom administrador configura-se no gestor e que este exerce um papel amplo e diversificado frente à administração (ULRICH, 2009, p.12).

Conforme a contextualização da região, existe um forte movimento da economia local gerada pela cadeia do agronegócio. Ou seja, pelo número de empresas rurais, a qualificação e profissionalização da gestão é uma necessidade do mercado de trabalho para atender esse nicho.

Na Tabela 18 a seguir, do curso de Arquitetura e Urbanismo, os TFG se concentram na elaboração de projetos, e por isso os temas rurais envolvem o planejamento para construções com finalidade de cultivo, criação ou lazer em áreas rurais ou atividade comercial.

Tabela 18 - Arquitetura e Urbanismo

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
					15,38%
			Agroindústria (vinícola e laticínios)	2	
			Agrovila – projeto de assentamento	1	7,69%
			Centro cultural (história da soja e cultura gaúcha)	3	23,08%
Projetos	13	100%	Centro de treinamento de equinos	1	7,69%
			Ecovila – permacultura	1	7,69%
			Comercial – clínica veterinária	1	7,69%
			Turismo e hotelaria (hotel fazenda, vinícola e eco resort)	3	23,08%
			Fundação zoobotânica	1	7,69%
Total	13	100%	Total	13	100%

No curso de Arquitetura e Urbanismo, dos 196 trabalhos analisados, 13 são projetos elaborados como TFG, e estão relacionados a 8 temas rurais, como cultura gaúcha, área de turismo e hotelaria, no caso rural, e da construção de agroindústrias para produção leiteira e vinícola.

Segundo Silva et al. (2017) existe uma nova percepção do meio rural onde a sociedade urbana passa a valorizar a qualidade de vida, preservação ambiental, saúde, lazer e segurança que estão associados ao meio rural.

Cabe ressaltar que o turismo rural, além de exercer a função de lazer para os cidadãos que buscam maior contato com o patrimônio cultural e social do meio rural e o retorno ao encontro com a natureza, é capaz de impulsionar outros mercados e serviços, como a venda direta de produtos locais, conectando assim os meios urbano e rural (SILVA et al., 2017, p.443).

No PPPI do curso, não existiam referências importantes para a área rural, contudo, devido às características da região, seria interessante dedicar estudos da área sobre as peculiaridades de edificações e projetos rurais.

Na Tabela 19, do curso de Ciências da Computação, encontram-se 12 temas rurais relacionadas a 5 áreas de estudo.

Tabela 19 - Ciências da Computação

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Gestão de informação	3	20,00%	Cooperativa	2	13,33%
			Mercado agrícola	1	6,67%
Processamento de imagem	4	26,67%	Agricultura de precisão	1	6,67%
			Dano foliar	1	6,67%
			Feijão	1	6,67%
			Mapeamento	1	6,67%
Programação	2	13,33%	Atividades agrícolas	1	6,67%
			Sistema de irrigação	1	6,67%
Redes	4	26,67%	Grãos	3	20,00%
			Leite	1	6,67%
Sistemas	2	13,33%	Análise de solo	1	6,67%
			Cultura rio-grandense	1	6,67%
Total	15	100%	Total	15	100%

Dos 174 TFG do curso de Ciências da Computação, foram selecionados 15 trabalhos. As áreas de estudo voltadas para a temática rural, são em processamento de imagem sobre áreas de lavoura ou cultivo agrícola com 26,67% dos trabalhos e outros 26,67% em redes com estudos para grãos e leite. Há também 20% dos trabalhos sobre gestão da informação para cooperativas e mercado agrícola. Segundo Fernandes (2011, p.10) “as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm sido consideradas o motor econômico das duas últimas décadas, devido à sua rápida difusão e aplicabilidade a todos os sectores da economia”.

Para Fabrini (2009, p.142), “a mecanização, o uso de tecnologias, informática, biotecnologia e os conhecimentos científicos trazem implicações para a gestão do estabelecimento e propriedades que, cada vez mais, incorporam um perfil profissional nas atividades rurais”. Ao analisar os temas pode-se perceber que muitos são recursos tecnológicos utilizados para facilitar a tomada de decisões e/ou auxiliar no processo de produção

demonstrando o potencial que a área oferece e a capacidade de agregar e viabilizar na prática, conhecimento de várias áreas em benefício da produtividade no agronegócio.

A Tabela 20 a seguir, traz as áreas do curso de Ciências Contábeis e os trabalhos de temática rural vinculados a elas.

Tabela 20 - Ciências Contábeis

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Auditoria contábil	1	4,17%	Empresa rural	1	4,17%
Contabilidade ambiental	3	12,50%	Frigorífico	2	8,33%
			Suinocultura	1	4,17%
			Agroindústria	1	4,17%
Contabilidade de custos	4	16,67%	Cooperativa	1	4,17%
			Empresa de insumos agropecuários	1	4,17%
			Empresa rural	1	4,17%
Contabilidade de recursos humanos	1	4,17%	Cooperativa	1	4,17%
Contabilidade gerencial	3	12,50%	Cooperativa	2	8,33%
			Empresa rural	1	4,17%
Contabilidade rural	5	20,83%	Empresa rural	5	20,83%
Contabilidade social	1	4,17%	Cooperativa	1	4,17%
Contabilidade tributária	2	8,33%	Cooperativa	1	4,17%
			Empresa de insumos agropecuários	1	4,17%
Controladoria	4	16,67%	Cooperativa	4	16,67%
Total	24	100%	Total	24	100%

O curso de Ciências Contábeis proporcionalmente possui o maior número de trabalhos com temática rural do CCHS. Dos 74 TFG, 24 são rurais, que representam 32,43% do centro. Como mencionado no PPPI, os conhecimentos de contabilidade são importantes para o êxito da gestão rural e fazem parte do programa do curso. Cabe à área trabalhar com dados tributários e indicadores financeiros fundamentais para a tomada de decisão no agronegócio. O maior número de trabalhos está relacionado a contabilidade rural (20,83%) e de custos (16,67%), destinados principalmente a empresas rurais (20,83%) e cooperativas (16,67%).

A Tabela 21 abaixo, se refere às áreas de estudo e temática rural do curso de Direito. Suas áreas são bem objetivas e se destinam a questões legais do Direito Agrário, Direito Ambiental ou ambos, nas quais a temática rural é bem abrangente.

Tabela 21 – Direito

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%			
Direito agrário	47	33,81%	Agricultura familiar	2	1,44%			
			Arrendamento	7	5,04%			
			Cadastro ambiental rural	1	0,72%			
			Comercialização de bovinos	1	0,72%			
			Contratos agrários	7	5,04%			
			Contribuição sindical	2	1,44%			
			Crédito agrícola	6	4,32%			
			Dívida agrícola	3	2,16%			
			Empresa rural	1	0,72%			
			Orizicultura	1	0,72%			
			Parceria agrícola	1	0,72%			
			Política agrícola	1	0,72%			
			Previdência rural	2	1,44%			
			Propriedade rural	7	5,04%			
			Reforma agrária	4	2,88%			
			Sustentabilidade	1	0,72%			
			Agrotóxicos	2	1,44%			
			Bioética	2	1,44%			
			Crimes ambientais	27	19,42%			
			Direito ambiental	77	55,40%	Efeito estufa	3	2,16%
Impacto ambiental	3	2,16%						
Indígenas	1	0,72%						
Licenciamento ambiental	2	1,44%						
Meio ambiente	4	2,88%						
Polícia ambiental	3	2,16%						
Propriedade rural	2	1,44%						
Recursos hídricos	12	8,63%						
Sustentabilidade	7	5,04%						
Transgênicos	9	6,47%						
APP	2	1,44%						
Arrendamento	2	1,44%						
Atividade rural	1	0,72%						
Georreferenciamento	1	0,72%						
Agrário/ambiental	15	10,79%				Indígenas	1	0,72%
			Política fiscal	1	0,72%			
			Propriedade rural	2	1,44%			
			Quilombolas	1	0,72%			
			Recursos hídricos	1	0,72%			
			Reserva legal	3	2,16%			
			Total	139	100%	Total	139	100%

Dos 1.473 TFG produzidos pelo curso de Direito, o curso mais numeroso das produções acadêmicas, apenas 139 estão relacionados com a temática rural. Os trabalhos referentes a área do direito agrário (33,81%), estão atrelados a discussão legal do uso da propriedade rural, arrendamento e contratos agrários, e outro tema que se destaca são os trabalhos sobre crédito agrícola. Os trabalhos sobre direito ambiental se concentram principalmente em crimes ambientais e manejo e preservação de recursos hídricos. Existem ainda os temas rurais que conjugam as duas áreas, direito agrário e ambiental, e dentre esses são de interesse rural os estudos sobre reserva legal. Ambas as áreas fazem parte do currículo do curso e foram consideradas como de temática rural na análise do conteúdo do PPPI.

Na Tabela 22, sobre o curso de Jornalismo, foram definidas duas áreas de atuação em que são desenvolvidos trabalhos de temática rural.

Tabela 22 - Jornalismo

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Assessoria de comunicação	7	58,33%	Cooperativa	6	50,00%
			Empresa rural	1	8,33%
Mídia	5	41,67%	Agronegócio	1	8,33%
			Cooperativa	1	8,33%
			Meio ambiente	3	25,00%
Total	12	100%	Total	12	100%

O curso de Jornalismo com 162 TFG, possui apenas 12 trabalhos identificados como de temática rural, em duas áreas de estudo, sendo assessoria de comunicação, principalmente em cooperativas, e os da área de mídia sobre meio ambiente. Mesmo com disciplinas específicas em seu currículo abordando o jornalismo rural e ambiental, esse é um tema que se mostrou pouco atraente e explorado pelos os alunos do curso. Com isso seria interessante analisar a posição do egresso de jornalismo no mercado de trabalho regional, e de que maneira isso se reflete no enfoque do aluno, considerando a existência de trabalho em muitas empresas do setor primário.

A Tabela 23 seguir trata das áreas de estudo e temática rural do curso de Letras. De acordo com as características do curso, os trabalhos têm um caráter cultural.

Tabela 23 - Letras

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Educação	1	8,33%	Escola rural	1	8,33%
Literatura	9	75,00%	Cultura rio-grandense	9	75,00%
Música	2	16,67%	Músicas nativistas	2	16,67%
Total	12	100%	Total	12	100%

No curso de Letras, dos 303 trabalhos localizados, somente 12 TFG são voltados para a temática rural. De acordo com a área do curso, isso ocorre devido ao estudo da literatura sul-rio-grandense que apresentou 9 trabalhos sobre a cultura gaúcha nas obras estudadas. Cabe salientar que a Coxilha Nativista, festival de músicas que ocorre anualmente no mês de julho, em Cruz Alta, serviu de tema de interesse para dois trabalhos, que abordam o rural em uma linguagem artística. Mesmo o curso sendo de licenciatura, possui apenas um trabalho envolvendo escola rural.

A Tabela 24 a seguir mostra as 3 áreas de estudo do curso de Pedagogia em que se encontram os 5 temas rurais desenvolvidos nos TFG.

Tabela 24 - Pedagogia

ÁREA DE ESTUDO	QUANT	%	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
Educação ambiental	5	71,43%	Desmatamento	1	14,29%
			Educação básica	2	28,57%
			Recursos hídricos	2	28,57%
Educação indígena	1	14,29%	Indígenas	1	14,29%
Educação rural	1	14,29%	Escola rural	1	14,29%
Total	7	100%	Total	7	100%

No curso de Pedagogia, dos 348 TFG, foram identificados como de temática rural apenas 7 trabalhos. Mesmo com o exposto no Plano Nacional de Educação, meta 15, sobre a formação de professores, em sua estratégia 15.5: “Expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações”, tanto em seu PPPI, quanto na escolha dos temas, a educação no campo não está presente na formação do

pedagogo da UNICRUZ. Desses poucos trabalhos selecionados, 5 são dentro da área de educação ambiental, um trabalho tratou da educação indígena e um especificamente destinado a educação em escolas rurais. A ausência de referências ao tema no PPPI do curso, se confirma na falta de interesse em trabalhos com enfoque na educação rural.

4.1.4.2.3 Programas de Mestrado

No que se refere as dissertações de mestrado, a temática rural é apresentada a partir das linhas de pesquisa de cada curso. A Tabela 25 apresenta os programas de mestrado e suas respectivas linhas, seguido da temática rural desenvolvida.

Tabela 25 - Dissertações

PROGRAMAS DE MESTRADO	LINHAS DE PESQUISA	QUANT	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
MPDR	Gestão do meio rural	6	Agricultura familiar	3	7,50%
			Assentamento	1	2,50%
			Cooperativismo	1	2,50%
			Crédito agrícola	1	2,50%
	Produção animal	12	Bovinocultura	2	5,00%
			Bovinocultura de leite	9	22,50%
			Equinocultura	1	2,50%
			Manejo de adubação	1	2,50%
	Produção vegetal	15	Agricultura de precisão	2	5,00%
			Armazenagem de grãos	1	2,50%
			Plantas de lavoura:		
			Chia	1	
			Mandioca	1	
			Milho	1	
			Soja	3	27,50%
Trigo	3				
Fitopatologia	1				
Fruticultura (phisális)	1				
Subtotal		33 82,50%	Subtotal	33	82,50%
MPSC	Linguagem, comunicação e sociedade	1	Cultura riograndense	1	2,50%
	Práticas socioculturais e sociedade contemporânea	3	Agricultura familiar	1	2,50%
			Quilombola	1	2,50%
Recursos hídricos			1	2,50%	
Subtotal		4 10,00%	Subtotal	4	10,00%

PROGRAMAS DE MESTRADO	LINHAS DE PESQUISA	QUANT	TEMÁTICA RURAL	QUANT	%
MAIS	Processos saúde-doença-cuidado				
	Processos químicos e biológicos em saúde	3	Plantas medicinais Toxicologia	1 2	2,50% 5,00%
Subtotal		3 7,50%	Subtotal	3	7,50%
Total		40 100%	Total	40	100%

Os três programas de mestrado possuem 84 dissertações concluídas. Os trabalhos defendidos estão relacionados as linhas de pesquisa dos cursos oferecidos. Do total de dissertações defendidas, 40 são relacionadas a temática rural. O Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural possui 33 dissertações sendo todas de temática rural, o que representa (82,50%) do total das dissertações dos 3 cursos de mestrado.

Mesmo com todos os trabalhos voltados para o tema rural, não necessariamente abordam o enfoque do desenvolvimento rural, de acordo com o propósito do curso, sendo que 6 correspondem à linha de pesquisa de Gestão do Meio Rural, e tratam de trabalhos de agricultura familiar, assentamento e cooperativismo. Na Produção Animal, o tema dos 12 trabalhos estão voltados para a bovinocultura, especialmente a de leite, e na Produção Vegetal, com 15 dissertações, o tema concentra-se em plantas de lavoura: milho, soja e trigo.

No Mestrado em Práticas Sócio Culturais, foram selecionados 4 trabalhos de temática rural. Na linha de Linguagem Comunicação e Sociedade o trabalho defendido aborda a música em festival nativista, os demais na linha de Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea com estudos sobre agricultura familiar, comunidade quilombola e recursos hídricos em propriedade rural. O Mestrado em Atenção Integral à Saúde com apenas 3 trabalhos relacionados a temática rural. Os trabalhos em saúde seguem os temas já abordados no TFG, sobre contaminação e efeito de agrotóxicos em agricultores e trabalhadores rurais, e estudo sobre plantas medicinais.

4.1.4.3 A temática rural na Produção Científica dos docentes

A autonomia universitária ganhou legitimidade a partir da LDB. Em seu art. 52, coloca as universidades como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, que se caracterizam por:

Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, LDB nº 9.394, 1996).

A Tabela 26 mostra a composição de professores da Universidade, separados por centros, o número de professores que pertencem a cada centro e a qualificação de acordo com a sua titulação.

Tabela 26 - Composição docente por centro de ensino

CENTRO	PROFESSORES	TITULAÇÃO		
		Doutorado	Mestrado	Especialização
CCSA	74	32	39	3
CCHS	69	22	44	3
TOTAL	143	54	83	6
	%	37,76%	58,04%	4,20%

O quadro de professores da UNICRUZ, conta com 143 docentes, lotados por curso, o que não impede que atuem em disciplinas de outros cursos ou centro. Destes profissionais 54 possuem doutorado, 78 mestrados e 10 especializações, estando de acordo com o que dispõe a legislação sobre a titulação exigida.

Quanto ao regime de trabalho, dos 143 professores, 40 são de tempo parcial (TP), o que corresponde de 20 a 30 horas semanais, e 74 são tempo integral (TI), com uma carga horária de 40 horas semanais, cumprindo a exigência de um terço dos professores em regime de tempo integral (RTI) e/ou parcial (RTP).

A questão central da pesquisa na Instituição é direcionada por esses profissionais de tempo integral. Na Tabela 27 a seguir, estão a distribuição dos professores/pesquisadores de acordo com os cursos a que estão vinculados.

Tabela 27 - Professores de TI por curso

CURSO	NÚMERO DE PROFESSORES
Agronomia	9
Biomedicina	3
Educação física	4
Enfermagem	2
Engenharia ambiental	3
Estética e cosmética	2
Farmácia	3
Fisioterapia	4
Medicina veterinária	10
Administração	6
Arquitetura e urbanismo	3
Ciências da computação	2
Ciências contábeis	3
Ciências econômicas	1
Direito	7
Jornalismo	2
Letras	3
Pedagogia	7
Total	74

São 74 professores de tempo integral, que atuam distribuídos em 18 cursos. Dentre os professores, existem vínculos desde de 1988, até contratações recentes. Nos anos de 1997, 2003, e 2010, ocorreram o maior número de contratações, nos cursos de Letras, Medicina Veterinária, Farmácia e Ciências da Computação. O curso de Medicina Veterinária conta com o maior número de professores, seguido por Agronomia, Direito e Pedagogia. Ou seja, na Universidade os cursos de ciências agrárias contam com um número maior de recursos humanos.

A Universidade ao definir “produção” como missão institucional, considera a pesquisa, em especial a aplicada, como o ideal para a produção de novos conhecimentos e tecnologias, utilizando-se do aspecto pedagógico para “reelaboração dos conhecimentos acumulados historicamente pelo universo das diferentes ciências ou disciplinas” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.21).

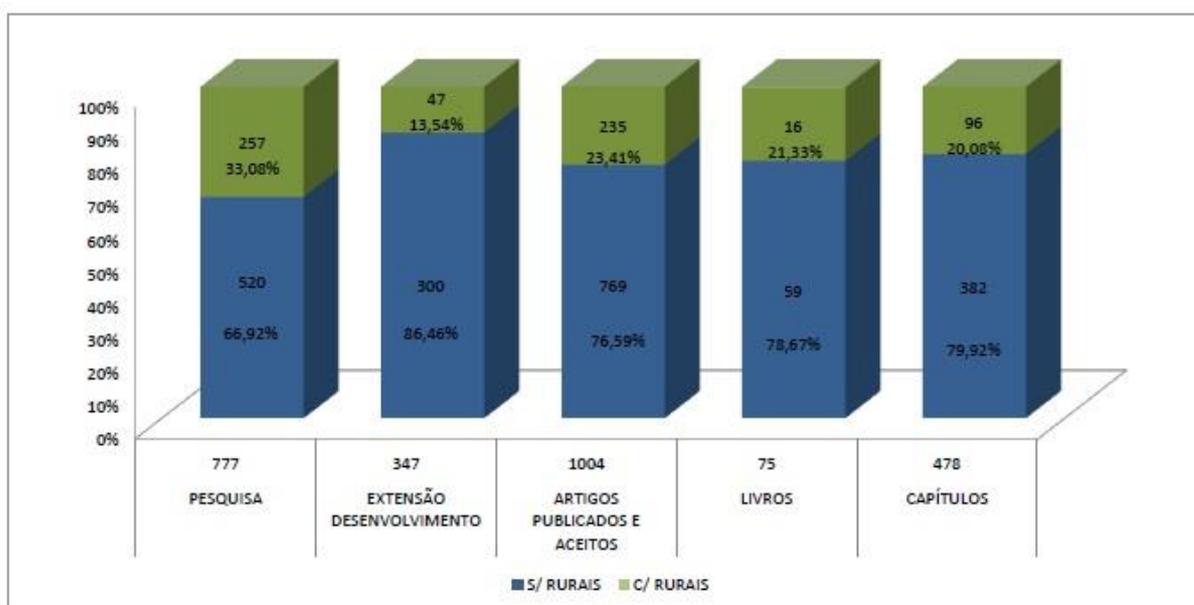
Quanto à produção, a Universidade manifesta o interesse da divulgação dos conhecimentos produzidos. “Por menor que possa ser essa produção ela ocorrerá e será objeto

a ser socializado não só entre os pares da academia, mas como um bem social do qual a comunidade de inserção da Universidade poderá se beneficiar”. O avanço no espaço das ciências e tecnologias deve resultar na produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável como condição para a cidadania ampla (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.21).

A socialização diz respeito a essa distribuição que tanto se dá pela “publicização” dos resultados dos trabalhos acadêmicos, feitos através de diferentes meios, entre os pares, quanto pela apropriação que a sociedade faz desses conhecimentos produzidos, transformando-o em desenvolvimento humano, social, cultural, econômico, ambiental (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.21).

O Gráfico 3 mostra o percentual do total da produção científica sem e com temática rural, a partir dos projetos de pesquisa, projetos de extensão e desenvolvimento, artigos, livros e capítulos do Currículo Lattes dos docentes de TI pesquisados.

Gráfico 3 - Total produção científica



Fonte: Elaborado pela Autora, 2017.

O Gráfico, trata dos trabalhos que constituem a produção científica pesquisada, sem e com relação à temática rural. Dos projetos de pesquisa, 33,08% são relacionados à temática rural. Já os projetos de extensão e desenvolvimento de temática rural correspondem a 13,54%. Quanto as publicações, são de temática rural, 23,41% dos artigos, 21,33% dos livros e 20,08% dos capítulos.

Ao analisar a produção científica realizada pelos professores da UNICRUZ também se fez necessário verificar as temáticas rurais predominantes nos projetos (pesquisa, extensão e desenvolvimento) e publicações (artigos, capítulos e livros). Nesse item a temática rural não está apresentada por curso, porque, embora os professores pertençam a determinado centro de ensino ou curso, a produção científica é realizada de maneira interdisciplinar e pode abranger mais cursos e professores.

4.1.4.4 Projetos de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento voltados para a temática rural

O caráter comunitário da UNICRUZ faz parte de sua identidade, sendo os projetos de extensão universitária um instrumento de operacionalização da atuação universitária junto à sociedade. A extensão universitária é o instrumento decisivo que possibilita a intervenção direta e de maior efetividade da Instituição na sociedade; é a atividade acadêmica apropriada para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, de forma contextualizada com a realidade social (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.62).

f) Extensão: oportuniza a ampliação do conhecimento, articulando-se à pesquisa, favorecendo a consolidação do ensino acadêmico. Assim, ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades próprias de cada um, revestem-se de características que se complementam entre si, garantindo o êxito do processo educativo na Universidade (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.48).

A extensão universitária como parte do processo ensino-aprendizagem serve para beneficiar grupos da comunidade, no atendimento de demandas coletivas, além da oportunidade de aliar a teoria e a prática. Ao mesmo tempo essa dinâmica pode produzir novos conhecimentos, através do contato com a realidade, interligando o ensino, a pesquisa e a extensão do ideal universitário. Nas ações de extensão estão engajadas as dimensões pessoal, profissional e social, de uma formação comprometida com a cidadania e a qualificação para o trabalho. “Neste sentido, busca estender e divulgar, à comunidade, o conhecimento científico e tecnológico, visando ao aprimoramento profissional e cultural e a troca de saberes pedagógicos e sociais” (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.62). São parte das políticas de extensão da Universidade:

- I Incentivo ao desenvolvimento de práticas acadêmicas que dialoguem com as demandas econômicas e necessidades sociais;
- II Vinculação das atividades de extensão ao processo de formação dos sujeitos e geração de conhecimento;
- III Estímulo à criação de instrumentos para socialização dos conhecimentos produzidos pela instituição (UNICRUZ/PDI, 2014-2017, p.63-64).

As Tabelas 28 e 29 são formadas pelos projetos de Pesquisa e pelos Projetos de Extensão e Desenvolvimento realizados pelos docentes de TI, e desses são destacados o número de projetos com enfoque rural. O primeiro quadro mostra os projetos do CCSA, o seguinte do CCHS.

Tabela 28 - Projetos do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA)

CURSO	PROJETOS DE PESQUISA	RURAI	PROJETOS DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO	RURAI
Agronomia	111	101	13	9
Biomedicina	56	7	23	0
Educação física	75	2	32	1
Enfermagem	35	0	32	0
Engenharia ambiental	21	21	3	2
Estética e cosmética	32	1	16	0
Farmácia	50	29	19	13
Fisioterapia	19	0	4	0
Medicina veterinária	47	40	15	11
Total	446	201	157	36

São 446 projetos de pesquisa do CCSA, sendo 201 de temática rural. Em virtude de contar com os cursos e professores de ciências agrárias em seu centro de ensino, o maior número de projetos, são desses cursos, principalmente Agronomia com 101 projetos dos 111 registrados, seguidos de Medicina Veterinária com 40 projetos, Farmácia com 29 e Engenharia Ambiental com 21 projetos de pesquisa cada curso. Quanto aos projetos de extensão e desenvolvimento dos 157 registrados no currículo dos professores, 36 projetos são voltados para a temática rural, sendo 13 do curso de Farmácia, 11 do curso de Medicina Veterinária e 9 de Agronomia.

Tabela 29 - Projetos do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS)

CURSO	PROJETOS DE PESQUISA	RURAI	PROJETOS DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO	RURAI
Administração	60	36	12	5
Arquitetura e urbanismo	9	0	4	0
Ciências da computação	28	3	73	1
Ciências contábeis	20	5	5	4
Ciências econômicas	14	3	19	0
Direito	58	6	27	0
Jornalismo	17	1	9	0
Letras	58	0	15	0
Pedagogia	67	2	26	1
Total	331	56	190	11

O CCHS somou 331 registros de projetos de pesquisa dos docentes, desses 56 são de temática rural, a maioria conduzidos pelo curso de Administração com 36 projetos. Nos 190 registros de projetos de extensão e desenvolvimento, 11 são de temática rural, sendo que 5 deles também estão nos currículos dos docentes do curso de Administração. O curso de Administração, mesmo sem enfoque na área rural no seu PPPI, demonstra mais uma vez a produção voltada para a temática rural através dos projetos de seus docentes assim como pode-se perceber o interesse dos alunos na realização dos TFG.

Na Tabela 30 abaixo aparecem os temas rurais identificados nos projetos. Sua principal função é a vivência científica na relação teoria e prática dos temas que se convertem em ações.

Tabela 30 - Temática rural dos projetos

TEMÁTICA RURAL DOS PROJETOS	QUANTIDADE	%
Agricultura de precisão	3	0,99%
Agricultura familiar	13	4,28%
Agronegócio/agroindústria	6	1,97%
Agrotóxicos/toxicologia	21	6,91%
Biocombustíveis	2	0,66%
Bovinocultura de leite/produção leiteira	34	11,18%
Conservação e manejo de solo	12	3,95%
Cooperativismo	3	0,99%
Desenvolvimento agrário/agrícola/ regional/ rural/ sustentável	13	4,28%

TEMÁTICA RURAL DOS PROJETOS	QUANTIDADE	%
Educação rural/ambiental/formação e qualificação	3	0,99%
Entomologia	8	2,63%
Fitossanidade	1	0,33%
Forragicultura	15	4,93%
Gestão ambiental (contabilidade, direito)	4	1,32%
Gestão rural	4	1,32%
Infraestrutura (armazenagem e logística)	4	1,32%
Inspeção de POA/segurança alimentar	2	0,66%
Manejo de adubação	7	2,30%
Patologia/sanidade animal	4	1,32%
Plantas de lavoura	33	10,86%
Plantas medicinais	51	16,78%
População rural (jovens, idosos, indígenas, pluriatividade)	15	4,93%
Produção animal (bovinocultura, bubalinos, equinocultura, ovinocultura, silvestres, suinocultura)	14	4,61%
Produção vegetal (fruticultura, horticultura)	9	2,96%
Recursos hídricos/sistemas de irrigação	10	3,29%
Reprodução animal	1	0,33%
Silvicultura	5	1,64%
Sustentabilidade (ecologia)	3	0,99%
TIC	4	1,32%
Total	304	100%

Os projetos de extensão e desenvolvimento fazem parte da produção científica analisada. Suas produções foram somadas para melhor representar a área de temática rural com maior número de trabalhos. Dos 304 projetos, o tema de plantas medicinais representa 16,78%, bovinocultura e produção de leite com 11,18%, plantas de lavoura com 10,86% e estudos referente aos agrotóxicos e toxicologia no meio rural com 6,91%. Alguns ocorreram por um tempo determinado e outros ainda estão em andamento, num movimento contínuo da produção do conhecimento, determinados pelas áreas de atuação e interesse da Universidade, seus programas e da formação dos seus docentes.

4.1.4.5 Publicações voltadas a temática rural

Os resultados dos artigos, livros e capítulos publicados, também são apresentados por centros de ensino, sendo a Tabela 31 das publicações do CCSA e a Tabela 32 do CCHS.

Tabela 31 - Publicações CCSA: artigos, livros e capítulos

CURSO	ARTIGOS	RURAI	LIVROS	RURAI	CAPÍTULOS	RURAI
Agronomia	97	91	6	6	36	26
Biomedicina	42	1	3	0	17	1
Educação física	177	0	9	1	69	7
Enfermagem	47	0	2	0	9	1
Engenharia ambiental	32	29	0	0	5	4
Estética e cosmética	19	0	3	0	13	2
Farmácia	51	24	0	0	9	5
Fisioterapia	37	0	2	0	10	0
Medicina veterinária	56	34	3	3	9	9
Total	558	179	28	10	177	55

No CCSA o número total de artigos foi 558, desses 179 são rurais. Os cursos com maior número de artigos publicados foram, naturalmente, Agronomia e Medicina Veterinária, com 91 e 34 artigos, respectivamente. Quanto aos livros, foram encontrados 28 registros, com 10 obras de temática rural. Novamente a produção dos cursos de ciências agrárias se destacou com 6 e 3 publicações. Nos capítulos de livros, foram 177 capítulos, sendo 55 voltados à temática rural, com 26 títulos de Agronomia e 9 de Medicina Veterinária. Aqui os cursos de Educação Física e Farmácia tiveram 7 e 5 capítulos da produção de seus professores nessa área, sem que esse dado tenha repercussão no PPPI e nos TFG do curso. Embora o curso de Engenharia Ambiental seja recente e ainda não formou sua primeira turma, a produção de seus professores está bem estruturada e atuante com 29 artigos e 4 capítulos publicados.

Tabela 32 - Publicações CCHS: artigos, livros e capítulos

CURSO	ARTIGOS	RURAI	LIVROS	RURAI	CAPÍTULOS	RURAI
Administração	89	20	2	2	27	22
Arquitetura e urbanismo	24	3	0	0	2	1
Ciências da computação	47	0	0	0	4	0
Ciências contábeis	33	15	3	3	3	2
Ciências econômicas	23	4	3	1	11	0
Direito	65	13	7	0	55	4
Jornalismo	13	0	0	0	10	2
Letras	62	0	15	0	79	0
Pedagogia	90	1	17	0	110	10
Total	446	56	47	6	301	41

No CCHS o número de artigos produzidos foi 446, desses artigos, 56 publicações foram de temática rural, sendo o curso de Administração com 20 artigos, seguido do curso de Ciências Contábeis com 15 e Direito com 13. O número de livros foi superior ao do CCHS, com 47 publicações, mas com temática rural apenas 6, também dos docentes de Administração e Ciências Contábeis. Quanto aos capítulos foram 301 títulos produzidos, sendo 41 de temática rural. Os docentes do curso de Administração foram responsáveis por 22 títulos e de Pedagogia com 10 produções, sendo um fenômeno independente já que o curso não possui referências à temática rural em seu PPPI e nem nos TFG.

Na Tabela 33 estão os temas rurais encontrados nas publicações dos docentes. Essas publicações científicas tornam as pesquisas realizadas na Instituição relevantes no universo acadêmico e sua importância está ligada a abrangência dos trabalhos na comunidade científica.

Tabela 33 - Temática rural das publicações

TEMÁTICA RURAL DAS PUBLICAÇÕES	ARTIGOS	LIVROS	CAPÍTULOS	TOTAL %
Agricultura de precisão	2	–	1	3 0,86%
Agricultura familiar	6	–	2	8 2,31%
Agronegócio (empresa rural/insumos agropecuários/ agroindústria)	4	–	1	5 1,44%

TEMÁTICA RURAL DAS PUBLICAÇÕES	ARTIGOS	LIVROS	CAPÍTULOS	TOTAL %
				21
Agrotóxicos/toxicologia	19	–	2	6,05%
				2
Biotecnologia agropecuária	–	2	–	0,58%
				27
Bovinocultura de leite/produção leiteira	8	2	17	7,78%
				45
Conservação e manejo de solo	32	1	12	12,97%
				8
Cooperativismo	7	1	–	2,31%
				2
Cultura rio-grandense	–	–	2	0,58%
				12
Desenvolvimento agrário/agrícola/ regional/ rural	7	4	1	3,46%
				1
Desmatamento	1	–	–	0,29%
				14
Educação rural/ambiental /formação/qualificação/ extensão	2	–	12	4,03%
				8
Entomologia	8	–	–	2,31%
				3
Fitopatologia	3	–	–	0,86%
				9
Forragicultura /sistema pastoril	6	2	1	2,59%
				22
Gestão ambiental (contabilidade e direito)	15	–	7	6,34%
				13
Gestão rural (administração tributária)	7	2	4	3,75%
				1
Infraestrutura (logística)	1	–	–	0,29%
				3
Inspeção de POA	3	–	–	0,86%
				11
Manejo de adubação	10	–	1	3,17%
				15
Plantas de lavoura	12	–	3	4,32%
				14
Plantas medicinais	14	–	–	4,03%

TEMÁTICA RURAL DAS PUBLICAÇÕES	ARTIGOS	LIVROS	CAPÍTULOS	TOTAL %
População rural (jovens, idosos, indígenas, quilombolas e assentamentos)	5	1	20	26 7,49%
Produção animal (bovinocultura, bubalinos, suinocultura, equinocultura e avicultura)	18	1	1	20 5,76%
Produção vegetal (floricultura horticultura, olericultura fruticultura, vitinicultura e silvicultura)	28		1	29 8,36%
Recursos hídricos (análise e sistemas de irrigação)	3	–	3	6 1,73%
Sanidade animal (parasitologia)	7	–	–	7 2,02%
Sustentabilidade biocombustíveis/bioenergia/clima	6	–	5	11 3,17%
Turismo rural	1	–	–	1 0,29%
Total	235	16	96	347 100%

As publicações realizadas pelos docentes de tempo integral da Universidade, são formadas pelos artigos, livros e capítulos selecionados no currículo Lattes. A soma e percentagem desses trabalhos representam parte da produção científica. O quadro evidencia a temática rural predominante nesses trabalhos. O maior número de publicações de temática rural está relacionado a conservação de solo (12,97%), seguido de produção vegetal (8,36%) e bovinocultura e produção de leite (7,78%). Os trabalhos destinados a população rural também atingiram número próximo (7,49%), sendo a temática que mais se aproxima do conceito original de desenvolvimento rural.

4.2 Representatividade da Universidade nos órgãos, conselhos e comissões com enfoque no meio rural

A Universidade, por seu caráter comunitário, ocupa assentos junto aos órgãos e instituições da comunidade. Nesse sentido a representatividade da Universidade esta destacada no Quadro 5 abaixo, e envolve áreas da saúde, agrárias, humanas, sociais e da educação.

Quadro 5 - Representatividade da Universidade

CONSELHO / COMITE / COMISSÃO	ÓRGÃO AO QUAL ESTÁ VINCULADO
Comissão de Interação Ensino Serviço	9ª Coordenadoria Regional de Saúde
Comitê Regional de Investigação da mortalidade por AIDS e da Transmissão vertical do HIV, Sífilis e Hepatites virais da Região 12 de Saúde	
Grupo Condutor Regional da Saúde da Pessoa com Deficiência	
Comissão de Estudos Alfabetização para o RS	9ª Coordenadoria Regional de Educação
Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente	Secretaria Estadual de Educação
Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS)	Secretaria Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social – STDS
Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional	Assembleia Legislativa do RS
Colégio Deliberativo	
Comitê Municipal Balada Segura	DETRAN RS
Coordenação de Educação para a Mobilidade – Projeto Universidades	Conselho Estadual de Trânsito
Observatório contra a Homofobia	AJURIS – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul
Conselho de Ciência e Tecnologia do RS	Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do RS
Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Passo Fundo – Flona Passo Fundo	
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí	
Fórum Gaúcho de IES com ações voltadas ao Envelhecimento	
CREA RS	
COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL CODETER – Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS	

Fonte: Pró-Reitoria Administrativa, UNICRUZ, 2017.

Diante do referencial teórico sobre as concepções de desenvolvimento, em especial do desenvolvimento rural, cabe a Universidade aproximar a produção acadêmica e a visão científica das necessidades e dos movimentos de órgãos e entidades responsáveis por ações políticas e institucionais na região. Entretanto, a presença da UNICRUZ não se restringe a ambientes rurais, e tão pouco está vinculada estritamente as temáticas rurais abordadas no âmbito universitário, mas encontra-se também na participação e no compromisso da Instituição junto a sua comunidade.

4.3 Eventos da Universidade voltados para a temática rural

A Universidade conta com o departamento de assessoria de eventos, responsável pela organização e divulgação do que é promovido pelos cursos da Instituição. Visando a

qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as iniciativas estabelecem relações e parcerias com a comunidade, instituições, empresas e universidades, através de convênios de cooperação técnico-científica, da mobilidade acadêmica e internacionalização, da organização e/ou participação de eventos e atividades afins.

De acordo com o PDI (2014-2017, p.137), “a Universidade de Cruz Alta está em constante busca de novos rumos e novas parcerias, a fim de melhor preparar seus alunos para a vivência profissional e ratificar seu compromisso social de instituição comunitária, voltada à discussão e solução dos anseios da sua comunidade”. No Quadro 6 encontram-se os eventos que fazem parte do calendário da Universidade.

Quadro 6 - Calendário de eventos de temática rural

NOME DO EVENTO	SAZONALIDADE
Dia de campo - Culturas de Verão	Semestral
Dia de campo - Culturas de Inverno	Semestral
Fórum de Sustentabilidade	Bienal
Semana Acadêmica do Curso de Agronomia	Anual
Semana Acadêmica do Curso de Medicina Veterinária	Anual
Participação na FENATRIGO	Anual
Participação na EXPODIRETO	Anual

Fonte: Assessoria de Eventos, UNICRUZ, 2017.

Os eventos aqui citados fazem parte do Calendário Oficial da UNICRUZ. Os eventos que são idealizados e organizados diretamente, pela relevância junto a comunidade e pelo número de edições, merecem destaque cabe os dias de campo realizados na Área Experimental, pois envolvem além da estrutura física, que é um grande diferencial da Universidade, a mobilização de outros cursos e de empresas do agronegócio regional. Isso demonstra a credibilidade da UNICRUZ no setor e o interesse de investir na pesquisa e na produção do conhecimento.

Essa experiência serve para a aproximação da teoria e da prática, além de firmar importantes parcerias e oportunidades de negócios centrada no respaldo das pesquisas acadêmicas. O Fórum de Sustentabilidade é outro evento de visibilidade, pois envolve o público do COREDE Alto Jacuí e propõe a discussão de temas e alternativas para a sustentabilidade local. Outro evento que chega a sua 20^a. edição é o Fórum de Produção Pecuária-Leite, com

ênfase na produção leiteira, discute conhecimentos técnicos, produtivos e comerciais da cadeia do leite, que faz parte da matriz econômica da região.

As já tradicionais semanas acadêmicas que servem de integração e visibilidade para os trabalhos acadêmicos e para a iniciação científica. Existem ainda, outros eventos que contam com a participação da Universidade e são organizados em parceria, ou dentro da programação de feiras e exposições como o caso dos realizados na Feira Nacional do Trigo (FENATRIGO) e das participações na EXPODIRETO.

Esse espaço de participação e presença da Universidade reafirma seu perfil comunitário e seu compromisso com seu vínculo regional, posicionando sua marca na oferta de ensino superior da região. Também com o sentido de divulgação e informação das notícias locais e acadêmicas, a UNICRUZ, em seu complexo de Comunicação possui o programa de rádio “Atualidades do Campo”, com o objetivo de atualizar seus ouvintes por meio desse veículo acessível ao homem do campo.

4.4 Caracterização da produção acadêmico-científica na abordagem de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural no contexto da UNICRUZ

Através do referencial, pôde-se entender o conceito de desenvolvimento e seus desdobramentos até o mundo rural. Desenvolvimento rural, como vimos no referencial teórico é um conceito abrangente e assim como o conceito de desenvolvimento, se associa a adjetivos que complementam e atualizam seu sentido, como agrícola, agrário, regional, ambiental e sustentável, para além do desenvolvimento econômico como explicam Pessoa e Hammes (2012, p.119):

O crescimento econômico vem sendo repensado com a busca de fórmulas alternativas, como o desenvolvimento sustentável, cuja característica principal consiste na possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento integral, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com as ideias de Navarro (2001), a composição do desenvolvimento rural, compreende três desenvolvimentos distintos, mas complementares, o desenvolvimento agrícola que corresponde a questões técnicas, com enfoque nos sistemas produtivos (condições e sistemas de produção agrícola e/ou pecuária), o desenvolvimento agrário que se refere aos processos e relações histórico-político-econômicas e, por fim, o desenvolvimento rural, que

representa um conjunto de ações articuladas que visam mudanças qualitativas em determinado território. Seu principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais.

Mas a definição de rural/urbano é muito mais tênue que a legislação dos municípios estabelece, ou os dados do IBGE apregoam. Esse meio, embora possua características próprias estabelece uma relação campo-cidade além das questões econômicas, para um rural, simbólico ou real, presente na realidade de cada indivíduo independente de onde reside, afinal é da terra que provem o alimento, e inúmeras matérias primas para subsistência. Assim, Kageyama (2008, p.72), apresenta uma definição, que serve de parâmetro para proximidade da relação rural-urbano:

A análise do desenvolvimento rural deve contemplar, portanto, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é nesse espaço que muitos membros de famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola. Nesse sentido, pode-se considerar que, no Brasil, estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são áreas privilegiadas para entender os novos rumos do desenvolvimento rural, por contarem com uma agricultura dinâmica e com uma rede urbana densa e difundida que permite que a interação rural-urbana se manifeste em sua plenitude.

A densidade demográfica e as características geográficas, produtivas e econômicas do município de Cruz Alta e de outros do COREDE Alto Jacuí, as vinculam a atividades predominantemente rurais. As prioridades e estratégias da região, estabelecidos no Plano Estratégico Regional, a partir de eixos temáticos de gestão: infraestrutural e pública, econômica, social e cultural, institucional e ambiental expõe esse cenário (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017, p.73-74). Sendo motivo para olhar com mais atenção o enfoque rural da produção universitária e de que maneira o mesmo pode contribuir com essas necessidades.

Seja através de iniciativas para a agricultura familiar, patronal ou industrial, sem segregar tipos de unidades produtivas pelo tamanho ou finalidade, independente da área ou posição na cadeia do agronegócio, é importante que a participação das IES esteja articulada com o processo de produção, gerando alternativas de desenvolvimento e renda a partir de atividades relacionadas ao rural.

O campo acadêmico do agronegócio tem despertado questionamentos dos pesquisadores por tratar da interface entre homem organizado socialmente e a natureza e por relevância e impacto efetivo na sociedade, em temas que circundam a produção e o consumo de alimentos humanos, rações animais, produtos florestais, biomateriais, flores, insumos farmacológicos, biocombustíveis e outros. O agronegócio encerra a complexidade da industrialização e dos mercados, questões institucionais, normativas, organizacionais e logísticas, contemplando, assim,

complexos e cadeias produtivas inteiras e seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade como um todo (DEWES et al., 2013, p.98).

Com base no referencial bibliográfico sobre desenvolvimento agrícola, agrário e rural, e após a análise dos componentes da pesquisa, é possível fazer algumas considerações acerca de suas abordagens no contexto da UNICRUZ. A pesquisa evidencia a dimensão do rural na Universidade. Por meio da análise quali-quantitativa se constituiu a representação da temática rural na Universidade através do percentual de 22,47% da produção acadêmico-científica voltada para o tema. A partir desse dado a Universidade pode posicionar e direcionar o enfoque do seu ensino, pesquisa e extensão num propósito de desenvolvimento rural regional.

Ao analisar a temática rural busca-se relacioná-la com o conceito de desenvolvimento rural, demonstrando em que sentido tal abordagem faz parte da atuação da Universidade na região. Por outro lado, a existência da produção com enfoque rural não garante que o desenvolvimento rural se encaixe na temática dos trabalhos ou por vezes não evidenciam o conceito, que se encontra subjetivo, mas demonstram a relação e o interesse da Universidade no contexto rural. Nesse caso, a abordagem do desenvolvimento rural parece limitada, já que o conteúdo rural encontrado, quando se relaciona com os princípios de desenvolvimento rural, é discreto e geralmente teórico, sem tratar do tema como uma possibilidade prática e integrada a outros adjetivos como econômico e agrícola.

Sobre os programas de ensino, que tem sua elaboração norteadada pelo PDI da Universidade, pode-se dizer que o contexto e as características regionais possuem uma importância significativa para suas ações. Por exemplo, a sustentabilidade ambiental, parte do conceito de desenvolvimento rural, é um interesse da Universidade, sendo uma referência mencionada várias vezes em seus documentos. Para o pensador francês Edgar Morin (1998), deve-se pensar numa civilização sustentável e não apenas em desenvolvimento sustentável. Essa ideia sintetiza com clareza a importância de uma conduta sustentável proposta pela Universidade.

A produção agrícola, outro fator de destaque, tem influência na condição econômica e na demanda por cursos da Instituição, e conseqüentemente os trabalhos de ciências agrárias possuem características que atendem a essa realidade e estão centradas basicamente no conceito de desenvolvimento agrícola. Justamente a partir desses cursos, tem-se a oportunidade de uma nova ótica sobre as práticas agropecuárias ao trabalhar os conteúdos sob a concepção do desenvolvimento rural.

Quanto a produção acadêmica (alunos) pode-se perceber que no CCSA, os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária os trabalhos são direcionados para os sistemas de produção. Sendo que a agricultura e a atividade leiteira são apontadas como potencial para as três microrregiões do COREDE (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017). Seus temas voltados para o desenvolvimento agrícola, conforme já mencionado. Na Agronomia, assuntos relacionados a tecnologia, sanidade e manejo, especialmente de plantas de lavoura. Na Veterinária, destinados principalmente, à bovinocultura e produção de leite. Nas Ciências Biológicas predomina a preocupação ambiental, pela preservação dos ecossistemas e nas áreas de saúde, o tema comum em todos os cursos, principalmente no de Farmácia, foi a questão toxicológica, por contaminação e uso de agroquímicos.

No CCHS, no curso de Ciências Contábeis e Administração, que envolvem gestão, a contabilidade rural e viabilidade econômica foram as áreas que tiveram o maior número de trabalhos, destinados principalmente a cooperativas e empresas rurais e de insumos agropecuários, negócios com muitas unidades na região. No curso de Direito o enfoque maior foi a questão do direito ambiental e nas Ciências da Computação, embora com poucos trabalhos, seu tema se mostra promissor já que TIC é uma área em expansão no agronegócio. Pelas características dos cursos que compõe esse Centro de Ensino e as temáticas dos trabalhos, predomina o desenvolvimento agrário.

No resultado da produção científica (professores), se destacam os projetos e publicações sobre produção vegetal que englobam várias culturas, em especial plantas de lavoura e plantas medicinais. Essa última apresentou um grande número de trabalhos, demonstrando o interesse da Universidade numa área menos tradicional na agronomia da região. Nos trabalhos de produção animal, a bovinocultura de leite possui o maior interesse, tanto nos TCCs quanto na produção docente. Na área da saúde, os estudos de toxicologia, por uso de substâncias agrícolas, se destacaram como tema presente tanto em TCCs, como em projetos e publicações. As questões sociológicas estão representadas nos estudos destinados a população rural, na estrutura de grupos e modo de vida rural, especialmente nos trabalhos sobre as condições dos idosos no meio rural, sendo esses temas mais próximos do conceito tradicional de desenvolvimento rural.

Há temas comuns nas produções da Universidade, que por vezes, estabelecem uma relação entre os trabalhos realizados por alunos e professores. É possível identificá-los nas produções dos TCCs, projetos e publicações, evidenciando uma coerência pedagógica. Isso mostra que o professor pesquisador é também quem fomenta a produção acadêmica pelos temas

de sua linha de pesquisa. Essa abrangência do ensino à pesquisa fortalece a produção científica e criando uma identidade e visibilidade para sua área de pesquisa.

Nos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, esse alinhamento fica mais evidente, o que não se percebe nos resultados do curso de Administração que apresentou, por exemplo, diferenças entre sua proposta e sua produção. Seu PPPI não foi elaborado para atender o mercado agro, mas os temas de seus trabalhos destacaram o enfoque rural, tanto pelo tipo de empresa quanto pelo uso de ferramentas de gestão empregadas no agronegócio. Vale salientar que no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 do COREDE, uma das diretrizes se refere justamente a “preparação do agricultor para a gestão das propriedades” como meio de promover o aumento da competitividade da produção (MARETH; KLEIN; MACHADO, 2017, p.74).

Assim como Administração, o curso de Direito, embora destine espaço para aspectos rurais e agrários, tem condições de incrementar a formação de seus alunos com esse propósito. São cursos que necessitam uma avaliação da Universidade quanto a comunicação entre as esferas do ensino e da pesquisa, visando intensificar as relações interdisciplinares e potencializar o resultado de suas produções. Além disso, os temas que são comuns, poderiam inclusive servir de eixo para a pesquisa, envolvendo mais de uma área de conhecimento. Essa análise pode auxiliar na elaboração dos futuros PPPIs, contribuindo para definir com objetividade e coerência o perfil dos cursos da Universidade, direcionando sua produção em busca de determinada especialidade, reconhecimento e excelência.

Tanto na produção acadêmica, quanto na científica, o CCSA possui o maior número de trabalhos rurais, superior ao CCHS, pois conta com os cursos de ciências agrárias, que priorizam conteúdos técnicos, próprios de sua formação profissional, em que predominam os conceitos de desenvolvimento agrícola. Nos programas de mestrado, as dissertações também são mais relacionadas ao desenvolvimento agrícola. No MPDR, com ênfase na produção vegetal e animal, envolvendo técnicas de cultivo e manejo. Próximos do conceito de desenvolvimento rural estão os temas ligados ao cooperativismo, assentamento e agricultura familiar, presente também no MPSC.

Com base no referencial teórico e na abrangência do conceito de desenvolvimento rural, pode-se aplicar seus fundamentos em áreas distintas. O desafio consiste em superar a ideia que o desenvolvimento rural se destina a grupos específicos do meio rural. Outra preocupação quanto a abordagem do desenvolvimento rural é utilizar seus princípios na concepção de ideias

e negócios viáveis, objetivos e integrados, transpondo o discurso idealizado que por vezes compromete sua ação.

O desenvolvimento rural e outros conceitos relacionados a ele, definem o sentido de sua abrangência e foram referência para essa pesquisa. Assim como ocorreu com o conceito de desenvolvimento que ganhou projeção através de índices que passaram a figurar nas políticas econômico-sociais, o conceito de desenvolvimento rural vem passando por mudanças e adaptações que estão relacionadas a sua dimensão.

Parece interessante posicioná-lo como eixo de ações integradas, constituindo um plano de desenvolvimento rural, que concentram os demais conceitos (agrícola, agrário, sustentável, ambiental e econômico). Esses conceitos se alternam e podem ser utilizados com maior ou menor ênfase, conforme a necessidade de determinado grupo ou local, para a solução de problemas que ali se configuram e na busca de alternativas que viabilizem atividades rurais em consonância com o perfil produtivo da região.

O objetivo é que se estabeleça a reflexão sobre as atividades ou condições de produção mais vulneráveis, para ampliar a discussão de alternativas e a diversificação em modelos produtivos já estabelecidos. A manutenção do homem do campo, com condições dignas, continua sendo um dos principais propósitos do conceito, seja através de soluções técnicas, de estudo e viabilidade econômica, de ações sociais da iniciativa privada ou de recursos públicos, para realidades ou espaços predominantemente rurais. Atualmente vários recursos encontram-se acessíveis, e fazer uso deles é imprescindível para a sustentabilidade da atividade rural. Assim mostra Dereti (2009, p.34):

A propriedade diversificada, familiar ou não, necessita do aporte de tecnologias para incorporar ganhos de escala e conformidade à sua produção. Este aporte inclui desde técnicas de produção, passando por sistemas de produção, de processamento (“industrialização rural”) até a recuperação ambiental e adequação legal, não necessariamente nesta ordem.

A produção agropecuária aumenta a cada ano, mas arranjos socioeconômicos que envolvem a dinâmica rural-urbana, nem sempre apresentam dados positivos. O nível de qualificação e instrução, a falta de emprego, a deficiência de recursos financeiros e técnicos, a falta de mão-de-obra e planejamento sucessório e questões políticas, são dificuldades apontadas por quem vive da produção rural (MERA; DIVÉRIO, 2014). Diante dos riscos e sem solução a curto prazo para essas questões, muitos produtores consideram deixar a atividade rural.

No entanto, continuar vivendo da atividade rural ou no meio rural desempenhando outras funções, constituem uma preocupação real e necessária. Evitar o êxodo, a pobreza, a incapacidade de acompanhar as exigências tecnológicas e produtivas, a instabilidade política e econômica, e as imposições de mercado, que exclui grande parte de médios e pequenos produtores sem condições de manter a atividade economicamente viável, são os principais desafios. Assuntos como esses já fazem parte da pauta dos temas que preocupam o meio rural e envolvem o desenvolvimento rural.

Dentre as projeções para o futuro, Cruz, Matte e Schneider (2016, p.9) sintetizam algumas ideias. A questão demográfica e o aumento da população continuam exercendo pressão sobre o abastecimento alimentar. Porém para se produzir mais, as fontes renováveis devem concentrar interesse crescente, pois constituem um desafio “à disponibilidade de fontes de energia a serem utilizadas para a produção de proteínas animais e vegetais em um quadro de mudanças climáticas”. As questões de saúde, seja por excesso ou restrição alimentar, e os aditivos e agrotóxicos residuais, são riscos responsáveis pela causa de muitas doenças e motivo de preocupação, tanto de consumidores, quanto de produtores.

Diante do cenário do agronegócio, terão mais condições de êxito as regiões que souberem explorar suas potencialidades priorizando cada vez mais relações e os recursos locais, que estimulam a inovação e o empreendedorismo, com o objetivo de gerar conhecimento, criar espaços economicamente desenvolvidos, socialmente equilibrados e sustentáveis. Assim define Boisier (2005, p.50):

Ahora sabemos que existen nuevas y complejas articulaciones entre conocimiento y territorio, que incluyen temas como innovación y territorio, aprendizaje colectivo, conocimiento tácito y codificado, surgimiento de regiones “cognitivas”, amplia categoría que incluye nociones tales como regiones aprendedoras, regiones inteligentes, medios innovadores.

Para Buainain (2014, p.205) “o novo paradigma, que já apresenta resultados, tem como base a biotecnologia avançada, a aplicação da TI e de novos materiais, a nanotecnologia, a gestão de produção sofisticada, entre outros processos recentes em desenvolvimento”. Nesse sentido, a pesquisa e o avanço tecnológico são fundamentais para dar suporte e conhecimentos que possibilitem desenvolver uma agropecuária que produza benefícios econômicos e ambientais. Assim complementa, Castro e Jesus (2012, p.183):

A biotecnologia moderna surgiu como uma estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico, perpassando uma grande diversidade de áreas e disciplinas e abrangendo temas tão diversos como a saúde humana e animal, a agricultura e a pecuária, a indústria de alimentos, o meio ambiente e a ecologia, serviços, etc. Uma das perspectivas mais importantes da indústria biotecnológica é o desenvolvimento de novos produtos para uso humano, como medicamentos e alimentos. No tocante à produção de alimentos, as estratégias tradicionais de melhoramento genético vegetal e animal produziram, por meio da seleção, características desejáveis e melhoria de desempenho desses recursos alimentares durante milênios.

Contudo, segundo Dewes et al. (2013, p.98) “os temas do agronegócio têm sido até recentemente tratados de forma compartimentalizada ou disciplinar”. As IES, em sua função de integrar os conhecimentos para formação, podem superar essa divisão interligando espaços e experiências que agreguem princípios do desenvolvimento rural em modelos produtivos concentrados apenas no agrícola e agrário. A combinação dos três conceitos mencionados na pesquisa, permitem abordar a temática rural por visões distintas, mas complementares e sem dúvida mais abrangentes.

Cabe as universidades idealizar projetos, fundamentados na ciência, que em parceria pública ou privada, viabilizem oportunidades de interação entre os atores locais na busca de melhorias para as fraquezas e limitações regionais. A UNICRUZ pode atuar posicionando o desenvolvimento rural como um elo, não apenas de ações sociais e políticas necessárias para comunidades rurais, mas constituindo-a numa interface pedagógica, entre o meio rural e os demais conceitos agrícola e agrário, capaz de produzir conhecimentos a partir de abordagens multidisciplinares, para enfrentar as exigências de um futuro cada vez mais instável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do agronegócio depende da organização e estruturação dos fatores que constituem esse processo, e as IES são vias legítimas de acesso e transmissão de conhecimento, que possibilitam gerar avanços científicos e articular a cadeia.

A relação da universidade com o meio pode ser determinada por ele, como também pode ser determinante. Ou seja, as demandas do meio exercem influência sobre a sua atuação. Por outro lado, a atuação da universidade pode influenciar as dinâmicas locais, através da inovação, produção e difusão do conhecimento.

Por isso a pesquisa se concentrou nos conceitos de desenvolvimento aplicados a locais, atividades e pessoas dependentes de seus recursos produtivos, por meio da temática rural que foi possível identificar na produção acadêmica e científica da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ.

Mesmo com a agropecuária sendo a principal atividade da região do COREDE Alto Jacuí, a UNICRUZ, não dispunha informações do número de trabalhos com enfoque rural, nem da relação dessas produções com o conceito de desenvolvimento rural, apesar de contar com um mestrado na área. Evidenciando a necessidade de identificar a representatividade da temática rural na Instituição pesquisada e sua relação com o conceito de desenvolvimento rural.

A análise da abordagem do desenvolvimento rural no contexto da UNICRUZ partiu das referências à temática rural presentes nos programas e na produção acadêmica e científica da Universidade. Os TFGs, TCCs, projetos e publicações científicas foram identificados segundo a temática rural e classificados por área de conhecimento nos cursos e produções.

O modelo monocultor e de exportação de *commodities* é predominante, e está estabelecido na região. Outras culturas ou ocupações são iniciativas localizadas e de menor representatividade econômica. A estrutura regional está organizada em torno desse modelo e funciona conforme determina o mercado. Por isso suas características estão tão presentes nas referências que norteiam o planejamento da UNICRUZ, e às ações as quais se envolve em âmbito regional.

Visando atender a necessidade de formação e qualificação de mão de obra para essa estrutura de mercado de trabalho, a Universidade conta com cursos específicos das ciências

agrárias, que isoladamente são responsáveis por boa parte da produção de temática rural existente, além de um programa de mestrado voltado para o conceito de desenvolvimento rural. Contudo, foi possível identificar produções voltadas ao rural em outros cursos, o que também se repetiu nos programas de mestrado.

Os resultados apresentaram os dados quantitativos e qualitativos sobre os trabalhos selecionados. A pesquisa analisou 9.224 títulos e identificou como de temática rural, 2.073 trabalhos, o que representa 22,47% do total da produção da Universidade com enfoque rural. A produção acadêmica tem 6.543, sendo que 1.422 (21,73%,) correspondem a temática rural. A produção científica conta com 2.681 trabalhos, sendo 651 (23,16%) de temática rural. Esses dados estão em sintonia com o total, ao evidenciar que a produção da Universidade se concentra nessa faixa percentual.

Dos 1.422 trabalhos de temática rural da produção acadêmica, 1.063 (74,75%) pertencem ao CCSA, 319 (22,43%) ao CCHS e 40 (2,81%) aos mestrados. No CCSA se destacam os trabalhos de Agronomia (76,66%) e Medicina Veterinária (56,28%) e no CCHS possuem o maior número de trabalhos rurais os cursos de Administração (21,90%) e Ciências Contábeis (32,43%). Quanto a produção dos três programas de mestrado, 47,62% das dissertações são de temática rural. A produção científica tem 651 publicações (artigos, livros e capítulos) e projetos com enfoque rural, sendo 481 do CCSA e 170 do CCHS. As áreas de maior destaque na produção acadêmica e científica foram citadas e caracterizadas de acordo com os conceitos de desenvolvimento agrícola, agrário e rural no item 4.4 desta dissertação.

A configuração da produção acadêmico-científica da UNICRUZ delinea as áreas de atuação da Universidade, pois deixa intencional o sentido que se dirige, que é o de uma produção voltada para as necessidades locais. A temática rural se faz presente nos programas e produções da Universidade, sendo razão para adotar os conceitos e fundamentos do desenvolvimento rural, que junto do agrícola e agrário, pode ampliar as possibilidades de alternativas para espaços rurais ou de quem vive da produção agropecuária, revertendo em benefícios e ações, os conhecimentos técnicos, socioeconômicos e ambientais.

Justamente nesse sentido não deve ficar restrito aos cursos voltados para atividades rurais. Seus fundamentos devem perpassar as ações da Universidade de maneira interdisciplinar como previsto em seus documentos. O desafio da Universidade, é integrar os princípios de desenvolvimento rural aos demais, além de adaptar seu conceito diante do modelo econômico e produtivo da região, com o propósito de mobilizar a estrutura local, através de trabalhos capazes de contribuir com conhecimento, tecnologia e inovação de acordo com as propostas

descritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 do COREDE Alto Jacuí.

O comprometimento da UNICRUZ com o desenvolvimento regional, posição destacada em vários trechos de seus documentos, precisa incorporar em sua prática pedagógica as ideias do desenvolvimento rural, o que não aparece nas produções pesquisadas, onde os conceitos de desenvolvimento agrícola e agrário são mais evidentes. Tal tarefa cabe ao Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural. Com um programa já estabelecido na Instituição sua atuação pode inovar dentro dessa perspectiva de articulador da temática rural na UNICRUZ, através de uma orientação interdisciplinar.

De acordo com os componentes pesquisados, a Universidade possui recursos físicos e de pessoal, participa de órgãos do meio rural e promove eventos tradicionais na área. Sua produção acadêmico-científica de temática rural é considerável, e as áreas de estudo predominantes tem relação com o contexto produtivo e econômico do COREDE Alto Jacuí, região que recebe orientação e suporte da Instituição.

Frente a esses dados, torna-se fundamental abordar o desenvolvimento rural aplicado principalmente às potencialidades e limitações apontadas em seu planejamento estratégico. Essa abordagem passa pelo processo acadêmico de pensar em alternativas de desenvolvimento rural, até a efetivação de uma conduta em que questões de desenvolvimento rural sejam contempladas em trabalhos e projetos regionais. Ou seja, o conceito de desenvolvimento rural deve fazer parte do perfil das produções da UNICRUZ e de seu egresso que atuar em áreas afins.

A realização dessa pesquisa respondeu as questões propostas inicialmente. No entanto, não é possível uma avaliação mais crítica dos resultados já que não há comparação com a produção de temática rural de outras instituições comunitárias em condições semelhantes. Além disso, os dados coletados não tinham como objetivo classificar os trabalhos como sendo de desenvolvimento rural, para isso seria necessária uma leitura mais detalhada dos mesmos. Mas a pesquisa oferece informações relevantes sobre a representatividade da temática rural para a Universidade, indicando caminhos para uma abordagem mais abrangente do conceito de desenvolvimento rural adequado às necessidades locais.

Ao longo do processo de coleta de dados, surgiram questionamentos que podem servir de ideias para futuras pesquisas referentes à produção acadêmico-científica de IES. Tais como: Identificar se a escolha do tema dos TFG parte do interesse dos alunos e de suas vivências, recebe influência do professor orientador, ou das linhas de pesquisa da Universidade; Avaliar

a abrangência e relevância das publicações dos docentes da UNICRUZ, através do Qualis no Currículo Lattes ou do número de citações, para dimensionar a repercussão na comunidade científica dos trabalhos produzidos pela Instituição.

Finaliza-se esse trabalho voltando ao trecho do romance *O Tempo e o Vento*, do cruzaltense Érico Veríssimo, utilizado na epígrafe [...] Estendendo o olhar para os horizontes que por assim dizer cercavam aquelas vastas campinas em derredor do povoado, o pe. Lara ficava a pensar no que seria aquela população dali a cem anos. Sem dúvida, um desenvolvimento rural pautado pelo conhecimento científico, pelo respeito à natureza, pelo crescimento econômico comprometido com valores humanitários seria um caminho a ser trilhado pela UNICRUZ, para Cruz Alta e região, nos próximos cem anos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites Estudados. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, sept./dec. 2001. Online version ISSN18069592. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300011>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v.4, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000.

ALMEIDA, Jalcione; MACHADO, João Armando Dessimon (Orgs.). **Desenvolvimento rural no Cone Sul**: Desarrollo rural en el Cono Sur. Porto Alegre: Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento**: um conceito ultrapassado ou em renovação? - da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos. ISCTE: Lisboa, 2004. p.35-70. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>>. Acesso em: mar. 2017.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.20, n.1, p.11-44, jan./abr. 2003.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. As universidades e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro: a contribuição de universidades do Estado de São Paulo. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso; PROTIL, Roberto Max; LIMA, André Luís. **A contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**, Viçosa, MG, Suprema, 2013. Cap.1, p.11-50.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v.27, n.72, p.157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: mar. 2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. **NBR 14724**. 3.ed. 2011. Disponível em:
<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_abr_2011.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

BAMBINI, Martha Delphino; MENDES, Cássia Isabel Costa; MOURA, Maria Fernanda; OLIVEIRA, Stanley Robson de Medeiros. Software para agropecuária: panorama do mercado brasileiro. **Parcerias Estratégicas**, Brasília-DF, v.18, n.36, p.175-198, jan./jun. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Revisão Rápida e Integrada da Gestão de Riscos Agropecuários no Brasil**: Caminhos para uma visão integrada. 1.ed., Brasília, 2015. 76p.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**: Doutrina, Jurisprudência, Exercícios. v.1. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline; LEMOS, Bruno de Oliveira; TESTA, Grazieli; ZANELLA, Marco Antonio Rey; OLIVEIRA, Suzana Beatriz de. **Perfil Socioeconômico – COREDE Alto Jacuí**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.26, p.40-74, fev. 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOISIER, Sergio. Hay espacio para el desarrollo local em la globalización? **Revista de La Cepal**, 86, ago. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1998**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5194.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Projeções do Agronegócio: Brasil MAPA**, 2014/2015 a 2024/2025. Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Escola de Economia de São Paulo**: o conceito histórico de desenvolvimento econômico: ideias básicas. Texto para Discussão EESP/FGV 157. São Paulo, dez. 2006. Versão de: 31 maio 2008.

BUAINAIN, Antônio Márcio; PEDROSO, Maria Thereza Macedo; VIEIRA JÚNIOR, Pedro Abel; ZANDER, Rodrigo Lanna Franco da Silveira e. Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Editores). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Cap.4, p.175-208.

CARNEIRO, Juvenal; CARNEIRO, Eryma. **Tratado de contabilidade**: Contabilidade Rural. [s.l.]: Calvino Filho Editor, v.3, 1933. 228p.

CASTRO, Vera Lúcia de. Agrotóxicos e seus efeitos na saúde. In: HAMMES, Valéria Sucena (Ed. Téc.). **Julgar**: percepção do impacto ambiental. Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v.4, 3.ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2012. Cap.5, p.159-170.

CASTRO, Vera Lúcia de; JESUS, Katia Regina Evaristo de. Biotecnologia, OGM e ambiente. In: HAMMES, Valéria Sucena (Ed. Téc.). **Julgar**: percepção do impacto ambiental. Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v.4, 3.ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2012. Cap.8, p.183-202.

CAVALARI, Rossano Viero. **A gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004. 245p.

CITADIN, Iliete; PEREIRA, Viviane Camejo; SPECHT, Gabriel. Natureza Pura: onde o respeito à Mãe Terra prevalece! In: CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap.12, p.225-232.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA. **Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973**. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0218-73.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001/1986**. Disponível em: <www.mma.gov.br/conama>. Acesso em: ago. 2017.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; ESCHER, Fabiano; CAMPAGNOLLO, Volmir. Cooperativa Econativa e Rede Ecovida de agroecologia: atores sociais e ação coletiva na construção de novos mercados e redes alimentares alternativas. In. CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap.10, p.203-214.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVA, Enedina Maria Teixeira da; TAVARES, Carlos Eduardo Moreira; MARETH, Taciana. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional: Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí/COREDE Alto Jacuí**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2010. 128p.

CRUZ ALTA - RS. **Prefeitura Municipal de Cruz Alta**. Disponível em: <<http://www.cruzalta.rs.gov.br>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal. 2015. Disponível em: <www.cruzalta.gov.br>. Acesso em: ago. 2017.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap.10, p.203-214.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A Gestão Territorial Através do Diálogo e da Participação. Departamento de Ciências Sociais UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, Brasil. In: **IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 16p.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Inovação, Território e Desenvolvimento. In: CARVALHO, J.R.; HERMANN, K. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p.239-264, 2005.

DEL RÉ, Megui; RAMBO, Anelise Graciele; SCHNEIDER, Sergio. As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], v.25, n.1, p.57-82, fev.2017.

DERETI, Rogério Morcelles. Transferência e validação de tecnologias agropecuárias. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n.19, p.29-40, jan./jun. 2009.

DEWES, Mariana de Freitas; WUNSCH, Nicéia; BRUCH, Kelly Lissandra; FEDERIZZI, Luiz Carlos; DEWES, Homero. A ciência do Agronegócio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso; PROTIL, Roberto Max; LIMA, André Luís. **A contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2013, p.97-124.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Produção animal no Brasil: caracterização, simulação de cenários para pastagens e alternativas de adaptação às mudanças climáticas. SANTOS, Patricia Menezes et al. **Dados eletrônicos**. São Carlos, SP: Embrapa Pecuária Sudeste, 2015.

ETGES, Virgínia Elisabeta. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) **Desenvolvimento Rural em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.131-139, 2001.

FABRINI, João E. A reprodução contraditória do rural nas pequenas cidades. **Terra Livre**, São Paulo, SP, Ano 25, v.1, n.32, p.137-152, jan./jun. 2009.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FECOAGRO/RS. **Cooperativas Associadas**. Disponível em: <<https://www.fecoagrorrs.com.br/fecoagro-rs>>. Acesso em: jul. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Camponeses na universidade: a criação do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe Universidade Estadual Paulista – UNESP. **Carta Económica Regional**, ISSN 0187-7674, año 27, núm.115, enero/junio 2015, p.74-89.

FERNANDES, Ruben. **Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto: O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Cidades e Regiões**. Porto: Universidade do Porto, 2011.

FIGUEIREDO, Luiz Fernando de Andrade. Perda da biodiversidade. In: HAMMES, Valéria Sucena (Ed. Téc.). 3. ed., rev. e ampl. **Julgar: percepção do impacto ambiental**. Educação

Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v.4, Brasília, DF: Embrapa, 2012. Cap.10, p.83-88.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTE, Maria. As cinco dimensões da sustentabilidade: a visão dos Grupos de Compra Solidária em Roma, Itália. In. CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.125-152, 2016.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.46, nº 6, p.1575-97, nov./dez. 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Perfil socioeconômico – COREDE Alto Jacuí**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2017.

GALVÃO, Antônio Carlos F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Europeia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 272p.

GRAZIANO DA SILVA, José. A Pluriatividade no Meio Rural Brasileiro: Notas Metodológicas. Encontro Anual da ANPOCS, 22, 1999. Caxambu, MG. **Anais...** p.113-114, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mario Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2010). **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária - II PNERA**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.com.br/>>. Acesso em: jan. 2017.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. MIRANDA, Carlos (Org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros:**

implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, v.22, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2016:** Notas Estatísticas. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. **Avaliação Externa De Instituições De Educação Superior:** Diretrizes e Instrumento. Brasília: INEP, 2006.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**, v.23, n.3, p.5-16, set./dez. 1993.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.379-408, set./dez. 2004.

_____. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KÜHN, Daniela Dias. Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Redes**, Santa Cruz Sul, (Online), v.20, n.2, p.11-30, maio/ago. 2015.

LOVO, Ivana Cristina. Agricultura urbana: o potencial da produção de alimentos nas cidades e os desafios para sua consolidação. In. CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos:** desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p.153-182.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, UDCB, v.3, nº 4, p.9-16, mar. 2002.

MARETH, Taciana; KLEIN, Leander Luiz; MACHADO, Vinícius de Camargo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2020:** COREDE Alto Jacuí. Cruz Alta, RS: UNICRUZ, 2017. 148p.

MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio. (Org). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar:** Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MERA, Cláudia Maria Prudêncio de; DIVÉRIO, Tamara Silvana Menuzzi (Org.). **A gestão da atividade leiteira nas unidades de produção familiar do COREDE Alto Jacuí/RS**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2014, 214p.

MILANEZ, Francisco. Programa RS Sustentável: um estado da arte/295-306. In. CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MORIN, Edgar. **O método: As idéias: habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MUSEU DE ARTES DE SÃO PAULO – MASP. In: Acervos Candido Portinari. **O lavrador de café**. 1934. Disponível em: <<https://masp.org.br/busca?search=lavrador>>. Acesso em: abr. 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dec. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/992188/>>. Acesso em: jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **O Ensino Superior no Século XXI**. Visão e Ações. Documento de Trabalho. Paris, outubro de 1998.

_____. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO / CRUB, 1999. 246p.

_____. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. In: SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; Meneghel, Stela Maria (Orgs.). Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164p.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006, 316p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos Científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

PESSOA, Conceição Peres Young; HAMMES, Valéria Sucena. Precisamos viver em meio a tanto lixo? In: HAMMES, Valéria Sucena (Ed. Téc.). **Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**: Julgar: percepção do impacto ambiental 4, 3. ed., rev. e ampl., Brasília, DF: Embrapa, 2012. Cap.15, p.119-128.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil**: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Segurança. Disponível em: <planejamento.rs.gov.br>. Acesso em: mar. 2017.

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. Impactos ambientais da agricultura. In: HAMMES, Valéria Sucena (Ed. Téc.). **Julgar**: percepção do impacto ambiental. Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, v.4, 3.ed., rev. e ampl., Brasília, DF: Embrapa, 2012. Cap.2, p.143-148.

RODRIGUES, Lupínio. Felicidade. 1947. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/lupcinio-rodrigues/47152/>>. <<https://blog.saraiva.com.br/dez-musicas-de-lupicinio-rodrigues-que-voce-precisa-conhecer-2/>>. Acesso em: mar. 2017.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução Magda Lopes, São Paulo, Studio Nobel, 1993.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. Sociologias. **Dossiê**, Porto Alegre, ano 6, n.11, p.88-125, jan./jun. 2004.

_____. A Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.). Universidade de Brasília. **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados**, Brasília, v.5. n.7, 2005. 168p.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate, São Paulo. **Rev. Econ. Polit**, São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, jul./set. 2010.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

_____. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999b. 366p.

SILVA, Marielen Aline Costa da; SCHINAIDER, Anelise; DORNELES, Daniela Filipe Mello; SILVA, Suelen Cristine. O Turismo Rural e os Produtos Locais: Construção Social da Qualidade a Partir da Teoria das Convenções. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v.9, n.3, p.433-446, jul./set. 2017.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL - SINDIVEG. 2016. Disponível em: <<http://sindiveg.org.br/>>. Acesso em: jan./ago. 2017.

SOTO, William Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil**: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2002. 324p.

STEDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. 322p. JP.

TEIXEIRA, Erly Cardoso; PROTIL, Roberto Max; LIMA, André Luís. **A contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2013. 655p.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **RACI. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, Alto Uruguai, v.4, n.9, p.1-13, jul./dez. 2009.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ. **Estrutura curricular do mestrado rural**. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/estrutura-curricular-mestrado-rural/>>. Acesso em: jan./mar. 2017.

_____. **Manual de normalização da Universidade de Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2013. 147p.

_____. **Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural**. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/curso/mestradorural/>>. Acesso em: jan./mar. 2017.

_____. **Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Mestrado**. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/curso/mestrado-humanas/>>. Acesso em: jan./mar. 2017.

_____. **Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Atenção Integral à Saúde**. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/curso/ppgaisunicruzunijui/>>. Acesso em: jan./mar. 2017.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2017**. Cruz Alta, RS, 2014. 171p.

_____. **Projeto Político Pedagógico Institucional**: Curso de Administração. Cruz Alta, RS, 2017. 147p.

_____. _____.: Curso de Agronomia. Cruz Alta, RS, 2011. 169p.

_____. _____.: Curso de Biomedicina. Cruz Alta, RS, 2016. 386p.

_____. _____.: Curso de Ciências Aeronáuticas. Cruz Alta, RS, 2016. 337p.

_____. _____.: Curso de Ciências da Computação. Cruz Alta, RS, 2016. 268p.

_____. _____.: Curso de Ciências Contábeis. Cruz Alta, RS, 2016. 131p.

_____. _____.: Curso de Direito. Cruz Alta, RS, 2014. 249p.

_____. _____.: Curso de Educação Física, Bacharelado. Cruz Alta, RS, 2014. 184p.

_____. _____.: Curso de Educação Física, Licenciatura. Cruz Alta, RS, 2014. 202p.

_____. _____.: Curso de Enfermagem. Cruz Alta, RS, 2017. 363p.

_____. _____.: Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Cruz Alta, RS, 2017. 279p.

_____. _____.: Curso de Engenharia Civil. Cruz Alta, RS, 2014. 310p.

_____. _____.: Curso de Fisioterapia. Cruz Alta, RS, 2017. 675p.

_____. _____.: Curso de Jornalismo. Cruz Alta, RS, 2017. 334p.

_____. _____.: Curso de Letras (Espanhol). Cruz Alta, RS, 2014. 362p.

_____. _____.: Curso de Letras (Inglês). Cruz Alta, RS, 2014. 356p.

_____. _____.: Curso de Medicina Veterinária. Cruz Alta, RS, 2017. 360p.

_____. _____.: Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética. Cruz Alta, RS, 2016. 262p.

_____. **Resolução nº 01/2015 – de 12 de agosto de 2015.** Área Experimental da Universidade de Cruz Alta. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2017/10/14657.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. HUCITEC, 1991. 220p.

_____. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Revista Estudos Avançados, São Paulo, IEA v.15, n.43, p.101-119, 2001.

_____. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. A Relação Rural/Urbano No Desenvolvimento Regional: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.). **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados,** Brasília, Universidade de Brasília. v.5. n.17, 2005a. 168p.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005b. 220p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. Atlas: São Paulo, 2011. p.94.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo Capitão Rodrigo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004. p.266.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca. **Una nueva ruralidad en América Latina, ed. Giacarra?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural**. Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256p.

ZOTTI, Claiton André; PAULINO, Valdinei Tadeu. Metano na produção animal: emissão e minimização de seu impacto. **Ecologia de Pastagens, Curso de Pós-graduação em Produção Animal Sustentável**. [S.l.], Instituto de Zootecnia, APTA/SAA, 2009.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Gestão da Qualidade no Agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; SCARE, Roberto Fava (org.). **Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos e Casos**. São Paulo: Atlas, p.15-17, 2003.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE DE CRUZ
ALTA - UNICRUZ/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuição do Ensino Superior para o Desenvolvimento Rural Regional: Um estudo de caso.

Pesquisador: Glaucia Silveira Moreira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58742716.9.0000.5322

Instituição Proponente: Unicruz - Universidade de Cruz Alta

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.731.749

Apresentação do Projeto:

O presente estudo, intitulado Contribuição do Ensino Superior para o Desenvolvimento Rural Regional: Um estudo de caso, trata-se de um projeto de dissertação de mestrado. Consistirá em uma pesquisa exploratória, documental e quantitativa, a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) de 2008- 2012 e 2013-2017, dos Projetos Político-Pedagógicos Institucionais, da produção científica e projetos de extensão dos cursos de graduação e pós-graduação, lacto e stricto sensu, oferecidos pela instituição no período de 2008, data da elaboração da primeira versão do PDI, até o final do ano letivo de 2015. Serão analisados os trabalhos arquivados na biblioteca da universidade, as informações disponíveis no site Institucional, e ainda, os dados obtidos através do currículo Lattes dos docentes da Instituição. A pesquisa visa obter dados quantitativos que evidenciem as principais áreas de atuação acadêmica no meio rural, classificando-as de acordo com os conceitos de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural, tendo como principal objetivo analisar a contribuição da produção acadêmica da UNICRUZ, para o desenvolvimento rural.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Analisar a contribuição do ensino superior para o desenvolvimento rural regional através do

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Mèa, Km 5.6 - Caixa Postal 858

Bairro: Campus Universitário Prédio

CEP: 98.020-290

UF: RS

Município: CRUZ ALTA

Telefone: (55)3322-1618

E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br



UNIVERSIDADE DE CRUZ
ALTA - UNICRUZ/RS



Continuação do Parecer: 1.731.749

estudo de caso da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

Objetivos secundários

Caracterizar a instituição pesquisada, resgatando aspectos histórico-sociais da universidade;

Contextualizar a temática do desenvolvimento rural abordada nos programas de ensino da universidade;

Identificar os temas ligados ao meio rural nos trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto senso da instituição;

Identificar as publicações e projetos de pesquisa dos docentes voltados para a temática rural;

Verificar os projetos de extensão voltados para a temática rural;

Classificar a produção científica de acordo com os conceitos de desenvolvimento: agrícola, agrário e rural;

Descrever os eventos promovidos pela universidade de Cruz Alta voltados para a área rural;

Destacar a representatividade da universidade nos órgãos, conselhos e comissões com enfoque no meio rural.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não tem riscos

Benefícios: A geração de trabalho decorrentes da atividade rural, e a rede de serviços e atendimentos voltados ao meio, colocam as Instituições de Ensino Superior (IES) como agentes responsáveis pela produção e circulação de conhecimento, especialmente no que se refere ao ensino e a relevância da pesquisa. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1999) a universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Salientando ainda que embora seus papéis tradicionais (ensino-pesquisa-extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos de execução mudarão significativamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ainda que pese a amplitude do tema da pesquisa e a possível dificuldade de comprovar, através da metodologia adotada, a contribuição da Universidade de Cruz Alta para o desenvolvimento rural

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Múa, Km 5,6 - Caixa Postal 858

Bairro: Campus Universitário Prédio

CEP: 98.020-290

UF: RS

Município: CRUZ ALTA

Telefone: (55)3322-1618

E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br



UNIVERSIDADE DE CRUZ
ALTA - UNICRUZ/RS



Continuação do Parecer: 1.731.749

regional, a pesquisa possui relevância científica e acadêmica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo apresenta os termos obrigatórios.

Como a pesquisa será realizada, fundamentalmente, através da análise de documentos institucionais (PDI, PPPI), bem como sobre as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Universidade sem, no entanto, envolver seres humanos, é o caso de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_741913.pdf	15/08/2016 23:07:07		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao.pdf	15/08/2016 23:00:32	Glaucia Silveira Moreira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PPB.docx	12/07/2016 10:50:21	Glaucia Silveria Moreira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.pdf	12/07/2016 10:43:19	Glaucia Silveria Moreira	Aceito
Folha de Rosto	Plataforma.pdf	12/07/2016 10:42:26	Glaucia Silveria Moreira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Múa, Km 5.6 - Caixa Postal 858
 Bairro: Campus Universitário Prédio CEP: 98.020-290
 UF: RS Município: CRUZ ALTA
 Telefone: (55)3322-1618 E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br



UNIVERSIDADE DE CRUZ
ALTA - UNICRUZ/RS



Continuação do Parecer: 1.731.749

CRUZ ALTA, 16 de Setembro de 2016

Assinado por:
Rita Leal Sperotto (Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Mèa, Km 5,6 - Caixa Postal 858
Bairro: Campus Universitário Prédio
UF: RS **Município:** CRUZ ALTA **CEP:** 98.020-290
Telefone: (55)3322-1618 **E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br

ANEXO B – Autorização PRPGPE/UNICRUZ 001/2016



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

AUTORIZAÇÃO PRPGPE/UNICRUZ 001/2016

Autorização

Pelo presente instrumento, está **AUTORIZADO** o acesso e a utilização de informações presentes nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e Projeto Político-Pedagógico (PPPIs) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), bem como informações sobre os temas abordados nos projetos de pesquisa e extensão realizados desde o ano de 2008 até o presente momento, no desenvolvimento da pesquisa de mestrado intitulada “**Contribuição do Ensino Superior para o Desenvolvimento Rural Regional: um estudo de caso**”.

O projeto supra será desenvolvido pela Mestranda Glauca Silveira Moreira, discente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural desta Universidade, sob orientação do Prof. Dr. Rafael Pivotto Bortolotto e co-orientação da Prof^a Dr^a Claudia Maria Prudêncio de Mera e do Prof. Dr. João Fernando Zamberlan.

Cruz Alta, 10 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Diego Pascoal Golle
Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. Patricia Dall'Agnol Bianchi
Reitora